



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES  
FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
SOCIAL**

**PEDRO PAULO CORDEIRO CHAVES**

**CONSTRUÇÃO PESADA, ESTADO E A EXPLORAÇÃO  
DIAMANTÍFERA: A RELAÇÃO DO GRUPO EMPRESARIAL  
ODEBRECHT E O GOVERNO ANGOLANO ENTRE AS DÉCADAS DE  
1980 A 2000**

**SÃO GONÇALO-RJ  
2024**

PEDRO PAULO CORDEIRO CHAVES

**CONSTRUÇÃO PESADA, ESTADO E A EXPLORAÇÃO DIAMANTÍFERA: A  
RELAÇÃO DO GRUPO EMPRESARIAL ODEBRECHT E O GOVERNO  
ANGOLANO ENTRE AS DÉCADAS DE 1980 A 2000**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Território, Relações de Poder e Movimentos Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Sydenham Lourenço Neto

SÃO GONÇALO-RJ  
2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE

FEITA NA BIBLIOTECA

UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

PEDRO PAULO CORDEIRO CHAVES

**CONSTRUÇÃO PESADA, ESTADO E A EXPLORAÇÃO DIAMANTÍFERA: A  
RELAÇÃO DO GRUPO EMPRESARIAL ODEBRECHT E O GOVERNO  
ANGOLANO ENTRE AS DÉCADAS DE 1980 A 2000**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração:

Linha: Território, Relações de Poder e Movimentos Sociais.

Aprovada em:

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Sydenham Lourenço Neto

(Faculdade de Formação de Professores – UERJ)

---

Prof. Dr. Pedro Henrique Pedreira Campos

(Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ)

---

Prof. Dr. Rafael Vaz da Motta Brandão

(Faculdade de Formação de Professores – UERJ)

SÃO GONÇALO-RJ

2024

Aos ensinamentos, alicerce e apreço: à minha mãe, meu pai e o meu irmão.

Aqueles que nunca me desampararam: à minha família.

E à minha amada, pelos conselhos e por me confortar: Juliana.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aqueles que sempre me protegeram e me amaram: meus pais Janice Cordeiro e Messias Jonas. Sou grato por me ensinarem que o caminho da educação é essencial para vida e sou agradecido pelo incentivo emocional e a brandura que serviram de base para as minhas conquistas.

Ao meu irmão Etierre Cordeiro, que mesmo distante, sempre me apoiou e acreditou nas minhas conquistas. Agradeço a amizade e atenção dedicadas nos momentos mais difíceis na minha vida.

À minha amada Juliana Mattos, por todo carinho e sustentação diária. Além de entender minha dedicação incessante ao projeto de pesquisa.

Ao meu professor orientador Sydenham, pelas contribuições dadas durante todo o processo. Ao mesmo tempo, gratidão pela participação do professor Pedro Campos, que foi um suporte desde a graduação, o qual sua atenção foi essencial também para que este trabalho fosse concluído.

Aos meus amigos do curso de pós-graduação: David e Maria Alice, que juntos formamos o grupo “Panela”, que além das risadas e dos inúmeros desafios que enfrentamos, sempre buscávamos o espírito colaborativo.

Por último, quero agradecer à Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e o seu corpo docente, assim como todos os funcionários que demonstrou estar comprometido com a qualidade e excelência do ensino.

Eu pensando em milhares e centenas  
O sistema pensando na minha sentença  
Botaram as drogas no meio dos Panteras  
Baixa autoestima no meio das negras  
Maldições em nós por várias eras  
E hoje nós que somos bruxos, feiticeiras  
Malcolm X, eu não tô bem com isso  
Mataram Marielle e ninguém sabe o motivo [...]¹

---

¹ SANTOS, Abebe Bikila Costa (BK). *Movimento*. O Líder em Movimento. Rio de Janeiro: Pirâmide Perdida, 2020. 3 Álbum. Faixa 1.

## **RESUMO:**

Em meados da década de 1990, um dos maiores grupos empresariais familiares do ramo da construção pesada brasileira, a Odebrecht, criou parcerias e participou de consórcios ligados ao mercado de pedras preciosas em Angola. A empresa chegou ao país ainda em meados da década de 1980, com o objetivo de construir projetos de grande porte. Utilizando sua expertise, associou-se ao Estado e aos empreendimentos locais de forma rápida. Diante disso, esta dissertação tem como objetivo investigar como a empresa Odebrecht conquistou um espaço privilegiado e um poder considerável em Angola. Para isso, busca-se compreender o percurso da empresa, desde seu crescimento empresarial no Brasil e o processo de internacionalização, até a conquista do contrato para a construção de uma das maiores hidrelétricas de Angola, conhecida como Capanda, além de investigar sua participação no setor diamantífero angolano. Assim, será apresentada a composição histórica da Odebrecht, sua forma de organização, suas influências e interesses, tanto no Estado brasileiro quanto em Angola, nas relações entre o Estado e a sociedade política, onde diversos grupos e forças, em todos os níveis, disputavam pela hegemonia do Estado.

Palavras-chave: Odebrecht, Angola, Diamantes e construção pesada.

## **ABSTRACT**

In the mid-1990s, one of the largest Brazilian heavy construction business families, the Bahian company Odebrecht, entered the diamond sector in Angola, a region that holds one of the world's largest diamond reserves. The company established partnerships, participating in consortia linked to the precious stones market in Angola. Upon its arrival in the country in the mid-1980s, with the goal of constructing large-scale projects, leveraging its expertise, it quickly associated itself with the state and the enterprises of the African country. In light of this, the dissertation aims to investigate how Odebrecht gained a privileged space and considerable influence in Angola. To achieve this, we will seek to understand the company's trajectory from its business growth in Brazil and the internationalization process to securing the contract for the construction of one of Angola's largest hydroelectric plants, known as Capanda, and explore its involvement in the Angolan diamond sector. Thus, the historical composition of Odebrecht, its organizational structure, influences, and interests will be explained, both in the Brazilian state and in Angola. This involves the relationship between the state and the political society, where diverse groups and disparate power relations at all levels compete for state hegemony.

**Keywords:** Odebrecht, Angola, Diamonds, and Heavy Construction.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1-</b> Obras das empreiteiras brasileiras em outros países, por construtoras.....	42
<b>Figura 2 -</b> Exportações do Brasil para Angola entre (1976–1979) .....	67
<b>Figura 3 -</b> Exportações brasileira para Argélia, Nigéria e Angola nos anos 80 (em%) .....	79
<b>Figura 4 -</b> Financiamentos do Proex Banco do Brasil para Angola (1997 - 2004) .....	84
<b>Figura 5 –</b> Assinatura do contrato da Hidrelétrica de Capanda.....	85
<b>Figura 6 -</b> Financiamentos do Proex Banco do Brasil para Angola (1997 - 2004) .....	88
<b>Figura 7 -</b> Trabalhadores brasileiros e angolanos no Projeto CAPANDA (1985-1992) .....	94
<b>Figura 8 -</b> Mapeamento das maiores minas de diamantes do mundo .....	99
<b>Figura 9 –</b> Mapa das operações de diamantes em lunda .....	102
<b>Figura 10 –</b> Segregação em DUNDU.....	106
<b>Figura 11 -</b> Participação de empresas estrangeiras em conjunto com a Odebrecht na mina de CATOCA .....	115
<b>Figura 12 -</b> Localização da área de exploração de diamantes da SDM .....	117
<b>Figura 13 -</b> Participação de empresas estrangeiras em conjunto com a Odebrecht no projeto de Muango.....	122
<b>Figura 14-</b> As relações da empresa Odebrecht no ramo de diamantes.....	124

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Determinadas obras realizadas pela Empresa Emílio Odebrecht & Cia na Bahia. .....	31
Tabela 2 - Posicionamento da Odebrecht em relação às outras empresas brasileiras na ditadura civil-militar conforme a REVISTA EMPRETEIRO.....	41
Tabela 3 - A proposta de paz dos movimentos partidários MPLA E UNITA.....	59
Tabela 4 - Produção de diamantes em valor (US\$) e volume em quilates.....	118
Tabela 5 - Produção de diamantes por mina 2001 – 2004 (em quilates) .....	100

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BNB- Banco do Nordeste do Brasil

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CACEX - Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil

CBIC - Câmara Brasileira de Comércio e Serviços Imobiliários

CBPO - Companhia Brasileira de Projetos e Obras

CIA- Centro Industrial de Aratu

CNO - Construtora Norberto Odebrecht

CHESF - Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

CMA – Clube Marítimo Africano

CPC - Companhia Petroquímica de Camaçari

DEPEM - Departamento de Estudos do Mercado

DIMANG – Companhia de Diamantes de Angola

DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

EDIAMA - Empresa Nacional de Diamantes de Angola E.P

ECISA - Engenharia, Comércio e Indústria Sociedade Anônima

EPLA - Exército Popular de libertação de Angola

EUA - Estados Unidos da América

FLAPA - Forças Armadas Populares de Libertação de Angola

FNLA - Frente Nacional de Libertação de Angola

FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique

FUNAG - Fundação Alexandre de Gusmão

FURNAS - Centrais Elétricas, S.A. (Brasil).

GAMEK - Gabinete de Aproveitamento do Médio Kwanza

GRAE – Governo Revolucionário de Angola no Exílio

LNA – Liga Nacional Angolana

MINA - Movimento para a Independência de Angola

MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola

MRE - Ministério das Relações Exteriores

ONU - Organização das Nações Unidas

OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo

OPL - Odebrecht Perfurações

PAIGC - Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde

PEI - Política Externa Independente

PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S.A.

PCA - Partido Comunista de Angola

PCP – Partido Comunista Português

PDA – Partido Democrático Angolano

PDA - Partido Democrático de Angola

PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado

PLUAA- Partido de Luta dos Africanos de Angola

PND - Plano Nacional de desenvolvimento

SAICI - S.A. Ituberá Comércio e Indústria

SDM - Sociedade de Desenvolvimento Mineira

SMC - Sociedade Mineira de Catoca

SONANGOL - Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TENENGE - Técnica Nacional de Engenharia

TEO - Tecnologia Empresarial da Odebrecht

UEG - Universidade do Estado da Guanabara

UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UNAVEM – Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola

UNITA - União Nacional para a Independência Total de Angola

UPA - União das Populações do Norte de Angola

UPNA - União das Populações do Norte de Angola

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USIMINAS - Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais

ZOPACAS - Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>15</b>
<b>1 DO CICLO REGIONAL AO PROCESSO DE DIVERSIFICAÇÃO: A COMPOSIÇÃO ORGANIZATIVA E OS INTERESSES DA ODEBRECHT (1940-1980)</b>	<b>22</b>
<i>1.1 A ascensão da Odebrecht: considerações sobre as fases do empresariado brasileiro durante a ditadura civil-militar</i>	<i>22</i>
1.2 FORMAÇÃO HISTÓRICA E ORGANIZATIVA DA ODEBRECHT	27
1.2.1 <i>A criação da construtora Norberto Odebrecht e as relações com agentes do Estado</i>	<i>32</i>
1.3 A DIVERSIFICAÇÃO E O NOVO CICLO NACIONAL	37
<b>2 A ESTRUTURA GOVERNAMENTAL DO MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA (MPLA) 45</b>	
2.1 A GÊNESE DO MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA (MPLA)	45
2.2 O PROCESSO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL EM ANGOLA	51
2.3 A GUERRA CIVIL, OS ACORDOS DE PAZ E A CONSOLIDAÇÃO DO MPLA NO PODER DE ANGOLA	58
<b>3 O REAVIVAMENTO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA ÁFRICA E O ADVENTO DA ODEBRECHT EM ANGOLA</b>	<b>65</b>
3.1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS RELAÇÕES BRASIL — ANGOLA	68
3.2 PROCESSO CONTRATUAL DE CAPANDA: O APOIO DO ÍTAMARATY, AGÊNCIAS ESTATAIS E DO GOVERNO DITATORIAL MILITAR BRASILEIRO	71
3.3 AS PRIMEIRAS AÇÕES EM SOLO ANGOLANO	85
3.4 AS FASES DA CONSTRUÇÃO DE CAPANDA	89
3.5 OS TRABALHADORES BRASILEIROS E ANGOLANOS NA CONSTRUÇÃO	92
<b>4 A INSERÇÃO DA ODEBRECHT NO RAMO DIAMANTÍFERO ANGOLANO</b>	<b>96</b>
4.1 DIAMANG: AS RAÍZES DA EXPLORAÇÃO DE DIAMANTES EM ANGOLA	100
4.1.1 <i>A extração de diamantes após a libertação nacional de Angola</i>	<i>107</i>
4.2 A ODEBRECHT NA EXPLORAÇÃO DE DIAMANTES EM ANGOLA	111
4.2.1 <i>A relação da subsidiária da Odebrecht com a companhia do Estado ENDIAMA e empresas estrangeiras</i>	<i>111</i>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>123</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>127</b>

## INTRODUÇÃO

Nos últimos 15 anos, muitas das companhias brasileiras de reconhecidas capacidades em engenharia civil participaram de importantes empreendimentos na África, de maneira que, se fizermos um levantamento, encontraremos estradas, aeroportos, mercados públicos, pontes e barragens edificadas por nossas construtoras.<sup>2</sup> Compreende-se que a chegada dessas empresas no continente africano teve o seu início no decênio de 1970, associado e com o apoio do aparelho estatal e ditatorial brasileiro, com projetos mais tímidos, que foi crescendo de maneira significativa anualmente, com atividades mais desenvolvida e mais lucrativas.

Para se ter noção em dezembro de 1981, a revista brasileira “O Empreiteiro” dedicou uma edição à análise das obras realizadas pelo Brasil no exterior. Nesse contexto, destacaram-se as construções em África e as características singulares desse cenário. A exportação de serviço representava 17% por áreas geográficas em termos percentuais de projetos em andamento na região. Ao compararmos com outros eixos territoriais, como a América Central, América do Norte e até mesmo o Oriente Médio, desconsiderando a América do Sul que possuía um percentual de 64%, a África se apresentava como um dos territórios mais propício para a atuação da engenharia brasileira.<sup>3</sup>

Nas considerações de Pedro Campos, boa parte dos contratos firmados nos anos de 1970 a 1980, pelas construtoras, e os mais valiosos dentre deles, eram demandados por agências de países produtores de petróleo.<sup>4</sup> No que diz respeito a África, podemos citar Nigéria, Mauritânia, Argélia, Angola e Congo, países detentores de grandes reservas e produtores de recursos energéticos. Com a crise internacional do petróleo na época, a região africana, se posicionava como um mercado para atuação de empresas de outros países que buscavam investimentos como forma de driblar a crise que aflorava no cenário econômico e político mundial.

Ao mesmo tempo, além dos seus recursos o mercado africano, possui baixas barreiras tarifárias ou políticas comerciais restritivas, atrelado a uma expressiva necessidade por produtos industrializados, infraestrutura e *Know-how* tecnológico. Face a esse cenário, os serviços brasileiros nas áreas de engenharia civil, reconhecidos como alguns dos melhores internacionalmente, nesse período nesse período enxergou diversas oportunidades na África.

---

<sup>2</sup> JORGE, Nedilson (organizador). **História da África e relações com o Brasil**. Brasília: FUNAG, 2018. p. 8.

<sup>3</sup> Revista O Empreiteiro, Edição de dezembro de 1981, n.º 169, p. 18.

<sup>4</sup> CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. O voo do Ícaro: a internacionalização das construtoras brasileiras durante a ditadura empresarial — militar (1968–1988). Jundiaí–SP: Paco Editorial, 2022. p. 60-61.

Percebemos isso nas declarações do Murilo Mendes, diretor da companhia mineira do ramo de engenharia Mendes Júnior na época, que estava concretizando um acordo para construção de uma grande obra rodoviária, a Rodovia- Transmauritânia, no território mauritano, em meados dos anos de 1970. O diretor expõe a Revista O Empreiteiro, que os melhores mercados naquele momento estavam na África e no Oriente Médio, cujos países apresentam enorme volume de obras por fazer.<sup>5</sup>

Diversas companhias brasileiras do ramo da construção que começaram suas atividades em um certo país africano e se expandiram para demais países do continente, gerando em sua maioria, uma trajetória empresarial do outro lado do atlântico, atuando em diversos setores na região e com diversos investimentos, muito deles com o aporte do aparelho estatal político brasileiro. É importante dizer que o setor da construção civil, pertencente às camadas dominantes da sociedade brasileira, teve ainda tem um papel fundamental na execução de projetos no território brasileiros, sendo os governos militares impulsionadores da expansão dessas empresas no cenário internacional.

Diante dessas considerações, é crucial destacar que a pesquisa acadêmica em geral, e particularmente nos cursos de ciências humanas, carece de um volume substancial de estudos sobre a experiência histórica das empresas de engenharia brasileiras no continente africano. No entanto, essa lacuna revela nuances significativas e proporciona informações relevantes acerca do modo como essas empresas atuam fora do Brasil, abrangendo suas formas de organização política e econômica.

Casos interessantes que podemos mencionar é a atuação da companhia Rabello em solo argelino, um país que havia conquistado recentemente a sua libertação nacional do jugo colonial e ditatorial da França nos meados dos anos 1960 a 1970. Iniciou o seu processo de reconstrução do Estado, criando projetos de infraestrutura, como o da Universidade de Constantine, desenhada pelo arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer.<sup>6</sup> Enfrentando inúmeras dificuldades presentes no país, incluindo desafios políticos na tentativa de consolidar um novo Estado, em razão das adversidades e vestígios do domínio francês que ainda perdurava na região. Outro exemplo que pode ser mencionado, e a primeira obra da construtora também mineira Andrade Gutierrez, que conseguiu seu primeiro contrato no continente africano, a rodovia Epena-

---

<sup>5</sup> Revista O Empreiteiro, Edição de outubro de 1975, n.º 93, p.30.

<sup>6</sup> Ver mais em: FERRAZ FILHO, Galeano Tinoco. **A Transnacionalização de grande engenharia brasileira**.1981. 327 páginas. Dissertação (Mestrado em Economia) – Unicamp, Campinas.

Inpfondo-Dongou, no Congo em meados dos anos 80. Desde 2004, a empresa já investiu US\$ 52 milhões (R\$ 85,38 milhões) na região africana.<sup>7</sup>

É notável que a maioria dos estudos existentes se dedica à análise da política externa do Brasil em relação ao continente africano. Entretanto, é perceptível uma outra ausência considerável que se revela quando se trata de investigações centradas nas empresas brasileiras e sua interação com os países africanos. A escassez de pesquisas nesse âmbito se mostra relevante se aprofundar na temática específica.

Para isso, a pesquisa tem como objeto de estudo, uma das maiores empresas brasileiras na África, a Odebrecht, em Angola. Historicamente, a elaboração e as perspectivas para o desenvolvimento da presente pesquisa têm sua origem nas primeiras incursões investigativas durante a graduação, notadamente por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) primeiras percepções sobre a o processo de internacionalização da Odebrecht no continente africano, revelaram-se significativas devido às práticas e à organização da empresa baiana no território angolano.

O estudo avançou para o trabalho final do curso, explorando ainda mais a presença da companhia na região, focalizando sua problematização, nas atividades estratégicas e setores-chave no Estado de Angola, abordando suas obras desde os financiamentos do Banco do Brasil na ditadura militar até os anos mais recentes, enfatizando a parceria com o BNDES nos anos 2000. Ademais, de maneira simplificada, foi abordado sobre as obras privadas, cuja empresa diversificou-se em outros setores e projetos que não eram tradicionalmente o seu foco no internacionalmente.

Destacando-se na construção do primeiro shopping Center de Angola chamado Belas shopping e a edificação do mercado Nosso Super. Desviando do campo da engenharia, a empresa também se aventurou em setores como imobiliário e de diamantes, por exemplo. Foram elencadas considerações também da investigação da Lava Jato que ocorreu em, 2014. Podemos afirmar que esta foi uma das justificativas que deu início do estudo do tema, sendo considerado um dos maiores acontecimentos recentes da história do Brasil. A operação tinha como propósito estrutural o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro no país, porém seu desfecho apresentou diversos reveses.

A investigação expandiu-se internacionalmente, revelando esquemas de pagamento de propinas entre empresas e agentes públicos em vários países, incluindo Angola. Este país,

---

<sup>7</sup> CINTRA, Tatiana. Rumo à África. Editorial Magazine, [S.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20131203001531/http://www.revistaconstrucaoenegocios.com.br/materias.php?FhIdMateria=277>. Acesso em: 31 jan. 2024.

historicamente com uma administração política marcada por diversas complexidades, mantinha uma relação com a Odebrecht, auferindo privilégios e defendendo interesses mútuos. A Odebrecht reconhecia-se culpada de ter corrompido dirigentes angolanos, de 2006 a 2013, com um montante total de 50 milhões de dólares para obter contratos e benefícios no valor de 261 milhões de dólares.<sup>8</sup> Com a investigação, se estabelecesse um cenário de crise econômica no país africano, obras foram paradas, aumento da taxa de desemprego dentre outros imbróglis políticos e econômicos.

O jornal angolano intitulado Maka Angola, em uma de suas reportagens expõe acerca do depoimento à Procuradoria-Geral da República Federativa do Brasil realizada pelo Emílio Odebrecht, paternal e ex-presidente da empresa brasileira Odebrecht. Em uma de seus argumentos apresentado pelo jornal, ele profere

[...]que foi a Odebrecht quem ensinou o presidente José Eduardo dos Santos, a gizar um plano diretor de desenvolvimento para o interior de Angola. Ou seja, para o presidente e o MPLA, Angola era apenas Luanda, até que o Sr. Emílio lhes abriu os olhos para o resto do país. Esse plano, aparentemente, foi inculcado na cabeça do presidente antes do fim da guerra. “Não se limitar a Luanda. Principalmente com a iminência da paz. Com a vinda da paz, era importante a interiorização”; explica o ex-presidente da Odebrecht [...] até ao alcance da paz, o presidente não sabia nada de nada, nem os quadros do MPLA. Aí veio a Odebrecht, outra vez, segundo o Sr. Emílio, com a sua quarta fase de intervenção em Angola, a diversificação do investimento, incluindo o plano energético para o país.<sup>9</sup>

As falas do patrono da empresa deixam nítido como a Odebrecht, historicamente desde a sua aterrissagem no país, se entrelaçou no território angolano, construindo uma relação que foi “além das obras”, muito mais do que hidrelétricas, estradas, pontes ou até mesmo obras das mais engenhosas. Foram formados laços, parcerias e conquistas de poderes no Estado africano. A mentalidade empresarial e política da Odebrecht, foram fixadas em terras angolanas, ela ganhou espaço no âmbito econômico, político e até mesmo cultural. José Eduardo, ex-presidente de Angola entre os anos de 1979 e 2017, possuía uma consideração expressiva e uma relação com a empresa baiana. Há uns anos, afirmou que a Odebrecht era um dos grandes amigos de Angola, a afirmação de caução presidencial a uma empresa privada foi caso raro, se não único.<sup>10</sup>

A confiabilidade conquistada pela companhia brasileira, a especialização em suas negociações, resultou nas decisões e relações potenciais, como por exemplo, o corpo de

---

<sup>8</sup> MORAIS, Rafael Marques de. Lava-Jato em Angola. [online] Maka Angola, 28 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www.makaangola.org/2019/09/lava-jato-em-angola>. Acesso em: 23 de jan de 2024.

<sup>9</sup> MORAIS, Rafael Marques de. Lava-Jato em Angola. [online].

<sup>10</sup> MATONDO, Moiano. Odebrecht e a ocupação selvagem de terras em angola. Maka Angola. 2016. Disponível em: <https://www.makaangola.org/2016/12/a-odebrecht-e-a-ocupacao-selvagem-de-terras-em-angola/>. Acesso em: 20, jul. 2020.

generalatos de Angola, formando general em empresários e até concedendo conselhos na política externa do país. As insuficiências na administração pública do país, tendo seus resquícios advindo da exploração econômica e escravocrata do jugo português, criaram grandes escoriações e traumas nas terras angolanas, mesmo com a independência, havia uma vasta dependência econômica e um país desolado. Sendo assim, esboçar acerca da relação entre a Odebrecht e Angola, convém resgatar o processo histórico da independência angolana, em um momento ímpar com a participação do governo ditatorial brasileiro, tendo uma posição ideológica díspar do país africano.

No que tange a dissertação propõe-se uma análise aprofundada da trajetória da Odebrecht em Angola, abordando suas conquistas e desafios, especialmente no setor de diamantes. O estudo abrange o período desde os anos 70, marcando o início das relações entre Brasil e Angola, até os anos 2000, quando a empresa se inseriu no segmento de pedras preciosas. O objetivo principal é investigar como a Odebrecht consolidou uma posição destacada em Angola, estabelecendo parcerias com o Estado no ramo diamantífero no país.

Assim, para alcançarmos tais objetivos, a pesquisa dissertativa se apoiará em uma abordagem qualitativa, tendo uma característica mais exploratória e narrativa buscando entendimento de determinados comportamentos acerca do tema apresentado, desenvolvendo dessa forma uma pesquisa de caso histórico, observando a natureza e experiências, apoiado em um suporte teórico como forma de delinear e orientar o trabalho. Ao mesmo tempo, foi utilizada a abordagem quantitativa como modo de averiguar os números, métricas, gráficos e tabelas.

Os alicerces para construção do trabalho, no que tange a metodologia teve como base central trabalhos acadêmicos ( livros/dissertações/ teses), que analisam o processo histórico das relações Brasil e Angola, entres alguns autores podemos citar: Visentinni, Ivo Santana, José Flávio Sombra Saraiva, Leticia Pinheiro, nomes de suma importância para compreendermos de forma sólida o continente africano, em particular Angola e a virada do novo vínculo diplomático e econômico entre duas nações no fim dos anos 70, após libertação nacional do país africano. Como forma de compreender o meio da construção pesada e o empresariado brasileira, apresentaremos os estudos do pesquisador Pedro Pedreira Henrique Campos, Galeano Tinoco Ferraz, Marilena Chaves, Ana Célia Castro, Sebastião Velasco e Cruz dentre outros autores.

Ao mesmo tempo, debruçaremos em uma análise e diversos materiais empíricos, como: os periódicos anuais da Odebrecht. Intitulado “Odebrecht informa”, nesses documentos detém contribuições de especialistas da Odebrecht sobre o contato com Angola e o começo da atuação da construção da Hidrelétrica de Capanda, sendo primoroso para discursão. Na mesma linha, como forma de investigar o meio da engenharia brasileira, foi realizado diversas pesquisas nas

Revistas “O EMPREITEIRO”, uma das principais fontes de informações anual do mercado da construção pesada.

Também recorreremos a certos dados jornalísticos angolanos, em específico do “O Jornal Angola”, um dos principais meios de comunicação do país que detém uma importância midiática na região africana e o jornal Maka Angola, do jornalista Rafael Marques de Morais, um dos principais ativistas angolanos e um dos principais encarregados por denunciar e expor os esquemas de corrupção que envolvem as mais altas posições de poder em Angola, bem como as empresas e entidades estrangeiras que com ele negociam. Rafael, também escreveu um dos livros que trabalharemos na dissertação sobre as nuances do ramo de diamantes em Angola, intitulado Diamantes de Sangue, corrupção e tortura em Angola

Tudo isso foi ligado às leituras, fichamentos e análises de fontes secundárias, ou seja, pela qual me dediquei à diversas obras de variadas disciplinas, dentre elas: Economia, Relações Internacionais, Sociologia, Economia Política, Política Externa, Ciência Política e História. Dessa forma, por meio dessa metodologia foi possível desenvolver uma pesquisa elaborada em torno do tema.

Nesse contexto, estruturamos o trabalho em quatro capítulos, buscando compreender a trajetória da empresa desde seu desenvolvimento no cenário empresarial brasileiro durante a ditadura civil militar até o processo de internacionalização e o impacto na exploração de diamantes em Angola. É importante mencionar que não adentraremos no debate sobre o fenômeno da internacionalização das empresas brasileiras, em especial nos anos 60-70.

Há importantes contribuições de estudiosos como Ruy Marini, Paulo Schilling, Theotonio dos Santos e Vânia Bambirra que versam sobre a relação do Brasil com o exterior, a partir da Teoria Marxista da Dependência.<sup>11</sup> Em suas análises elencam as contradições do capitalismo brasileiro, expondo a criação de uma burguesia nacional que, apesar de ter interesses representativos, estava submetido a relação de dependência com o capital estrangeiro, ligado a uma posição periférica face a economia Internacional. Em contraste aos pensamentos dos pesquisadores, a concepção de internacionalização que empregaremos está relacionada ao início de um novo nível de acumulação de capital na economia brasileira. A reserva de mercado imposta pela ditadura ao setor de obras públicas, os incentivos na forma de isenções fiscais,

---

<sup>11</sup> Textos dos autores: SCHILLING, Paulo. **O expansionismo brasileiro**. São Paulo: Global EDITORA, 1981. MARINI, Ruy. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, Carla, LUCE, Mathias; OSORIO, Jaime. **Padrão de reprodução do capitalismo**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012; SANTOS, Theotonio dos. **Dependência y cambio social**. Buenos Aires: Amorrortu, 1973; BAMBIRRA, Vânia. **Capitalismo dependente latino – americano**. Florianópolis: Insular, 2013.

financiamentos facilitados, amplas encomendas de projetos de infraestrutura, o setor da indústria da construção pesada formou grupos de perfil monopolista com capacidade de atuar no exterior.<sup>12</sup>

Assim, no primeiro capítulo explanaremos acerca da composição histórica da Odebrecht, a sua forma de organização, suas influências e seus interesses. Uma vez que suas ações empresariais ambiciosas e suas relações intrínsecas com o Estado, foram essenciais para o seu crescimento nacional e a internacionalização para Angola. Ao compasso que as formas de agir e pensar foram “exportadas para o Estado Angolano”.

Subsequente, no segundo capítulo destrincharemos o processo histórico da formação política do Movimento Popular de Libertação (MPLA). Junto a isso, será explorado o processo histórico de luta pela libertação nacional de Angola nos anos 70, além de abordar acerca da guerra civil nos anos 2000 pós- independência. Expor esse capítulo tem como intuito, demonstrar a relevância do movimento como uma das principais organizações políticas do continente africano, ainda presente na atualidade. E com essa análise podemos discernir as características de um movimento político detentora de um poderio dentro do território angolano, o qual cristalizou uma relação intensa com a empresa baiana Odebrecht.

No terceiro capítulo, nos concentramos em expor sobre a construção do novo intercâmbio entre Brasil – Angola, atrelado aos aspectos econômicos e diplomáticos entre as duas nações entre os fins dos anos 70 e 80. Ademais, apresentaremos também sobre a história inicial da companhia no país: a chegada, interesses, adversidades e o começo da construção da hidrelétrica de Capanda. A ideia do capítulo é mostrar como se fomentou sua relação com o governo do país, a partir de conversas e expectativas diplomáticas entre as duas nações.

O último capítulo, nos debruçaremos sobre o segundo empreendimento em que a Odebrecht se inseriu no país, que foi na extração de diamantes. Diante das dificuldades de fontes, elencaremos pontos históricos e cruciais para sabermos como a empresa angariou os projetos e participou de consórcios no setor com o alto escalão do governo e militares angolanos. Na seção, será pontuado: a história do ramo diamantífero de Angola e a inserção da companhia no setor.

---

<sup>12</sup> CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **O voo do Ícaro**. op. cit., p. 29.

## **1 DO CICLO REGIONAL AO PROCESSO DE DIVERSIFICAÇÃO: A COMPOSIÇÃO ORGANIZATIVA E OS INTERESSES DA ODEBRECHT (1940-1980)**

Antes de atinar acerca da presença da companhia em Angola, no primeiro momento busca-se identificar, historicamente, a forma organizativa da companhia brasileira Odebrecht. Paralelamente, procuraremos entender os seus interesses políticos e econômicos junto ao Estado brasileiro durante sua ascensão regional até o seu processo de internacionalização. A análise desses elementos nos permitirá compreender como a empresa do setor da construção civil conquistou uma posição considerável e uma participação privilegiada dentro da estrutura estatal brasileira, tornando-se uma figura ativa nas obras públicas no Brasil e conveniente com importantes estratégias do Estado durante a ditadura civil-militar, o que ajudou a companhia a pousar na Angola.

### **1.1 A ascensão da Odebrecht: considerações sobre as fases do empresariado brasileiro durante a ditadura civil-militar**

Buscaremos, neste tópico, uma breve apresentação sobre a expansão do poder político alcançado pelo empresariado brasileiro. A ideia é mostrar, historicamente, a estrutura que se criou pela interseção entre os atores do empresariado e a política nacional, enfatizando sua ascensão em posições de privilégio dentro da organização estatal. Acerca desse assunto, há várias contribuições de pesquisadores que imergiram nos estudos sobre o empresariado e sua relação com o Estado durante o decênio de 1960 aos anos de 1980, como René Armand Dreifuss, Sebastião Velasco e Cruz, Renato Raul Boschi, Eli Diniz, e estudiosos mais recentes como Pedro Campos, Sérgio Lazzarini entre outros.

Os seus trabalhos exploraram uma variedade de questionamentos fundamentais acerca da burguesia empresarial brasileira, incluindo sua influência significativa na política do país, durante os ciclos do processo de industrialização. No entanto, nos últimos anos, tem-se observado uma diminuição no enriquecimento dessa temática, no que tange ao desenvolvimento de pesquisas, um dos fatores mais perceptíveis são as complexidades e sistematização nos últimos anos do capitalismo atual e a diversidade de configurações no sistema econômico e diferentes comportamentos empresariais.

A Odebrecht, por exemplo, nos últimos anos perpassou por diversos reveses e imbróglis nos cenários econômico e político contemporâneos. A companhia é um dos maiores grupos e que mais obteve relações estreitas com os governos militares na época e que mais se beneficiou, realizando múltiplos contratos importantes. Conforme elucida Campos, a

construtora começou o período ditatorial como uma empreiteira regional pouco expressiva, mas obteve a sua escalada ao longo dos anos setenta, quando arrematou dois contratos que alteraram significativamente o seu porte, fazendo o seu faturamento triplicar.<sup>13</sup>

É perceptível que o setor da engenharia civil, fração, na qual a Odebrecht faz parte, historicamente, possui um grande poderio econômico no país, além de uma intensa atuação junto ao aparelho de Estado brasileiro. Entende-se que o processo histórico da construção pesada no Brasil está nitidamente relacionado ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro.<sup>14</sup> Todo o movimento que ocorre ao longo do século XX teve como resultado a ascensão do setor de engenharia civil nacional como uma fração dominante que conquista o Estado. Nesse período, certas associações de empreiteiras almejaram uma considerável hegemonia do capital privado e nacional, independência da tecnologia e insumos estrangeiros, além do próprio movimento de diversificação, bem como o processo de transnacionalização das grandes construtoras nacionais.<sup>15</sup>

O *boom* no setor adveio da expansão das políticas públicas voltadas para projetos em níveis estadual e federal na área da construção civil, que ocorrem durante o governo Juscelino Kubitschek. A partir do chamado Plano de Metas foram erguidas de forma substancial diversas obras em múltiplos setores: desde a indústria de base à construção rodoviária no Brasil. Foi um momento em que o Estado proporcionou, por meio de dispositivos econômicos, situações oportunas para o nascimento de grandes empresas da engenharia pesada, muitas dessas companhias, em associações, angariaram titularidade em poucos anos, ficando entre as maiores companhias do país.

O Brasil, nessa época, viria a se tornar também um lugar atraente para investimentos do capital estrangeiro. Após a Segunda Guerra, os centros capitalistas começaram a ter novamente solidez econômica, o que resultou na procura de novas perspectivas de lucro de exportação de capitais no campo da produção industrial, o que foi crucial para o desenvolvimento e o robustecimento industrial brasileiro, criando uma relação entre: o capital internacional, o capital nacional a partir das suas associações e o capital de Estado.

---

<sup>13</sup> CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **A Ditadura dos Empreiteiros**: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964 -1985. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação de História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012. p. 114.

<sup>14</sup> FERRAZ FILHO, Galeno Tinoco. **A Transnacionalização da Grande Engenharia Brasileira**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Filosofia e Ciências Humanas, Campinas: 198, p. 31.

<sup>15</sup> CHAVES, Marilena. **A indústria da construção no Brasil**: desenvolvimento, estrutura e dinâmica. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia Industria, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 1985, p. 136.

Porém, entre o século XIX e o início do XX, havia outra realidade: a construção pesada nacional não se configura a partir do desenvolvimento interno industrial. No geral, nesse período, pequenos empresários existentes, vindo de atividades do artesanato e do comércio, não tinham preocupações, além das pessoais.<sup>16</sup> Nesse contexto, a classe empresarial era ínfima no que tange às suas ações na sociedade e detinha um acanhado de significância econômica, dessa forma possuindo uma certa insuficiência em constituir uma classe estruturalmente expressiva e ordenada.

Nessa época, o país se denominava como um receptor de capital estrangeiro, já que não possuía um setor estruturado em diversos aspectos. Havia um grande processo para o aumento de aplicações de investimentos e atuação de empresas estrangeiras, que realizavam obras de infraestrutura de grande porte em setores como os de energia, ferrovias, rodovias, entre outros.<sup>17</sup>

No governo de Getúlio Vargas, com o revigoramento do capital industrial nacional, o Estado, além de firmar os contratos, como o operador das obras públicas. Com o avanço do capitalismo industrial no governo de JK, se consolida o fortalecimento da presença do Estado na execução dos projetos da construção civil no país, além da participação entre o Estado, como gerenciador dos contratos e as empresas privadas, muitas delas estrangeiras, como contratadas.

O resultado foi a inserção das empresas manufactureiras nacionais no campo das obras públicas. Esse novo modelo representava a emergência política da fração do empresariado industrial para o centro do poder, com a consolidação de um modelo de Estado que servia aos seus objetivos. Nessa configuração de hegemonia dos industriais, os empresários da construção pesada tinham posição altamente privilegiada.<sup>18</sup> Esse processo se intensifica na ditadura civil-militar, sendo proveitoso para o setor industrial, entre eles a engenharia e a construção, que angariaram privilégios junto ao Estado ditatorial. É importante lembrar que a classe empresarial teve, de fato, um papel ativo no golpe que instaurou a ditadura no país em 1964, momento em que foi inserido em um quadro bastante matizado no que tange ao empresariado e suas relações com a sociedade e o Estado no Brasil.<sup>19</sup>

Em sua obra, Dreifuss diz que a ditadura civil-militar se enceta a partir da

---

<sup>16</sup> BORTONE, Elaine de Almeida. A participação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) na construção da Reforma Administrativa na Ditadura civil – militar (1964 – 1968). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação de História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013. p. 20.

<sup>17</sup> CASTRO, Ana Célia. **As Empresas Estrangeiras no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

<sup>18</sup> CAMPOS, op. cit., p. 65.

<sup>19</sup> SWAKO, José, MOURA, Rafael; FILHO, Paulo D'Avila. **Estado e Sociedade no Brasil**: a obra de Renato Boschi e Eli Diniz. Rio de Janeiro: CNPq, FAPERJ, INCT/PPED, Ideia D, 2016. p. 176.

ascendência de marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), como conseqüências inúmeros agentes, que eram membros do IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais)<sup>20</sup>, foram favorecidos no aparelho de Estado sendo estabelecidos diversos projetos na estrutura política estatal. A nova estruturação de Estado desse período atuou, não apenas no bloco de poder financeiro, industrial e das empresas estrangeiras e associados, não obstante o IPES estava presente no controle do bloco de poder como orientador e organizador. O Estado era composto por classes empresarias e governado e controlado por um bloco de poder. De um modo geral, o Ipes moldava-se aos interesses de multinacionais e associados com uma certa expertise que ultrapassava os interesses exclusivos de empresas específicas e frações sociais. Ao mesmo tempo, tendo competência para criação de políticas que amparava integralmente o bloco.

Fontes afirma que a ditadura estava paralelamente relacionada ao forte impulso na escala da concentração de capitais, em que se incubaram e se fortaleceram mais entidades organizativas das classes dominantes, agora lideradas pela fração monopolista industrial.<sup>21</sup> Entre elas, as empresas industriais brasileiras da construção pesada, que se converteram em grupos monopolistas, assim como líderes de conglomerados econômicos de atuação no Brasil e no cenário internacional, foram beneficiadas pelas políticas de proteção e incentivo estatal.<sup>22</sup> O desenvolvimento do monopólio capitalista no Brasil se revigorou face ao mercado e ao modo de produção, por meio das atuações comerciais, financeiras e industriais. Conforme expressa Florestan Fernandes:

Embora as tendências para esta evolução sejam anteriores, ela só se acentua no fim da década de 50 e só adquire caráter estrutural posteriormente a ditadura militar [...] No fim da década de 50 para 60, se configurou a possibilidade de converter o Estado em eixo político da recomposição do poder econômico, social e político da burguesia, estabelecendo -se uma conexão direta entre dominação de classe, - concentração do poder político de classe e livre utilização, pela burguesia, do poder político estatal.<sup>23</sup>

Compreende-se que o desenvolvimento industrial no país expande o Estado capitalista e monopolista, que se organiza como um sustentáculo rentável, em que existem ocupações por

---

<sup>20</sup> O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), surgiu em 1961, a instituição tinha como intuito conspirar contra o presidente João Goulart, o que resultou no Golpe Militar de 1964. Reuniu inúmeros empresários brasileiros, intelectuais, tecnocratas, diretores de multinacionais, jornalistas, militares da escola de Guerra (ESG) e etc.

<sup>21</sup> FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010, p. 318.

<sup>22</sup>Ibid., p. 113.

<sup>23</sup> FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p. 225 – 264.

parte de aparelhos privados de hegemonia, grupos dominantes e dominados, associações privadas e governamentais e frações - que mantêm relações de forças entre classes no interior do Estado. Com a ditadura civil-militar brasileira, os grandes grupos empresariais continuam amparando o governo, principalmente os setores que recebem os benefícios de investimento direto e protecionismo oferecido pelo governo, o setor específico das empreiteiras se desenvolve com a realização de grandes obras, como a hidrelétrica de Itaipu e as usinas Nucleares Angra I e II.<sup>24</sup> Na ótica do pesquisador Renato Boschi

O Estado se avorava numa posição de acumular funções empresariais e políticas, por um lado excluindo o empresário local da participação direta nas decisões que definem os rumos da política econômica, de interesses imediato daqueles grupos e por outro, mantendo uma política salarial e anti-inflacionária que demanda um controle irrestrito e exacerbado das classes operárias (essencial, por sua vez, no que diz respeito à garantia das possibilidades de acumulação capitalistas [...]).<sup>25</sup>

É essencial sinalizar que, no pensamento gramsciano, na lógica do Estado capitalista ocidental, a principal função desses aparelhos de hegemonia seria a de construir o consenso das grandes massas pouco organizadas, de modo a obter sua adesão aos projetos articulados pelos grupos dominantes.<sup>26</sup> Com a ditadura civil-militar brasileira, a indústria da construção pesada nesse período, empresários em seus grupos e associações atuaram de acordo com as finalidades, posições e ideologia alinhadas ao aparelho de Estado e à sociedade civil. Conforme tece Armando Boito, a burguesia nacional ocupou uma posição privilegiada no bloco de poder da ditadura civil-militar brasileira.<sup>27</sup> Em suas disputas, entre si e com outros setores, esses aparelhos privados de hegemonia da construção desenvolveram grandes agentes e a companhia Odebrecht foi um dos importantes agentes associada a certas empresas que estavam atreladas ao aparelho privado de hegemonia do setor da construção civil. Para Pedro Campos:

O setor de construção pesada é um dos mais poderosos da economia brasileira atualmente, apesar de ele já ter sido ainda mais poderoso e importante em sua atividade principal, a implementação de obras públicas. Isso ocorreu durante a ditadura civil-militar, momento no qual, em condições excepcionais, o setor cresceu enormemente, em virtude da grande demanda de obras públicas por um

<sup>24</sup> RODRIGUES, Caio César Coelho. **Entre Elites, Corporações e Corrupção** As relações entre a Odebrecht e o Estado brasileiro. Dissertação apresentada à Escola de Administração de Empresas - Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2019, p. 56.

<sup>25</sup> ELI, Diniz; BOSCHI, Renato Raul. **Empresariado Nacional e o Estado no Brasil**. Forense - Universitária. Rio de Janeiro. 1978., p. 197.

<sup>26</sup> MENDONÇA, Sonia Regina. O Estado Ampliado como ferramenta metodológica. In: **Marx e o marxismo** v.2,2.2, jan/jul 2014. p. 35

<sup>27</sup> BOITO Jr, Armando. Dossiê: Neoliberalismo e lutas sociais no Brasil. In: COLETTI, Claudinei; GALVÃO, Andréia; TRÓPIA, Patrícia Vieira; ZARPELON, Sandra, Regina;(orgs.). **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas** (UNICAMP), 2002. p. 20.

aparelho de Estado, cuja estratégia era a modernização capitalista acelerada do país.<sup>28</sup>

O poder adquirido pelo setor promoveu o desenvolvimento de grandes empreiteiras detentoras de capital e aliadas ao Estado ditatorial da época, como, por exemplo, Camargo Corrêa, OAS, Mendes Júnior, Andrade Gutierrez, entre outras. Como veremos, o ciclo de expansão da Odebrecht se inicia com a participação destacada no bloco de poder da ditadura civil-militar brasileira, resultando em políticas altamente benéficas para sua ascensão empresarial no aparelho estatal brasileiro. Com isso, tornando-se uma das maiores construtoras do país, ao mesmo tempo, todo esse processo passou pelo âmbito da relação com as agências federais do Estado e à expressiva convivência com as empresas regionais do Nordeste.

É importante ressaltar que as empresas da construção pesada têm certas especificidades, entre elas, como cliente é o aparelho de Estado, há particularidades na ação política e empresarial dessas companhias.<sup>29</sup> Para a jornalista Malu Gaspar, Sérgio Lazzarini argumenta que

[...]em qualquer ramo econômico que tem como maior contratante o setor público, as empresas precisam desenvolver outras competências além da técnica, a mais importante delas é a política e o negócio (...) as empreiteiras, mais do que a engenharia, é firmar e gerenciar seus laços com os governos.<sup>30</sup>

Diversos autores afirmam que, historicamente, há uma relação considerável entre o empresariado e o Estado brasileiro, como Renato Boschi e Eli Diniz, trazem em suas obras como “Estado e Sociedade no Brasil e Empresariado Nacional e Estado no Brasil. Na próxima seção, será esmiuçada a trajetória da companhia e suas relações com outras frações da sociedade e, assim, veremos como são nítidas a interação entre o Estado e a sociedade civil, a partir da concretização da Odebrecht com um expressivo vínculo com o Estado brasileiro e atuando de forma expressiva e uma das grande empresas e influência do setor da construção pesada.

## 1.2 Formação histórica e organizativa da Odebrecht

A formação de laços com os agentes e frações da sociedade civil, historicamente, é um dos principais pilares da Odebrecht. A companhia se configurou com um dos principais agentes

<sup>28</sup> CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Os Odebrecht, os Camargo e os Andrade: as grandes famílias brasileiras da construção civil. In: **XXVII Simpósio Nacional de História.**: lugares dos historiadores velhos e novos desafios. Florianópolis, 2015. p.35.

<sup>29</sup> CAMPOS, Pedro Henrique. Estranhas Catedrais...op. cit. p. 65 *apud* CHAVES, Marilena. **A indústria da construção pesada no Brasil:** Desenvolvimento, estrutura e dinâmica. Dissertação (Mestrado em Economia Industrial). Rio de Janeiro: UFRJ, 1985. p. 1-28.

<sup>30</sup> GASPAR, Malu. Megacorrupção: como a Odebrecht virou a empresa mais corrupta e corruptora da história do Brasil. **Revista Piauí (online).**: A Organização. 2016. Disponível em: <https://diplomattizando.blogspot.com/2016/12/megacorrupcao.html>. Acesso em: 20 de out. 2022.

do empresariado brasileiro, usufruindo de diversos privilégios e angariando um certo monopólio no setor público de obras públicas brasileira, além de outros setores como petroquímico, a partir da sua diversificação em outros setores. Os interesses da Odebrecht e a sua formação, como será exposto, resultaram na consolidação da companhia como membro ativo do empresariado brasileiro, desde meados da ditadura civil-militar brasileira, estruturando-se como parte do grande capital empresarial do país. Exposto isso, inicialmente buscamos conceituar e entender a composição e o modelo de negócio da Odebrecht. De acordo com os tipos de grupo empresarial delineados pelo pesquisador Reinaldo Gonçalves. Podemos inferir que a estrutura desse tipo de conglomerado corporativo

[...]caracteriza-se pelo fato de que a principal fonte de capital do grupo é uma família ou um número reduzido de famílias que estão, de alguma forma, relacionadas entre si. Ademais, os principais postos de direção do grupo tendem a ser ocupados por membros da(s) família(s), que são responsáveis pelas decisões estratégicas e pelas atividades operacionais do grupo. Embora tenda existir uma identidade entre propriedade, controle e parentesco (nepotismo), os grupos familiares também podem se administrados por profissionais que não são membros das famílias.<sup>31</sup>

A companhia, como veremos, foi constituída por uma família alemã e desde então mantém raízes familiares nos dias atuais no interior da empresa. Além disso, a Odebrecht foi a companhia que, em sua forma organização, sempre almejou condições em que favorecessem os interesse econômicos da empresa. De início, a Odebrecht passou anos conseguindo relações com diversos setores de diferentes atuações, fazendo obras privadas e disputando concorrências estaduais ou regionais da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, a SUDENE e foi somente com o aparato estatal ditatorial que conseguiu expandir seu poderio.<sup>32</sup> Cabe resgatar também a importância da tradição familiar, na qual a maioria das companhias do ramo detinha seu poderio de capital ou conhecimento empresarial advindo de suas famílias. Como por exemplo, a Odebrecht, que em seu percurso histórico, as raízes e comportamentos empresariais foram passado de geração e geração. No periódico de 1985 sobre os quarenta anos da empresa, um dos responsáveis pelo crescimento da companhia, Norberto Odebrecht expõe:

a história da Odebrecht se configura a partir de sucessões de uma primeira por uma segunda geração de empresários e desta segunda geração por uma terceira. Mas a definição de geração não é meramente cronológica. Não por sua idade nem pelo tempo de serviço prestado que alguém se enquadra nesta ou naquela geração(...)<sup>33</sup>

<sup>31</sup> GONÇALVES, Reinaldo. Grupos econômicos: uma análise conceitual e teórica. **Revista Brasileira de Economia**, v. 45, n. 4, p. 491-518, out./dez. 1991, p. 510.

<sup>32</sup> GASPAR, Malu. A ORGANIZAÇÃO –A Odebrecht e o esquema de corrupção que chocou o mundo. 1 Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

<sup>33</sup>Odebrecht Informa. Ano X – N° 37 – dezembro de 1985, p. 6.

Para o empresário pernambucano, as gerações de empresários da companhia são compostas por atitudes e ações cruciais para dar o alicerce necessário ao progresso empresarial da Odebrecht, sendo pautada em princípios e filosofias.

A primeira geração, constituída pela sua própria liderança e a segunda pelo seu filho Emílio Odebrecht, estão vinculadas pela “perpetuidade” do legado da organização e também pelo crescimento” e “sobrevivência dela. A terceira origem de novos representantes da companhia, estaria centralizada na satisfação do cliente e na super vivência da empresa. No geral, o empresário, à época, ainda revela sua perspectiva para as novas gerações

Em suma, meus jovens companheiros, se tenho razão em afirmar que o êxito desta Organização está intimamente vinculado ao fato de que suas novas gerações têm conseguido superar suas novas gerações têm conseguido superar as realizações das que as precederam, tenho bons motivos, agora, lhes lançar o desafio de somarem esforços para formação de uma quarta geração de empresário capaz de produzir realizações ainda mais importantes e audaciosas do que as que juntos conseguimos empreender nestes 40 anos.<sup>34</sup>

Norberto, em seus dizeres e livros como *Sobreviver, Crescer e Perpetuar e Educação pelo Trabalho* preza pelas gerações de representantes, a relação entre o colaborador e o líder, a preservação da cultura e fundamentos empresariais para o progresso da companhia, além da importância do clientelismo. Expõe acerca da filosofia organizacional da empresa a partir de um conjunto de princípios que constitui a tecnologia empresarial da Odebrecht, intitulada (TEO)<sup>35</sup>, que, naquele período, em sua visão, eram essenciais para o gerenciamento e o caminho que a construtora deveria seguir para ter êxito nos negócios e manter a harmonia empresarial.

Os princípios da TEO não foram inventados por Norberto, mas sim, apreendidos e sistematizados ao longo das décadas. O objetivo da TEO é criar uma “grande empresa com espírito de pequena empresa”, ou seja, “(...) aquele que, a partir de seu talento de sua vontade e de sua disciplina conquista o respeito e a amizade dos colaboradores(...)”.<sup>36</sup> Além da importância dos representantes da empresa, ele era perspicaz em suas relações com os clientes. Para o empresário, clientes eram os reais detentores de poder no âmbito da empresa, sendo a força motriz para a empresa operar e seu desenvolvimento.

O início do que viria a se tornar a construtora começou com a chegada do alemão Emil

---

<sup>34</sup> Odebrecht Informa, 1985, Ano X – N° 37, op. cit., p. 6.

<sup>35</sup> Ver mais sobre a TEO em: Odebrecht, Norberto. *Sobreviver, Crescer, Perpetuar: Tecnologia Empresarial Odebrecht*. Odebrecht. Salvador: Brasil, 2006.

<sup>36</sup> CABRAL, Marcelo. OLIVEIRA, Regiane (org.). *O príncipe, uma biografia não autorizados de Marcelo Odebrecht*. In: **O reino**. Editora Alto Astral, São Paulo, 2017, p. 132.

Odebrecht<sup>37</sup> para o Brasil em 1856, em razão da migração germânica no país.<sup>38</sup> O engenheiro residiu em Santa Catarina, no Vale do Itajaí, local em que participou de diversos projetos de infraestrutura no Estado sulista. Atuou no desenvolvimento de estradas, telégrafos e operou em diversas edificações na região.

Seguindo os seus passos, o seu neto, Emílio Odebrecht, já era influenciado desde a sua infância pela tradição familiar na engenharia, pelo avô e pelo tio Adolfo, que também era formado em engenharia. Emílio acompanhava Emil em explorações e em operações dos telégrafos. Aos vinte anos, se muda para o Rio de Janeiro, em 1914.<sup>39</sup> No Estado em que se formou em engenharia, Emílio consegue entrar na Companhia Construtora em Cimento Armado do alemão Lambert Riedlinger, que tinha vindo para o país no início do século XX, transportando para o Brasil o método de construção do concreto armado, já bem evoluído na Alemanha.<sup>40</sup>

Em 1917, em decorrência da ausência de construções devido à alta produção no setor açucareiro, Riedlinger promove a sua ida à Recife. Naquele período, com a incidência da Primeira Guerra Mundial, aflorou-se uma carência no mercado açucareiro internacional, promovendo um aumento da demanda produtiva advinda do Nordeste. Com Baumgart e Riedlinger, Emílio iria participar da introdução no Brasil da “era do concreto armado” na indústria da construção e na arquitetura em geral.<sup>41</sup> A técnica transformou a engenharia civil brasileira, sobretudo nas construções de viadutos, pontes, edifícios, entre outras infraestruturas.

No mesmo ano, Lambert Riedlinger indicou para o cargo de gerência da filial em Recife o engenheiro Isaac Magalhães de Albuquerque Gondim.<sup>42</sup> Este possuía *know how* e noções na área, tendo realizado atividades em um porto ao longo da graduação, no setor que operava operações matemáticas, desenhos técnicos, averiguação hidrográfica, entre outras incumbências.

---

<sup>37</sup> Emil Odebrecht, nasceu em 1835, na Prússia conhecida atualmente como Alemanha, era cartógrafo e engenheiro – geodesta. Se tornou importante em Santa Catarina pelos seus projetos de desenvolvimento do Estado e mapeado diversos lotes na região em que residiu. Se formou em engenharia pela Universidade de Greifswald. Além disso, já estabelecido no Brasil, se alistou como voluntário no exército durante a Guerra do Paraguai, vindo a falecer em 1912.

<sup>38</sup> ODEBRECHT, 2014. História [online]. Disponível em: <https://www.odebrecht.com/pt-br/organizacao-odebrecht/historia>. Acesso em: 20 de out. 2020

<sup>39</sup> Emílio Odebrecht, o Pioneiro. Odebrecht Informa. Edição Histórica, [online~] novembro de 2004. Disponível em <https://web.archive.org/web/20051024102354/http://www.odebrechtonline.com.br/materias/0020100300/252/>. Acesso em: 27 de dez. 2022.

<sup>40</sup> Emílio Odebrecht, o Pioneiro...[online]

<sup>41</sup> Ibidem.

<sup>42</sup> Ibidem.

Para além disso, Gondim estava empenhado nos conhecimentos do cimento armado. Em seguida, em 1919, emergiu a sua primeira empresa, a construtora Isaac Gondim e Odebrecht Ltda, com sede em Recife<sup>43</sup>, posteriormente, inauguraram uma filial em Alagoas. Gondim e Emílio estavam preparados para a nova empreitada, com obras de médio e grande porte de diversos modelos de edificações e focada ainda mais no cimento armado. Porém, em 1923, a sociedade entre ambos se encerrou e a última obra realizada pelos dois foi o escritório da *The Pernambuco Tramways and Power Co. Ltd.* Devido à incompatibilidade de pensamentos, decidiram pela dissolução da companhia. No mesmo ano, Emílio Odebrecht, associado a Gustavo Adolpho Schaefer e Benedito Ximenes de Souza Neves, constitui uma empresa para exploração de construções em geral, principalmente com cimento armado e instalações hidráulicas, com sede no Recife.<sup>44</sup> Desenvolveram a Emílio Odebrecht & Cia, que obteve um importante papel na engenharia civil do Nordeste brasileiro.

Ainda nos anos vinte, nasce, em Recife, Norberto Odebrecht, filho de Emílio Odebrecht e, que, ainda na infância, vai à Salvador com sua família. O empresário vai para região a fim de atender solicitações de trabalho na Bahia, levando antigos mestres e encarregados de obras, constituindo, assim, a empresa Emílio Odebrecht & Cia. em Salvador, Bahia.<sup>45</sup> A razão para a migração deveu-se à crise do açúcar no Recife e ao fato de a Bahia viver um momento de bonança e crescimento naquele período, pois seus principais produtos de exportação, o cacau e o fumo, estavam em alta no mercado internacional. O porto de Salvador era o terceiro maior do Brasil em volume de exportação.<sup>46</sup>

Tabela 1 - Determinadas obras realizadas pela Empresa Emílio Odebrecht & Cia na Bahia (Meados de 1920 -1930)

Ponte sobre o Rio Cachoeira, em Itabuna. (primeira de concreto armado da Bahia)	Colégio Antônio Vieira
Edifício Magalhães	Pavilhões do Liceu Salesiano
Palácio da Saúde e da Assistência	Fábrica de Chocolates Behring
Sede da companhia de Navegação Baiana	Cinemas Aliança e Santo Antônio
Catedral de Petrolina	Hospital Santa Terezinha

<sup>43</sup> ODEBRECHT, História... [online]

<sup>44</sup> Emílio Odebrecht, o Pioneiro...[online]

<sup>45</sup> Odebrecht Informa, Ano X – N° 37.....op. cit... p. 17.

<sup>46</sup> Emílio Odebrecht, o Pioneiro...[online]

Hospital São Jorge	Edifício da Secretaria de Segurança Pública para o governo do Estado.
--------------------	---

Fonte: Elaboração Própria.

Durante alguns anos, a empresa se manteve consistente e realizando grandes operações na região. Na metade dos anos de 1920 a 1930, a construtora aumentou suas atividades no interior do Estado, particularmente em obras ligadas aos negócios do fumo e do cacau e, posteriormente, na mudança do decênio, a construtora operou em construções com aspecto social, como hospital e escolas para o Estado baiano. Averigüe-se que com uma nova crise na economia se instaurando, na medida em que diminuía a atividade industrial do Nordeste e crescia a participação paulista, a companhia ganhou vários contratos entre 1930 e 1932, ligados a serviços essenciais para a população, que possuíam natureza assistencial.<sup>47</sup> Pode-se analisar que algumas construções, com o aporte do Estado, foram agentes de estímulo para o desenvolvimento da companhia na Bahia nas décadas seguintes.

#### 1.2.1 A criação da construtora Norberto Odebrecht e as relações com agentes do Estado

Com a Segunda Guerra instaurada, no início dos anos 40, o conflito começava a ter certos efeitos em vários setores no Brasil. Entre eles na construção civil, mas especificamente na escassez materiais utilizados pela empresa da família, que eram todos importados, em virtude do conflito, tiveram elevação nos preços e Emílio veio a se endividar para manter a companhia, mas não conseguiu resistir.<sup>48</sup> A causalidade da guerra aumentou os valores de insumos essenciais para construção. Os projetos, que já viam sido selados, não eram possíveis retificar, isso fez com que diversas companhias de engenharia civil dependentes dos materiais para construção, fossem cobradas pelos contratantes, vieram a falir, entre eles o próprio Emílio, que acabou se afundando em dívidas na tentativa de manter os negócios. No entanto, acabou cedendo a empresa para seus credores.

Ainda no início do decênio, seu filho Norberto Odebrecht, influenciado pela tradição familiar na construção de engenharia civil, formado na escola Politécnica de Salvador, que viu o pai falir no ramo da construção durante a Segunda Guerra Mundial.<sup>49</sup>

<sup>47</sup> Emílio Odebrecht, o Pioneiro...[online]

<sup>48</sup> CABRAL, Marcelo; OLIVEIRA, Regiane, 2017, p. 191-192.

<sup>49</sup> CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Os Camargo, os Andrade e os Odebrecht: as grandes famílias brasileiras da construção civil. In: Pedro Henrique Pedreira Campos; Rafael Vaz da Motta Brandão(org.). Os Donos do Capital: a trajetória das principais famílias empresariais do capitalismo brasileiro. Ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2017, p. 24.

Buscou erguer uma nova empresa em plena decadência financeira, ele consolidou diversos acordos e financiamentos com os bancos e membros da empresa para negociar as dívidas a feita companhia do pai. A ideia foi a utilização de recursos que restaram da empresa paterna para fundar, em Salvador, o seu negócio na mesma área aonde já tinha bastante conhecimento. Nesse sentido, em 1944, cria a empresa por si só e em 1945 dá início a Construtora Norberto Odebrecht (CNO). Convidou, então, dois jovens estudantes da Escola Politécnica da Bahia – Francisco Valladares e Otto Schaeppi, para o apoiarem na estruturação de uma nova empresa, da qual se tornaram sócios.<sup>50</sup> Interessante pautar que para abrir uma nova firma, para progredir com os resquícios da empresa mantendo a posição do nome da família no mercado e os negócios, foram definidos certos pactos

Um pacto político foi estabelecido com o Banco da Bahia, seu principal credor, que se transformou em aliado na conquista de novos clientes. Um pacto econômico garantiu aos clientes obras de qualidade, em menores prazos e a menores custos. E um pacto social selou a união de empresários e trabalhadores.<sup>51</sup>

Essas promessas fizeram com que Norberto contratasse seus próprios professores, que tinham como responsabilidade a parte teórica a partir de soluções matemáticas e, tendo um conhecimento avançado de engenharia, realizavam técnicas mais avançadas. Além disso, desenvolveu acordos e ofertas, como, por exemplo, se os seus novos funcionários acelerassem as obras dos credores, fariam parte dos lucros. A ideia se mostrou eficiente, visto que os projetos começaram a ser realizados em tempos menores. Além dos lucros, Norberto deixou certos funcionários incumbidos de diversas tarefas.

Os mestres de obra tornaram-se responsáveis por certos projetos, tendo toda a liberdade para formar sua equipe e chegar aos resultados previamente estabelecidos, que seriam compartilhados entre o mestre (que deveria satisfazer o cliente com a redução de prazos e custos), sua equipe e o empresário.<sup>52</sup> Todo esse trabalho e de Norberto foram essenciais para que, no fim dos anos 40, todas as dívidas fossem pagas. Ademais, ainda como estudante, concluiu os projetos da antiga empresa do pai.

Concomitantemente a isso, o fundador da nova empresa começou a ganhar força dentro da região do Nordeste brasileiro, fazendo laços com fornecedores, banqueiros, clientes e com o próprio Estado. Historicamente, uma das capacidades de Norberto foi a de “manter vínculos” para conquistar obras na região e, de certo modo, ser uma grande preferência entre demais

---

<sup>50</sup> Norberto Odebrecht, o Fundador. Odebrecht Informa. Edição Histórica [online], 2004. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20051024102420/>. Acesso em: 07 de jan. de 2023.

<sup>51</sup> Norberto Odebrecht, o Fundador ...[online]

<sup>52</sup> Ibidem.

companhias. No geral, as empreiteiras da região Nordeste do país foram beneficiadas pelas atividades de instituições federais: o DNOCS, a Chesf, a BNB, a Petrobrás e a Sudene, por exemplo, foram autarquias que atuaram na implementação da infraestrutura regional e na realização de obras, bem como no fortalecimento dessas empresas.<sup>53</sup>

A firma de Norberto Odebrecht, em seus primeiros anos atuando na Bahia, foi uma das mais eminentes construtoras que almejavam contratos com tais entidades federais e com o governo baiano. O empresário começou um relacionamento com o governo de Otávio Mangabeira, que possivelmente beneficiou a construtora com contratos e projetos ao longo de sua gestão como governante da Bahia entre os anos de 1947 a 1951. Mangabeira foi um líder político que ocupou cargos em diferentes governos, entre eles o de ministro da Justiça e da Educação, tendo uma considerável relação com diversos políticos brasileiros.

O seu governo na Bahia foi marcado por um surto desenvolvimentista inédito até então, em que se destacaram diversos empreendimentos, vários deles com a participação da nova construtora baiana.<sup>54</sup> Entre as políticas do governo do Mangabeira, pode-se enfatizar o advento de inúmeros projetos na capital e no interior do Estado. Em meados do decênio de 1940, a empresa era uma das mais dominantes dentro do Estado, tendo essas instituições citadas como suas principais contratantes. O primeiro empreendimento construído pela CNO foi o edifício Cruz, construção da sua própria matriz, em Salvador.

Pode-se dizer que Salvador estava se tornando um expressivo campo de grandes construções. A criação da companhia coincidiu com um momento histórico no qual, e na Bahia dos anos 40 a 50, foi incorporando a lógica do capitalismo industrial brasileiro, a despeito de, ainda nessa época, conservar uma estrutura produtiva herdada dos séculos anteriores, baseada em atividades subsidiárias e de suporte agroexportador.<sup>55</sup>

Com a CNO incorporada e presente nesse novo ciclo econômico, ficou incumbida de angariar clientes e ganhar posições no mercado da construção civil baiano. Sabendo que nesse período os interesses entre agentes econômicos e políticos estavam imbricados, e para sobreviver em um mercado dominado pelas construtoras estrangeiras e nacionais de grande porte, a CNO teve de articular os seus interesses aos dos detentores de crédito e dos agentes públicos. Uma dessas regras consistia na articulação com o poder político.<sup>56</sup>

Norberto, no período desses dois decênios, associou-se de forma a condicionar o Estado

---

<sup>53</sup> CAMPOS, Pedro Henrique. *Estranhas Catedrais*, 2014. p. 34.

<sup>54</sup> Norberto Odebrecht, o Fundador...[online]

<sup>55</sup> GONÇALVES, Ferreira Alicia. **Cultura & mercado no contexto transnacional**: uma etnografia da Tecnologia Empresarial Odebrecht (tese de doutorado). São Paulo, Brasil: UNICAMP, 2003, p. 93.

<sup>56</sup> GONÇALVES, op. cit., p. 112.

como um sustentáculo econômico para suas atividades, a exemplo dos vínculos como investidores para obtenção de créditos, como por exemplo, o Banco Econômico e o banco da Bahia, atrelados ao Estado. Para Virgínia Fontes, o Estado permite verificar a estreita correlação existente entre as formas de organização das vontades singulares e coletivas, a ação e a própria consciência (sociedade civil), sempre enraizadas na vida socioeconômica e as instituições específicas do próprio Estado em sua acepção restrita (sociedade política).<sup>57</sup> Ou seja, podemos entender que o início da inter-relação de Norberto Odebrecht com agentes políticos e agências públicas e sua forma organizativa em angariar espaço e almejar seus interesses tem um sentido em se correlacionar como um agente presente em uma classe dominante e possuir relações com outros setores da sociedade.

A CNO fez parte de uma das classes dominantes mais expressivas economicamente do país, o setor da construção civil, mesmo ainda dando seus primeiros passos, como veremos, conseguiu uma posição de dominância dentro do Estado e fortes relações com entidades estatais em meados do século XX, consolidando-se como uma das principais empresas do Nordeste e, posteriormente, do Brasil. Dito isso, tendo suas inspirações em Gramsci, Nico Poulantzas expõe certas considerações

O Estado não constitui, no entanto, um simples conjunto de peças descartáveis: ele apresenta uma unidade de aparelho, designado como centralizador ligado a unidade, através de suas fissuras do poder do Estado (...) isso se traduz como sendo a favor da classe ou fração hegemônica, atualmente o capital monopolista (...) o Estado tem um papel principal de organização, ele representa as classes dominantes, organizando o interesse político ao longo prazo do bloco no poder, composto em várias frações de classe), do qual participam em certas circunstâncias as classes dominantes provenientes de outros modos de produção, presente na formação social capitalista.<sup>58</sup>

Apoiado na citação acima, entende-se que o Estado possui frações como, por exemplo, a classe de empresas do ramo de engenharia e construção. Estas detêm associações e maneiras de angariar de modo econômico, político e, de maneira ideológica, forças para ter sua hegemonia diante da sociedade civil. A Odebrecht, como um agente dominante, desenvolve no começo dos negócios de Norberto uma outra companhia, na região do Baixo Sul da Bahia. O empresário viu potencial na área ambiental, onde havia grande abundância e diversidade de recursos naturais do local. Seria um momento de inserção em novos mercados, a exemplo da produção energética e de técnicas econômicas nas operações florestais. O empresário, mesmo não possuindo conhecimento nesse setor, conseguiu capitais e empresas para localidade. Dentre

---

<sup>57</sup> MENDONÇA, 2014, p. 34.

<sup>58</sup> POULANTZAS, Nicos. 1977, p. 157.

as companhias atraídas: a Firestone (que plantaria seringueiras para fazer seus pneus) e a Matarazzo (que plantaria dendezeiros para fazer óleo).<sup>59</sup>

Além disso, criou uma companhia diversificada em 1953 chamada S.A. Ituberá Comércio e Indústria – SAICI, em consórcio com membros da família Orleans e Bragança. A empresa tinha como intuito atuar em vários ramos: no setor florestal, na produção de energética; no extrativismo, com a construção residencial; em empreendimentos aeroportuárias, etc. Além disso, atendia aos anseios de prefeitos e vereadores de cinco municípios da região, que confiavam nas “condições privilegiadas da região”, como argumentaram ao governador Luiz Régis Pacheco Pereira em 1952.<sup>60</sup>

Apesar disso, a nova empresa obteve um fim repentino em 1954. A nova empreitada, que detinha uma grande diversificação em vários subsectores, veio passando por diversas dificuldades. Compreende-se que os empreendimentos da SAICI, de forma particular, não eram rentáveis. Ao mesmo tempo, demandava-se um expressivo esforço empresarial para o controle financeiro dessas atividades, além de não ter a manutenção da companhia de forma substancial. Norberto confundiu crescimento com “inchamento”, aumentando o número de empregados e administradores que formavam uma massa de seres humanos sem liderança. Ele afirma haver errado ao supor ser possível tornar lucrativo negócios que não o eram desde o princípio.<sup>61</sup>

No mesmo ano do fechamento da SAICI, a organização se transforma em uma sociedade anônima e começa a se intitular como Construtora Norberto Odebrecht S.A. Convém resgatar que, ainda no ano anterior, em 1953, a empresa conseguiu um vínculo com a futura maior estatal do país, a Petrobras. A companhia tinha como primeiro presidente e ex-governador do Estado, o baiano Juracy Magalhães, já conhecido de Norberto. O político teria beneficiado a Odebrecht a estabelecer contratos públicos e alavancar seus negócios na Bahia e em outros estados brasileiros. O vínculo entre os dois também foi motivo de críticas e controvérsias, pelo fato de Juracy Magalhães ser conhecido por seus vínculos políticos e empresariais que, normalmente, resultavam em conflitos de interesses.

Ademais, fazia parte do seu círculo de benfeitores o banqueiro Ângelo Calmon de Sá, do Banco Econômico. Calmon de Sá chegou a ser diretor da Norberto Odebrecht, onde havia ingressado como apontador de obras e iniciou sua vida pública na Bahia, durante a década de 1960, quando foi superintendente do Centro Industrial de Aratu (CIA).<sup>62</sup> Os novos vínculos

---

<sup>59</sup> Norberto Odebrecht, o Fundador...[online]

<sup>60</sup> Norberto Odebrecht, o Fundador...[online]

<sup>61</sup> Ibidem.

<sup>62</sup> CABRAL, Marcelo; OLIVEIRA, 2017, p. 197.

fomentaram múltiplas construções na Bahia, tais como: Oleoduto Catu-Candeias, em 1957, em que operaram na construção da refinaria Landulpho Alves e, no início da década de 60, edificaram o edifício central da Petrobras em Salvador.<sup>63</sup> Ao mesmo tempo, a companhia também começou a expandir de forma regional.

A relação com as agências estatais, em seu primeiro momento, foi consolidada a partir de suporte para região em Candeias. Depois, estações de tratamento de água, plataformas marítimas, pontes, canais, barragens, armazéns, casas de força, dragagens, laboratórios, residências, clubes, oficinas e rodovias, entre outros. Esses projetos eram desafiadores para a engenharia de construção, exigindo técnica e larga experiência. A relação entre a Odebrecht e a Petrobras iria se consolidar ao longo de cinco décadas e gerar resultados decisivos para a então nascente indústria brasileira de petróleo.

Essa relação se inicia quando a petrolífera brasileira constrói a sua primeira base petroquímica na Bahia. Campos tece que, no início dos anos 60, o Estado nordestino concentrava 90% da produção nacional de petróleo e apenas 10% da demanda de produtos da indústria petroquímica. Para o engenheiro Percy Louzada, a decisão do local era justificada pelo objetivo de desconcentração industrial.<sup>64</sup> Por um outro lado, boa parte do alto escalão operacional era da Bahia e tinha uma relação com o Estado. Nota-se que a agência estatal condicionou um caminho privilegiado para, assim, a companhia se diversificar. Em síntese, a atuação da Odebrecht se deu, em suas primeiras décadas, com o seu pequeno porte atuando em uma região periférica em relação ao núcleo do desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro para uma construtora de grande porte e com atuação nacional no fim dos anos 50, promovendo a realização das articulações políticas e econômicas, que remontam ao período da sua fundação.<sup>65</sup>

### **1.3 A diversificação e o novo ciclo nacional**

A construtora Norberto Odebrecht se tornou uma companhia regional, adentrando em seu segundo ciclo com operações em diversas regiões do Nordeste brasileiro. Entre 1950 para os anos de 1960 aconteceram os primeiros empenhos para atuação da companhia em outros setores, ocasionando contratempos financeiros. Tais circunstâncias fizeram com que a empresa mudasse sua estratégia de negócios, buscando novos Estados para realizar atividades. Em meados da década 50, a companhia não se envolveu muito nas construções do governo de

---

<sup>63</sup> ODEBRECHT, 2014, História...[online]

<sup>64</sup> CAMPOS, Pedro Henrique. Estranhas Catedrais, 2014, p. 97.

<sup>65</sup> GONÇALVES, 2003, p. 107.

Juscelino Kubistchek. Porém, pode-se dizer que o mesmo foi um grande impulsionador para o desenvolvimento da construtora ao encaminhar à companhia um novo contratante, a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste, conhecida como SUDENE (1959-2001).

Tendo como intuito incentivar a industrialização do Nordeste, a SUDENE abriu novas oportunidades de crescimento para a Odebrecht, que participou intensamente da construção do projeto industrial daquela região. Norberto Odebrecht, viu o crescimento de sua empresa estava diretamente relacionada ao apoio dada pelo Governo Federal ao desenvolvimento do Nordeste a partir dos anos 50. Esse suporte concedeu incentivos fiscais e outros benefícios para empresas que se estabelecessem na região, bem como pela criação da SUDENE, um órgão federal dedicado ao fomento regional. Com tais incentivos e expansão, Norberto veio a abrir uma filial em Recife em 1961 e se consolidou regionalmente.

Em 1962, com a consolidação da filial da CNO em Recife e com o apoio da agência governamental na região, a companhia tornou-se o centro dinamizador da economia baiana.<sup>66</sup> A partir dessas circunstâncias, a região nordestina passou a vivenciar uma fase de ampliação e desenvolvimento, sendo este o fator basilar para a expansão da construtora. Nos anos posteriores, a empresa obteve inúmeros contratos relevantes, tais como as fábricas da Willys Overland, Coperbo, Alpargatas Confecções, Tintas Coral do Nordeste e o edifício sede da Sudene.<sup>67</sup> Em suma, ao longo do decênio de 1960, a construtora havia se qualificado para atuar em construções de maiores dimensões estruturais e, sobretudo, no gerenciamento de obras com maior teor de complexidade, com expressivo número de operários, insumos e tecnologia. No fim da mesma década, a empresa já contabilizava 500 construções e se consolidava com uma das mais vultosas na região, todavia, a CNO em outras regiões brasileiras não possuía uma grande atuação. Já nos anos 70

Impulsionada pelos governos e instituições que atuavam no Nordeste, a Odebrecht teve um revés em seu estado natal. Por conflitos políticos, a empresa, que até então dominava o setor de obras públicas na Bahia, viu nascer a empreiteira OAS, de César Matta Pires, genro do político baiano Antonio Carlos Magalhães. A partir de 1976, quando a empresa foi criada, passou a vencer as concorrências para obras no estado, conseguindo também alguns contratos em estados vizinhos e de aliados de ACM.<sup>68</sup>

Ao mesmo tempo, era um período benéfico para as grandes empreiteiras nacionais, por

---

<sup>66</sup> SANTANA, Ivo. SANTANA, Ivo. **A experiência empresarial brasileira (1970-1990)**. Salvador: Ponto e vírgula publicações, 2004. p. 108.

<sup>67</sup> ODEBRECHT, História...[online]

<sup>68</sup> CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **A Ditadura dos Empreiteiros** 2012, p. 118.

um lado havia a proibição imposta pela ditadura militar para atuação das construtoras estrangeiras, pelo outro se tinha um governo que passou a investir em obras para a construção da infraestrutura.<sup>69</sup> Durante essa época, foi colocado em prática o Plano Nacional de Desenvolvimento, I PND (1972 a 1974) e o II PND (1975 a 1979). Para Armando Boito, o ambicioso II PND, elaborado no governo Geisel, era centrado na expansão da burguesia nacional e o processo de democratização debilitou essa fração burguesa que foi identificada pelos liberais como a principal beneficiária da ditadura.<sup>70</sup>

Posto isso, ao longo das políticas e projetos implementados por Geisel, destaca-se a primeira obra fora da região nordestina realizada pela Odebrecht. Tal atividade vem ocorrer quando Geisel, recentemente empossado ao cargo de presidente da estatal, convidou o empresário Norberto Odebrecht para operar a edificação da nova sede da Petrobras no Rio de Janeiro, em 1969.<sup>71</sup> Seu crescimento ocorre no fim do governo Médici, quando a empresa adquire grandes obras como, por exemplo, o Aeroporto Internacional do Galeão, a Usina Termonuclear Angra I, e aquela que era chamada na época de Universidade do Estado da Guanabara (UEG)<sup>72</sup>, em razão de estar alocada no antigo Estado da Guanabara, e que, tempos depois veio se chamar Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Além de outras obras em demais regiões, como a Ponte Colombo Sales em Florianópolis, a restauração do Teatro Amazonas em Manaus e a ampliação da Usiminas.<sup>73</sup> A empresa foi a mandatária da obra da estação naval da Marinha, na Baía de Guanabara. A partir dessas considerações colocadas, examina Campos que

Dentre as maiores empreiteiras brasileiras da atualidade, ela é a que possuía a posição mais periférica no período em que a revista *O Empreiteiro* inaugurou a listagem das maiores empresas de construção do país, sendo a 19ª maior companhia do país em 1971 e 13ª em 1972. É justamente no período do "milagre", no coração da ditadura, que a empresa teve um processo espetacular de crescimento, passando a constar permanentemente entre as sete maiores do país a partir de então.<sup>74</sup>

Um dado importante que demonstra o quanto a empresa se tornou consolidada e expressiva foi quando, em 1976, se estabeleceu como a maior empresa do Estado Baiano. Além disso, em 1979, Norberto levou a empresa a se expandir em outros setores e também a se

---

<sup>69</sup> CABRAL; OLIVEIRA, 2017, pp. 193-194.

<sup>70</sup>BOITO Jr, Armando. Dossiê: Neoliberalismo e lutas sociais no Brasil. In: COLETTI, Claudinei; GALVÃO, Andréia; TRÓPIA, Patrícia Vieira; ZARPELON, Sandra, Regina;(orgs.) *Ideias*: Campinas, 2002.

<sup>71</sup> Ibidem, p. 194.

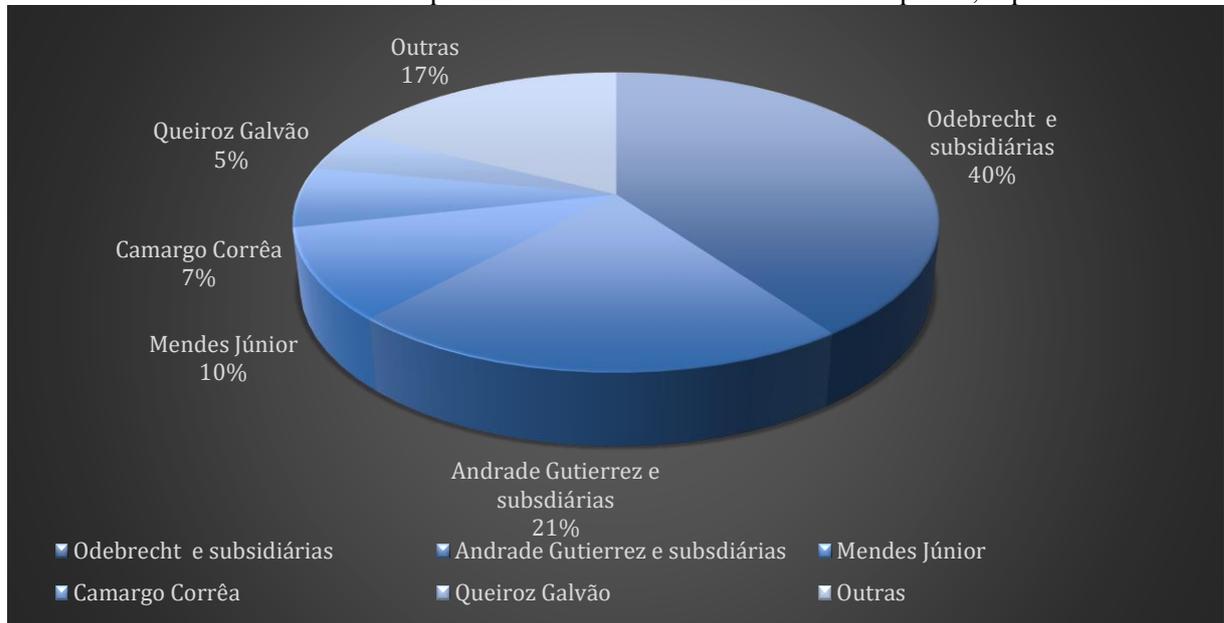
<sup>72</sup> ODEBRECHT, História...[online]

<sup>73</sup> Ibidem.

<sup>74</sup> CAMPOS, 2015, p. 25.

internacionalizar para o Peru e Chile. A contar desse tempo, a companhia atuou em diversos projeto o exterior como na África e na América Latina. A empresa passou a figurar como a maior multinacional brasileira da engenharia nos anos 90, superando as empresas que cumpriram antes essa condição, a Mendes Júnior e a Andrade Gutierrez.<sup>75</sup> Conforme o gráfico abaixo mostramos o quantitativo de obras das empreiteiras brasileiras no exterior entre 1969 e 2010, por empresa. Observa-se a Odebrecht com mais de 40% dos contratos referente a construção pesada no cenário internacional.

Gráfico 1 - Obras das empreiteiras brasileiras em outros países, por construtora:



Fonte: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. O processo de transnacionalização das empreiteiras brasileiras, 1960-2020: um abordagem quantitativa. In: Anais do XVI encontro Regional de História da Anpuh – Rio: Saberes e práticas científicas. 2014, p. 20.

A empresa adquiriu um caráter de grande porte, obtendo uma expressiva capacidade de capital, amparada pela confiabilidade e privilégio do Estado brasileiro. Percebe-se também que outras empresas específicas também tiveram uma participação considerável no cenário internacional, essas companhias tinha o conhecimento, suporte da ditadura civil-militar para atuar no exterior Aas quais a atuação do país se pode fazer presente com mais força e intensidade, como a América do Sul e a África, principalmente a subsaariana.<sup>76</sup>

Mas antes disso, a Odebrecht possuía subsidiárias, particularmente, em regiões afiliadas

<sup>75</sup> CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira João Roberto Lopes Pinto. Capital monopolista, aparelhos privados de hegemonia e dominação burguesa no brasil: o caso do grupo Odebrecht. **Caderno CRH**, Salvador, v. 36, p. 1-22. 2023, p.17.

<sup>76</sup> CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. O processo de transnacionalização. p. 21.

à construção, como venda de materiais de construções, equipamentos, fundações, etc. Com a diversificação dos negócios, a empresa passou a atuar em setores que não correspondiam apenas ao abastecimento da própria atividade. Além disso, escolheu a indústria do petróleo como alvo prioritário, criando, assim, a Odebrecht Perfurações (OPL), a subsidiária buscou licitações com a estatal Petrobras e, simultaneamente, obteve uma parte da (CPC) Companhia Petroquímica de Camaçari. Desse modo, deu início a sua atuação no setor petroquímico.<sup>77</sup> No ano de 2002, a Odebrecht ergue a Braskem, em integração com outras empresas, a qual já inicia as atividades como petroquímica líder na América Latina.<sup>78</sup> Abaixo, segue uma tabela demonstrando a expansão da Odebrecht frente as outras construtoras brasileiras na ditadura civil-militar. Em 1971 a empresa era a décima nona colocada no ranking das maiores construtoras do país. Já na década de 80 a empresa estava entre as 4 maiores companhias do país.

Tabela 2 - Posicionamento da Odebrecht em relação às outras empresas brasileiras na ditadura civil-militar conforme a REVISTA EMPRETEIRO

<b>ANO</b>	<b>POSIÇÃO</b>
<b>1979</b>	<b>2º COLOCADO</b>
<b>1978</b>	<b>3º COLOCADO</b>
<b>1977</b>	<b>4º COLOCADO</b>
<b>1976</b>	<b>6º COLOCADO</b>
<b>1975</b>	<b>6º COLOCADO</b>
<b>1974</b>	<b>4º COLOCADO</b>
<b>1973</b>	<b>3º COLOCADO</b>
<b>1972</b>	<b>13º COLOCADO</b>
<b>1971</b>	<b>19º COLOCADO</b>

Fonte: Revista o empreiteiro, edições n<sup>os</sup> 57,68,80,91,103,115,127,138,150,163,176,188,200 e 202.

No final da década, a empresa já fazia parte da família das quatro grandes construtoras do país, ao lado da Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e OAS. No mesmo período acontecia o fim do “milagre econômico” brasileiro, atrelado a vários fatores, como, por exemplo, a crise internacional do petróleo de 1973, que ocasionou colapso negativo a economia brasileira, em

<sup>77</sup> ODEBRECHT, História... [online]

<sup>78</sup> BRASKEM. A nossa história. Disponível em: <https://www.braskem.com.br/historia>. Acesso em: 16 de abr. de 2023.

razão da dependência do país das importações de petróleo e o aumento da dívida externa, que se tornou irreversível e desenvolveu uma forte crise financeira no final dos anos 1970, o que leva a Odebrecht a buscar novas possibilidades no exterior, participando de concorrências para obras de engenharia em países do terceiro mundo. Dessa maneira, promoveu o seu processo de internacionalização.<sup>79</sup>

No começo da década de 1980, a companhia fundou a holding<sup>80</sup> Odebrecht S. A. no mesmo período em que Emílio, primogênito de Norberto, recebia o cargo de vice-presidente da companhia. Seu pai continuava no comando da *holding*, a qual, por muitos anos, estabeleceram uma relação direta de líder e liderado. O ato de ocupar o cargo principal da empresa somente veio a ocorrer em 1991 e seu pai foi levado ao conselho de administração, onde permaneceu na empresa até 1998. Em 2014, ano em que a empresa completava 70 anos, Norberto veio a falecer, não vendo seu neto Marcelo, presidente da empresa desde 2008, indiciado por esquema de corrupção, em 2015.<sup>81</sup>

É oportuno salientar que, ainda em 1984, a empresa adquiriu a aquisição da Salgema e, mais tarde, da Poliolefinas, PPH e Unipar.<sup>82</sup> A construtora cresceu ainda mais quando realizou o maior consórcio no ramo da construção civil no período da ditadura militar. Foi quando conquistou parte da CBPO - Companhia Brasileira de Projetos e Obras. Anos depois, o grupo também adquiriu a empresa Tenenge, que opera principalmente na montagem de projetos hidrelétricos e siderúrgicos para a estatal Petrobras. De acordo com a entrevista dada por um dos principais ex-sócios da companhia, Victor Gradin

(...) o crescimento brasileiro dos anos 70 não se repetiria na década de 80. Estudávamos 3 hipóteses: diversificar, ir para o exterior ou fortalecer nossa qualificação em engenharia no Brasil. Em vez de uma, optamos pelas 3 avenidas. A avenida da diversificação nos conduziu aos negócios de perfuração de petróleo e química e petroquímica. A avenida da internacionalização nos levou a realizar as primeiras obras no Peru e no Chile. Por último, incorporamos a CBPO - Companhia Brasileira de Projetos e Obras, fortalecendo nossa capacitação em engenharia no Brasil.<sup>83</sup>

Tal transformação gerou uma nova fase que deu início à inserção da empresa em novos setores, como a de Óleo e Gás. A companhia passou a operar também nos setores de papel e celulose, telefonia e concessões de serviços públicos. A compra de várias outras empresas nesse

---

<sup>79</sup> SANTANA, 2004, p. 109.

<sup>80</sup> *Holdings* é uma empresa que permite que uma organização e seus executivos negociem a influência em outras empresas subsidiárias.

<sup>81</sup> CABRAL; OLIVEIRA, 2017, p. 198

<sup>82</sup> ODEBRECHT, História...[online]

<sup>83</sup> GRADIN, Victor *apud* DANTAS, Ricardo Marques de Almeida. op. cit. p. 88.

período se deu justamente em virtude do programa de privatização impulsionado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. Destarte, cada vez mais partes das empresas adquiridas nos anos 80 vieram a ser arrematadas na década de 90, a partir das privatizações dos governos Collor e Itamar.<sup>84</sup> Já no cargo de presidente, Emílio era bastante hábil para fechar acordos e projetos, diminuir despesas, pressionar fornecedores e expandir as margens.<sup>85</sup> Na visão de Lazzarini

(...) a junção de múltiplos negócios em um único grupo pode efetivamente resultar em ganhos, não somente para os seus proprietários, mas também para a sociedade em geral, que terá firmas mais dinâmicas e eficientes. O fato de a maior parte dos grupos no Brasil apresentar negócios mais ou menos relacionados é consistente com essa visão. Ao que parece, muitos grupos se expandem para explorar ganhos sinérgicos entre negócios, suportados por uma estrutura corporativa comum. Entretanto, alguns grupos podem estabelecer estratégias embasadas em clientelismo e/ou conluio (...) alguns grupos irão se espalhar pela economia tentando maximizar pontos de contato com o governo por meio de setores regulados ou com elevada interferência pública. Esses grupos se inserem diretamente no ciclo de interface público - privado.<sup>86</sup>

A partir dessa análise, é perceptível considerar que a Odebrecht, com tantas ramificações e inserções em outros negócios se fortificou, principalmente no setor de obras públicas. E ao término da ditadura civil-militar no anos 80, observa-se uma consolidação da centralização de poder e capital no ramo da construção civil brasileira, por parte da companhia. Em suma, tornou-se um grupo de grande porte através de um processo histórico complexo que levou em consideração políticas estatais voltadas para as atividades econômicas em que atuava originalmente o grupo; inserção política da família na classe dominante baiana e brasileira.<sup>87</sup>

Ao mesmo tempo, envolvida em conflitos e em dura concorrência com seus adversários, mantendo ainda rivalidades e associações com outras grandes empreiteiras nos anos 90 e 2000.<sup>88</sup> A empresa passou a ser um forte grupo econômico, atrelado a inúmeros setores e com um alto nível de poder dentro do país, como também uma intensa relação com às agências do aparelho de Estado. Na visão do pesquisador Reinaldo Gonçalves, esses grupos econômicos

[...] organiza-se para influenciar a política governamental e a opinião pública. Os seus membros fazem parte da "elite do poder" e caracterizam-se por ocupar cargos importantes dentro dos grupos econômicos e ter algum tipo de liderança junto à classe empresarial, inclusive o controle das associações patronais. Ademais, os membros

<sup>84</sup> CAMPOS, 2015, p. 31.

<sup>85</sup> CABRAL; OLIVEIRA, 2017, p. 200.

<sup>86</sup> LAZZARINI, Sergio G. **Capitalismo de laços: os donos do Brasil e suas conexões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 137.

<sup>87</sup> CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira João Roberto Lopes Pinto. Capital monopolista. p. 16.

<sup>88</sup> CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira, p. 116.

deste *inner circle* têm uma coesão social importante e estão próximos (ou são membros natos) das classes sociais mais poderosas e ricas da sociedade, o que lhes garante uma capacidade significativa de mobilização de recursos para promover os interesses sistêmicos do *grand capital*.

Fica claro com o exposto acima, que o processo e a organização desses grupos, como a Odebrecht ao longo do tempo, tem a capacidade e a expertise de induzir e intervir na sociedade política e no Estado como vimos ao longo do capítulo. A companhia que perpassou um ciclo de transformações econômicas, passou a ter um grau elevado de relação com o Estado, suas conquistas foram a partir dos militares, resultou em ganhos de contratos de grande porte, e inserção em novos negócios como a Braskem, uma das maiores empresas do setor petroquímico do mundo atualmente. Sua gama e conhecimento e a facilidade de financiamento abriu portas para sua internacionalização, na escora também dos governos militares.

Posto tais elementos, no primeiro capítulo buscou-se explicar acerca da composição histórica da Odebrecht, a sua forma de organização, suas influências e seus interesses. Uma vez que suas ambiciosas ações empresariais e suas relações intrínsecas com o Estado foram essenciais para o seu crescimento nacional e internacionalização para Angola. A empresa basicamente se constituiu como uma “prole da ditadura civil-militar brasileira”.

## **2 A ESTRUTURA GOVERNAMENTAL DO MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA (MPLA)**

Exposto anteriormente sobre a Odebrecht e sua forma organizativa empresarial e sua relação com o Estado brasileiro, este capítulo busca compreender a arquitetura governamental em Angola, a política externa brasileira para a África e a internacionalização da Odebrecht em Angola. Propõe-se inicialmente traçar o processo e a construção histórica do Movimento Popular de Libertação em Angola, buscando elencar as diferentes facetas da luta pela autodeterminação do povo em face do predomínio colonial português, abordando os pensamentos dos intelectuais e ativistas angolanos.

Elencaremos brevemente sobre a guerra civil pós independência, como forma de mostrar a dominação e a sistematização criada pelo partido MPLA no interior do Estado Angolano. O intento é trazer pontos importantes sobre suas ações políticas e a estruturação governamental, considerando-o como um dos maiores partidos políticos do continente africano e que permanece palpável até os tempos presentes em Angola. Ao mesmo tempo, é fazer um diagnóstico e esclarecer quem foi esse movimento partidário nacionalista que veio a estabelecer relações com a empresa brasileira Odebrecht e ganhou forças políticas e econômicas em Angola assim que aterrissou no território angolano.

### **2.1 A gênese do Movimento Popular de libertação de Angola (MPLA)**

Na presente seção, discutiremos de maneira sucinta e expondo pontos relevantes a formação estrutural de poder em Angola, destacando o domínio exercido pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Para uma análise mais detalhada e obter mais conhecimento acerca do surgimento do movimento de forma aprofundada recomenda-se consultar obras de autores especializados na temática, entres eles: Marcelo Bittencourt, Jean –

Michel Tali Makebo, Christine Messiant, Solival Menezes, Carlos Pacheco, arquivos das próprias lideranças do MPLA, que também trazem aspectos das vivências acerca do movimento.

Dito isso, antes de abordar brevemente a trajetória do MPLA em Angola, é importante destacar que entendemos o MPLA como um movimento de caráter nacionalista. Sobre os estudos relacionados ao nacionalismo, existem diversas pesquisas que aprofundam a análise dessa temática.<sup>89</sup> Porém, convém resgatar que fica nítido ao longo da trajetória de Angola a presença e raízes nacionalistas, em uma das propagandas do próprio movimento em 1962, cujo partido percebe que é necessário unir forças e criar uma frente pela libertação nacional do país. Conforme o boletim semanal Vida ou Morte do partido

Os nacionalistas devem compreender que a persistência no seu seio, neste momento, de questões de natureza tribal, ideológica, religiosa ou racial, só beneficia o inimigo, só pode reforçar as posições do colonialismo português. Os angolanos dificilmente conseguirão obter vitórias decisivas quer no campo militar ou político contra um inimigo organizado que dispõe de grandes alianças, de um poderoso aparelho de violência física e de pressão das ideias, se não se apressarem a compreender que a unidade, a formação de uma frente nacional sólida que reúna numa ampla união todos os partidos e movimentos nacionalistas, constitui a sua maior força, aquela que o colonialismo mais teme e receia.<sup>90</sup>

Os primeiros movimentos nacionalistas que vieram em Angola nesse período tinham como pensamento libertar o povo angolano e erguer um Estado livre das amarras imperialistas e soberano. O protonacionalismo angolano pode ser considerado, do ponto de vista das origens de um nacionalismo em construção, como o primeiro de muitos sinais expressos pelos africanos de Angola na reivindicação e tomada de consciência de uma identidade angolana que deveria subscrever o qualificativo nacional.<sup>91</sup> De um modo geral, a resistência pelo direito de soberania e pelo poder político, como veremos, foi notavelmente impulsionadora de todas atividades encetadas pelo MPLA que, almejava estabelecer a sua perspectiva e conhecimento no cenário internacional e em Angola como movimento nacional independentista que simbolizava os interesses angolanos.

---

<sup>89</sup> Ver mais sobre nacionalismo: ANDRADE, Mário Pinto de. **Origens do Nacionalismo Africano: Continuidade e ruptura nos Movimentos Unitários emergentes da Luta contra a dominação colonial portuguesa: 1911-1961** (Caminhos da memória), 1ª edição, Dom Quixote, Lisboa, 1997. ANDERSON, Benedict, **Imagined Communities**, London, 1991; HOBBSBAWN, Eric J., **Nations and Nationalism since 1980**, programme, myth, reality, Cambridge University Press, 1991.

<sup>90</sup> Boletim Semanal do MPLA Nº 8 – 13 de Outubro de 1962. Disponível em <<https://www.tchiweka.org/imprensa/0504000006#&gid=2&pid=2>>. Visto em: 22/04/2024.

<sup>91</sup> ZAPOCO, Zeferino. O Nacionalismo e o Estado: Um estudo sobre a História Política de Angola. Universidade Católica Portuguesa. Tese de Doutoramento, Lisboa. 2013. p. 55.

Exposto isso, é pertinente abordar as complexidades inerentes à criação do MPLA, considerando as inúmeras narrativas antagônicas em torno do seu surgimento. Conforme tece o historiador Marcelo Bittencourt, a versão oficial divulgada pelos líderes do movimento, no início dos anos 60, e até hoje mantida pelo partido, que o movimento teria sido criado 10 de dezembro de 1956, em Luanda, após a junção de partidos nacionalistas, no entanto levantaram-se dúvidas acerca dessa data, contribuindo para isso os relatos contraditórios elaborados pelos próprios líderes do movimento.<sup>92</sup> Presumivelmente, os relatos divergentes têm a ver com a relação entre os movimentos que deram origem ao MPLA, no entanto, não vamos entrar em detalhes sobre as adversidades históricas do surgimento do partido, devido não ser objetivo do nosso tópico.<sup>93</sup>

A interpretação que nos basearemos estão presentes nos arquivos do próprio partido.<sup>94</sup> Inicialmente deixaremos claro que a resistência do povo angolano contra o colonialismo português é tão antiga como o próprio colonialismo, os nomes dos grandes heróis angolanos dos séculos passados, Njinga a Mbandi, Kandimba, Bula Matadi, Rulante Buta, Mutuyakevela entre outros, que ficaram gravados para sempre no espírito do Povo angolano.<sup>95</sup> No início do século XX, com o mesmo posicionamento e resistência, surge a Liga Nacional Africana<sup>96</sup>. Porém, é somente durante a Segunda Guerra Mundial que a luta pela libertação nacional em Angola é verdadeiramente fomentada. De acordo com o arquivo do ativista Lúcio Lara<sup>97</sup>

Este foi o processo seguido em todos os países de África. Mas enquanto nas colônias inglesas e francesas (e depois belgas) foi possível logo após a segunda guerra mundial, que os africanos se organizassem em partidos e sindicatos legais, em Angola e nas outras colônias portuguesas tal possibilidade nunca existiu, de modo eu a única via a seguir era da constituição de partidos clandestinos. Esta diferença é fundamental. Só assim se explica que os partidos das outras colônias se dessem a conhecer rapidamente

<sup>92</sup> BITTENCOURT, Marcelo. **A criação do MPLA**. Estudos afro – asiáticos, Rio de Janeiro, v. 32, p.185-208, dez. 1997. p.1.

<sup>93</sup> Dois trabalhos que destrincha de forma expressiva a fundação do MPLA, a dissertação do Marcelo Bittencourt Ivair Pinto intitulada: As linhas que formam o EME. Um estudo sobre a criação do Movimento Popular de Libertação de Angola de 1996. Além do trabalho de Carlos Pacheco, chamado: MPLA: Um nascimento polémico de 1997.

<sup>94</sup> Ver mais em: MPLA documentos. <https://www.marxists.org/portugues/tematica/mpla-documentos.htm>

<sup>95</sup> LARA, Lúcio (arquivo). Como surgiu o MPLA? Edição do comissariado Político Nacional das Fapla. 1967.p.3.

<sup>96</sup> A Liga Nacional Africana, estabelecida na capital de Portugal, Lisboa, formada inicialmente por membros de Moçambique, Guiné e Angola, é uma instituição que fomentou e ainda continua possuindo um papel significativo no nacionalismo angolano. Surgida em 1912, a organização amparou pessoas importantes que foram responsáveis pelo desenvolvimento de Angola como nação independente. Um dos objetivos principais da Liga foi promover o progresso social dos “nativos” alcançando tanto nacionalistas angolanos como também membros do Estado Novo português. Ver mais em: ZAPOCO, Zeferino. **O Nacionalismo e o Estado**: Um estudo sobre a História Política de Angola. Universidade Católica Portuguesa. Tese de Doutoramento, Lisboa. 2013.

<sup>97</sup> Lúcio Lara foi uma das principais influências na luta pela independência angolana e um membro crucial no surgimento do Movimento Popular de libertação de Angola.

às massas(...) enquanto em Angola este processo tinha de ser forçosamente mais lento.  
98

A dificuldade para o avanço da criação de um movimento nacionalista aguerrido no interior de Angola pode ser analisada por dois fatores. Em primeiro lugar, o isolamento imposto pelo sistema colonial e pelo carácter das instituições em vigor em Portugal e a clandestinidade constituiu o segundo fator permanente para as organizações políticas, colocada pela administração colonial na impossibilidade de qualquer confronto com as massas.<sup>99</sup> Ou seja, qualquer viabilidade de associação, ou de formação de sindicatos de qualquer espécie, era proibida aos nativos, que eram presos por suspeitas de atividades “subversivas” e deportados para os campos de concentração em Cabo Verde, colônia também de Portugal ou no interior do próprio país.<sup>100</sup>

Foram criados inúmeros grupos clandestinos em Angola, com o intuito de impulsionar a população a resistir frente ao imperialismo português. Porém, esses grupos perceberam que suas maiores desvantagens residiam na falta de atenção e na ausência de uma unidade central dentro do movimento nacionalista. Assim, esses grupos foram gradualmente unindo-se e consolidando uns aos outros. A mesma situação ocorreu com o MPLA que, em 1956, surgiu na fusão de outros grupos ilegais com a mesma doutrina, ou seja, com o pensamento nacionalista.

Em meados do decênio de 1950, com os inúmeros movimentos no cenário internacional voltado para a luta contra o colonialismo na África e na Ásia. O movimento nacionalista em Angola parte de um núcleo de jovens angolanos que estavam convictos de que as condutas reformistas implantadas não respondiam mais à repressão colonial de Portugal. Nesse período, parecia que a única saída para a libertação era desencadear a agitação política nas colônias; e a criação do Clube dos Marítimos Africanos, em 1952 foi o primeiro passo nesse sentido, reunindo marinheiros que trabalhavam nas rotas entre Angola e Portugal.<sup>101</sup> Os integrantes da associação começaram a ter uma relação de Lisboa para Luanda, com o intuito de promover

---

<sup>98</sup> LARA, Lúcio, p. 3.

<sup>99</sup> No original: *En premier lieu, l'isolement imposé par le système colonial et par le caractère des institutions en vigueur au Portugal depuis trente-trois ans — c'est qui a fait rejeter Angola dans les zones de silence les plus sombres de Afrique. La clandestinité a constitué le deuxième facteur permanent pour les organisations politiques, placées par l'administration coloniale dans l'impossibilité d'une quelconque confrontation avec les masses.* ANDRADE, Mário de. *Liberté pour L'Angola*. Paris, François Maspero, 1962. p.12.

<sup>100</sup> MENEZES, Solival Silva. *Dinâmica da transição de uma economia dependente para economia centralmente planejada e sua inflexão recente para economia de mercado*. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo. São Paulo. 1996. p.163.

<sup>101</sup> MENEZES, Solival Silva, p. 167.

vínculos e fazendo avançar as comunicações sobre o fascismo Salazarista<sup>102</sup>, ao mesmo tempo acerca da repressão nas outras colônias. Também passaram a dirigir-se à população em geral, disseminando ideias de liberdade. Além desse movimento, outros grupos ilegais começaram a surgir, como por exemplo, o Movimento dos Intelectuais Novos de Angola.<sup>103</sup>

Parte desses jovens intelectuais estudaram em Lisboa, tiveram contato com o partido comunista clandestino de Portugal e estavam prestes a iniciar e aplicar o pensamento marxista às conjunturas angolanas, por meio de um movimento partidário. No entanto, o partido comunista não foi estabelecido em Angola até 1955, o primeiro partido revolucionário clandestino, foi criado em 1953, o Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA).<sup>104</sup> Nesse ano, os comunistas portugueses apoiaram a criação do Partido Comunista de Angola (PCA), que existiu apenas alguns meses, criando algumas bibliotecas clandestinas nos musseques de Luanda, antes de se fundir no Partido (PLUAA).<sup>105</sup>

O grupo, emergiu com o intuito de suplantar a disseminação e desintegração das pequenas organizações e comitês em Angola. No ano de 1954, surgiu a União das Populações do Norte de Angola (UPNA), que em 1958, se tornou a União das Populações do Norte de Angola (UPA), e posteriormente gerou o Partido Democrático de Angola (PDA) surgindo assim a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), a partir da liderança de Holden Roberto em 1962.<sup>106</sup> Nesse mesmo ano, constituíram o Governo Revolucionário Angolano no Exílio (GRAE).

Já em 1956, o Partido Comunista Angolano (PCA) fundado em 1955, dirigido por Viriato Clemente da Cruz<sup>107</sup>, Ilídio Machado, Mário António e António Jacinto, reuniram-se com representantes da PLUAA em Luanda para formar o movimento popular para a libertação de Angola – MPLA. E posteriormente iriam se juntar o Movimento para a Independência de

<sup>102</sup> Salazar, foi responsável por consolidar um Estado Novo em meados da década de 30, criando um governo autoritário em Portugal com um único partido, chamado a União Nacional. Esse período foi caracterizado pelo fim das liberdades políticas, uma vez que a assembleia nacional, contava com membros aliados ao Salazar.

<sup>103</sup> Movimento dos Novos Intelectuais de Angola (MNIA), foi um movimento nacionalista, literário e multicultural, criado em 1948, tinha como slogan a frase "Vamos Descobrir Angola". Buscando valorizar a angolanidade em todos os âmbitos.

<sup>104</sup> No original: *Some of these, especially the young intellectuals who had studied in Lisbon and had had contact with the underground Communist Party of Portugal, were beginning to apply Marxist thought to Angolan conditions. A communist party was not established in Angola itself, however, until 1955. The first clandestine revolutionary party, established in 1953, was the Partido de Luta dos Africanos de Angola, (Party for the Struggle of Africans of Angola-PLUA).*

<sup>105</sup> MENEZES, Solival Silva, p. 168.

<sup>106</sup> Álvaro Holden Necaca Roberto, foi um político, economista e uma liderança nacionalista. Foi um dos membros de criação da União das Populações do Norte de Angola (UPNA), que depois se tornou (UPA). Além disso, foi um dos principais opositores do MPLA na luta pelo poder de Angola.

<sup>107</sup> Viriato Clemente da Cruz, foi um poeta ativista e membro fundador e o primeiro secretário do MPLA na década de 1960.

Angola (MINA) e o Movimento para a Independência de Angola (MIA).<sup>108</sup> Além da União dos trabalhadores de Angola (UNTA) que surgiu em 1960 entre os exilados de Leopoldville e demais movimentos também sendo criado a Frente Democrática de Libertação de Angola (FDLA).

Além do surgimento desses movimentos em Angola, tanto em Portugal quanto nos demais países europeus, os intelectuais africanos permaneceram com suas condutas políticas ao fascismo, no Centro de Estudos e na Casa dos Estudantes no Império português, agora ajudados muito aproximadamente pelo Partido Comunista Português (PCP)<sup>109</sup>, também alvo da repressão Salazarista, tendo muitos de seus membros presos junto aos africanos. O surgimento dessas elites africanas, como por exemplo em Portugal, chegara a ser apoiado por Igrejas católica e Protestante. Essas elites intelectuais favoreciam e colaboravam com os movimentos nacionalistas como o MPLA, como também apoiavam elites tribais; contribuindo assim, para o acirramento das diferenças étnicas dentro das colônias.<sup>110</sup>

Gradativamente os grupos pró-nacionalistas adotavam apoiavam condutas em combate ao colonialismo. Entre os anos de 1958 e 1959, durante a Conferência dos Povos da África, que decorria em Acra (GANA)<sup>111</sup>, as forças nacionalistas conseguiram estimular a população do musseques em Luanda aparecerem nas ruas exigindo a libertação nacional de Angola imediata. No entanto, a administração colonial recorreu à força policial e reprimiu os manifestantes, vários foram presos e os musseques cercados por dias pela polícia.<sup>112</sup>

Desde o início, esse grupo foi orientado para adotar um comportamento ideológico nacionalista, desafiando a perspectiva do Luso-tropicalismo em relação a Angola, especialmente no contexto da repressão colonial exercida por Portugal. Os estudantes em Lisboa, como o futuro líder do MPLA, Mário Pinto de Andrade<sup>113</sup>, Amílcar Cabral da Guiné-Bissau, Eduardo Mondlane e Marcelino dos Santos de Moçambique e outros líderes estiveram

---

<sup>108</sup> A divergência histórica na criação do MPLA ocorre devido à alegação de que a MIA teria surgido em 1958, enquanto ao mesmo tempo não poderia ter se integrado ao MPLA em 1956. Com isso, vários autores observam uma diferença histórica na datação da fundação do MPLA.

<sup>109</sup> É um partido político de Portugal com o viés marxista-leninista fundado nos anos 20.

<sup>110</sup> BITTENCOURT, Marcelo. *Dos Jornais às Armas Trajetórias da contestação angolana*. Lisboa Vega Editora, 1999. p.101.

<sup>111</sup> A conferência pan-africana dos povos que ocorreu em ACRA, capital do recém-independente Gana foi um importante momento para conectar as forças políticas a favor pela luta da independência das inúmeras regiões da África.

<sup>112</sup> MENEZES, Solival Silva, p. 169.

<sup>113</sup> Mario Coelho Pinto de Andrade, foi um ativista, filósofo, sociólogo e um ativista anticolonial angolano, era conhecido vulgarmente na linguagem literária como Buanga Felé, é reconhecido com um dos principais fundadores do MPLA, exercendo o cargo de presidente entre 1959 – 1960.

envolvidos em discussões políticas entre si e com toda a gama de grupos clandestinos anti-Organizações salazaristas, incluindo os socialistas e comunistas.<sup>114</sup> De acordo com Menezes

Entre os estudantes africanos em Lisboa era ilegalmente difundida obras dos clássicos do Marxismo – leninismo. Alguns estudantes frequentavam mesmo o Centro de Estudo do Marxismo, organizado clandestinamente pelo PCP, nos arredores da capital. Os nacionalistas conseguiram estabelecer contatos com os operários africanos que viviam na metrópole, com os marinheiros da frota comercial e com os estivadores.<sup>115</sup>

Um fato interessante era que parte desses intelectuais angolanos surgiram de uma restrita burguesia urbana de Angola que se localizava em Luanda, possuíam uma extensa tradição de miscigenação cultural e biológica e que, desde o século XIX, mantinham uma posição favorável aos pensamentos nacionalistas. Eles correspondiam basicamente ao dos povos Mbundu e a sua emergência é associada, num primeiro momento, à elite crioula dos velhos assimilados, cuja experiência da sua ascensão e queda na sociedade colonial, assim como uma aguda consciência sobre as desigualdades em que assentava a dominação portuguesa, motivaram a sua mobilização.<sup>116</sup>

A criação do MPLA em Luanda estabeleceu o registro do primeiro movimento pautado no nacionalismo nas colônias portuguesas africanas que concatenava a luta pela libertação nacional e a luta contra o fascismo em Portugal, mas impossibilitando a ideia de que o movimento para enfraquecer o regime ditatorial de Salazar, tivesse precedência sobre a libertação de Angola. O MPLA, declarou que a posição desses movimentos estava interligada e interagiu com os seus pensamentos, mas que a luta em África tinha tanto a contribuir para uma possível mudança em Portugal como também em Angola.

## 2.2 O processo de Libertação Nacional em Angola

Conforme cita Visentini, o processo de independência em Angola foi complexo, com vários massacres de milhares africanos pelos portugueses, várias organizações que

<sup>114</sup> No original: *Founded and led principally by intellectuals, MPLA had its roots deep in the black population of Luanda and other urban centers. From the beginning, it shaped its nationalism ideologically by confronting the whole philosophy of Luso-tropicalismo, - of Angola as a part of greater Portugal. In the 1950's students in Lisbon like future MPLA leader, Mario de Andrade, Amilcar Cabral from Guinea-Bissau, Eduardo Mondlane and Marcelino dos Santos from Mozambique and others, were involved in political discussion with each other and with the whole range of underground anti-Salazar organizations, including the socialists and communists.*

<sup>115</sup> MENEZES, Solival Silva, p. 168.

<sup>116</sup> GOMES, Catarina Antunes. **De como o poder se produz:** Angola e as suas transições. Dissertação de Doutoramento em Sociologia. Universidade de Coimbra. 2009. p. 85.

desencadearam a guerra contra os portugueses, esses grupos aglutinaram-se em três: a FNLA, o MPLA e a UNITA.<sup>117</sup> Inicialmente podemos dizer que nos anos de 1960, o MPLA chega a enviar ao governo português uma declaração para uma solução pacífica do problema colonial da Angola, Salazar recusa-se a responder, as tropas portuguesas estacionadas em Angola são reforçadas massivamente e procedem a inúmeras prisões em Luanda, Lobito, Malange e em outras regiões.<sup>118</sup>

Os colonialistas reagiram com a instauração no território angolano da PIDE, a polícia - política portuguesa, entre 1957 e 1961 todas as cidades, todas as vilas importantes, todas aldeias foram ocupadas pela PIDE.<sup>119</sup> Convém regatar que o primeiro presidente do MPLA, Íldio Tomé Alves Machado<sup>120</sup> teve sua liderança suspensa quando foi retido em 1959 e recluso em Cabo Verde pela PIDE. Além de levar inúmeros outros nacionalistas presos, como por exemplo, Agostinho Neto, um dos principais nomes do movimento e que viria ser o presidente do país após a independência. A ação da PIDE, ficou conhecida como “Processo dos 50”, membros dos movimentos da PCA e da PLUAA, foram presos e interpelados. Essas atividades, tiveram diversos erros jurídicos, destacando-se a proibição de os advogados visitarem seus clientes, estabelecendo, dessa forma, um duro golpe contra o movimento nacionalista angolano.<sup>121</sup>

A força aérea portuguesa instalou-se em Angola com grande aparato tentando atemorizar a população, a força aérea procede nas principais cidades (Luanda, Huambo, ou Nova Lisboa), entre outras, ocorreram diversos exercícios militares e lançamento de bombas.<sup>122</sup> Ao mesmo tempo que os colonos foram equipados com armamentos e Portugal se estruturou impetuosamente para o conflito armado buscando conter o povo angolano.

O decênio de 1960 seria relevante para a agremiação e as organizações nacionalistas, logo no ano de 1961, em 4 de fevereiro, a partir da liderança do MPLA, foram ordenadas várias manifestações e confrontos às condutas imperiais de Portugal em Luanda. Em específico, aos líderes nacionalistas presos no fim dos anos 50. A postura e as penas por parte da polícia colonial, gerou uma enorme aflição entre os nacionalistas diminuindo suas ações e motivações políticas em locais abertos. Porém, de acordo com o Marcelo Bittencourt a resistência e sobrevivência do MPLA se deu

---

<sup>117</sup> VISENTINI, Fagundes Paulo. **As Revoluções Africanas, Angola, Moçambique e Etiópia**. Coleção Revoluções do século 20. Editora Unesp. 2012. p.40.

<sup>118</sup> LARA, Lúcio, p. 6.

<sup>119</sup> LARA, Lúcio, p. 5.

<sup>120</sup> Íldio Tomé Alves Machado, foi funcionário dos correios telégrafo e comunicações, membro líder do MPLA, chegou a ser preso em 1959, pelo PIDE.

<sup>121</sup> BITTENCOURT, Marcelo. p. 5-6.

<sup>122</sup> Ibidem.

(...) pelo fato de ser o único entre os movimentos luandenses naquele momento a poder ampliar suas ações dos seus militantes fora das fronteiras do colonialismo português. Essa capacidade do MPLA, devido à atuação de seus líderes, de se fazer ouvir no exterior, não só na Europa, mas também na África, fez com que os pequenos grupos existentes internamente, a maioria com militantes presos no “processo dos 50” e também dessa década, percebessem que suas chances de continuar a luta e mesmo sua segurança dependiam da sua aproximação a uma organização mais forte, mais ampla, com possibilidade de lutar por eles internacionalmente e de fazer o trabalho de convencimento junto aos demais países quanto à existência de presos políticos empenhados na luta pela independência de Angola.<sup>123</sup>

Essa geração de intelectuais angolanos que elaborou as bases da literatura nacionalista ironicamente esteve muito ligada ao ambiente acadêmico português, após a formação das casas de estudantes vindos das colônias portuguesas, como a Casa de Estudantes de Angola, a Casa dos Estudantes da Índia e de Cabo Verde e a Casa dos Estudantes de Moçambique.<sup>124</sup> Diversas tentativas foram realizadas, de se concretizar um único movimento para combater as ações fascistas de Portugal e dar andamento ao processo de libertação nacional do povo africano. Várias agremiações haviam se constituído recentemente e uma política organizada era a expectativa dos líderes para a consolidação do movimento. As iniciativas de constituição de uma frente única, naquela época, pretendiam, pelo menos a união do MPLA, com a União das Populações de Angola UPA, posteriormente chamada de FNLA, porém os intentos fracassaram.<sup>125</sup>

Ao realizar diversas leituras no que tange as relações entre os movimentos angolanos, foi perceptível verificar que desde o início existia muitas divergências entre as inúmeras posições e diretrizes dessas agremiações, provocada por questões racial, diferença tribal ou pela cobiça de deter poderio territorial e até mesmo dos movimentos. Por exemplo, ainda 1961, ocorreram divergências com os líderes do FNLA o MPLA provocando a transferência da sede de *Konary* para Leopoldville atual Zaire, sendo justificada por motivos de segurança. A polarização entre o MPLA e a FNLA assumiu, igualmente, a forma de uma clara manipulação da identidade étnica embora relativamente mais contida no MPLA, dado o seu perfil modernizador e universalista como arma política de legitimidades contestada.<sup>126</sup>

Ou seja, o MPLA, por ter um caráter mais universal e nacionalista conseguiu envolver mais a população e tribos mostrando a força da sua liderança. Pode-se pontuar que essa segmentação ética na política, não foi o principal motivador, ao invés disso, foi uma

<sup>123</sup> BITTENCOURT, Marcelo. p. 24

<sup>124</sup> PINTO, João Paulo Henrique. **A identidade nacional angolana** – definição, construção e usos políticos. Dissertação. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2016. p.51.

<sup>125</sup> MENEZES, Solival Silva, p. 170.

<sup>126</sup> GOMES, Antunes, p. 88.

consequência da diferenciação social provocada pelo poderio colonial de Portugal em Angola. As ações lideradas pela gerência colonial motivaram várias interpretações do colonialismo por diversos grupos vigente no país africano. Essa pluralidade fomentou a divisão social, que os grupos de nacionalistas utilizaram, criando um elemento do discurso político, ao mesmo tempo, uma barreira para a construção de um projeto nacional integrado.

Nesse caso, podemos dizer que as diferenças e os interesses conflitantes entre os movimentos nacionalistas foram um problema quase tão significativo quanto a própria luta contra o colonizador opressor. Diante dessas diferenças notava-se não somente exibicionismos pessoais e conflitos políticos, como também um expressivo intervalo associado aos vínculos históricos entre muitas tribos e etnias africanas. Como por exemplo

(...) a FNLA qualificava explicitamente a liderança crioula do MPLA como sendo não africana, descredibilizando, conseqüentemente, a sua legitimidade. São estes novos assimilados que se encontram na fundação da UNITA – União ao invés Nacional para a Independência Total de Angola. Em 1966, Jonas Savimbi, membro do Governo Revolucionário de Angola no Exílio da FNLA, onde desempenhava as funções de Ministro dos Negócios Estrangeiros, acusando a FNLA de ser militarmente ineficaz e alimentar escusadamente a dependência relativamente aos EUA, e explorando os sentimentos de exclusão dos novos assimilados, liderou a cisão destes novos assimilados e, com eles, fundou a UNITA.<sup>127</sup>

Ademais, em relação às questões tribais havia uma grande discrepância política e Tribalistas. A empatia do povo pelo FNLA era considerável, pois Holden Roberto, possuía um membro da sua família chefe de um grupo étnico, além disso consolidou vínculo favorável com os portugueses. Para eles, seria um grupo capaz de manter relações privilegiadas com Portugal, mesmo após a concessão de uma possível independência, já a UNITA de Savimbi, além de ser extremamente Tribalistas, detinha pouca expressão até meados dos anos de 1970, contando com poucas pessoas na região sudeste de Angola.<sup>128</sup> Esses três movimentos políticos no fim dos anos de 1960, já se demonstravam um profundo impacto social arrastado por diversos conflitos no território africano. Tudo isso, em razão das divergências políticas, ideológicas e dissensões étnicas.

Advoga Pereira que o MPLA era visto como um partido que possuía somente intelectuais mestiços, urbanos, desvinculados das massas, enquanto o FNLA seria o partido dos camponeses e uma das principais preocupações do MPLA nesse período, além de consolidar uma posição legal e política em Angola, era a preparação da luta armada em Angola.<sup>129</sup> Em 1962, Manuel dos Santos Lima, oficial miliciano e desertor do exército português, foi

<sup>127</sup> GOMES, Antunes, p.89.

<sup>128</sup> MENEZES, Solival, p.182.

<sup>129</sup> PEREIRA, Nunes. p.174.

encarregado de formar o que viria a se chamar de exército Popular de libertação de Angola (EPLA).<sup>130</sup> A preparação foi realizada em Argélia que ainda estava em luta pela sua independência. Inicialmente, o desempenho do exército foi insatisfatório na luta contra o FNLA, principalmente devido à ausência de armamento e na hostilização com as tropas do Congo-Brazzaville, lideradas pelo MPLA.

O MPLA perpassou por diversas crises políticas e militares e até mesmo discordâncias internas dentro do próprio movimento. Entre elas, o caso mais marcante foi em 1963 quando Agostinho Neto deteve a liderança do movimento e desintegra Viriato da Cruz que até aquele momento era o secretário geral do movimento. Compreende-se que o desentendimento ocorre quando Viriato na sua condição de secretário constituísse um Comité diretor de dominância negra, a fim de se estabelecer laços mais estreitos com as massas, convém resgatar que o FNLA acusava o MPLA de ser meios africanos e era um partido dirigido por intelectuais urbanos.<sup>131</sup>

Para Bittencourt, durante a presidência de Mário Pinto de Andrade, Viriato da Cruz desfrutava de grandes facilidades para fazer sua política dentro do MPLA, porém a partir da chegada de Agostinho Neto, esta liberdade de ação acabaria sendo limitada, principalmente em razão da nova forma de governo imposta pelo novo presidente, mais centralizadora e autoritária.<sup>132</sup> Vale expor também que os dois tinham pensamentos muito divergentes no que se refere as questões nacionalistas a serem colocadas em práticas e no cenário internacional as relações que eram realizadas com os outros países.

As disparidades entre os dois líderes também era ideológica, enquanto Viriato seria mais a favor das ideias de Pequim, os outros intelectuais como Mario de Andrade, Lucio Lara seriam pró URSS. Além disso, Viriato da Cruz considerava que a direção de Neto era ineficaz no plano militar e diante das contendas, aliou -se a FNLA<sup>133</sup>, argumentando que, sendo o verdadeiro inimigo, o colonialismo, e não o imperialismo americano, a sua posição significou uma ruptura irreversível para Neto.<sup>134</sup>

O ano de 1964 marcou o ano de reconstrução do movimento a partir das bases precárias, realizou-se a Conferência de Quadros, ou militantes ativos, com cerca de 50 participantes que

---

<sup>130</sup> Ibidem.

<sup>131</sup> PEREIRA, Nunes. p.176.

<sup>132</sup> BITTENCOURT, Marcelo. **Estamos Juntos!** O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974). Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002. p. 190.

<sup>133</sup> Viriato chegou a ser ministro do GRAE (Governo Revolucionário de Angola no Exílio), criado em 1962 e aliado ao FNLA. No entanto, ele percebeu conscientemente que sua inserção na FNLA era simplesmente uma forma de Holden Roberto fragilizar seu antigo partido. Em um momento de reclusão na vida política, Viriato foi para Pequim, onde veio a falecer em 1973.

<sup>134</sup> GOMES, Antunes, p. 89.

no dizer de Neto, tomaram decisões que influíram em toda a vida da organização até os nossos dias e no campo diplomático, também a situação do movimento começou a melhorar.<sup>135</sup>

A OUA<sup>136</sup> resolve rever em 1964, a situação do nacionalismo angolano, movida menos pelo início da guerrilha do MPLA em Cabinda, do que pela ineficiência da FNLA/ GRAE e pela denúncia de Jonas Savimbi, até então ministro das Relações Exteriores do GRAE, contra Holden Roberto, acusado por ele de Tribalistas, autoritário e controlado pelos americanos.<sup>137</sup> Essa acusação foi feita na assembleia da OUA, no Cairo, em julho de 1964. No entanto, somente em 1965 que o MPLA vem ser reconhecido pela OUA e reconhecido junto ao seu comitê de libertação para receber ajuda militar e apoio no continente.

Entre 1966 e 1968 foi um período positivo para a força militar do MPLA, criou-se até mesmo uma estrutura da contra-ataque portuguesa, com destaque para os helicópteros. Na área diplomática também houve sucesso. A OUA chegou a mover o reconhecimento do FNLA em 1968 pela sua ineficácia e somente veio a ser reconhecida anos depois. Em face da situação descrita, de outros problemas institucionais da ofensiva portuguesa articulada com a UNITA no Leste, novas crises surgem no horizonte do MPLA. Após o início da década de 1970, o MPLA será de pôr uma crise, a mais prolongada de todas até aqui e que se pôs em risco o destino do Movimento, porque parte dessa crise ocorreu depois da Revolução dos Cravos em Portugal, quando estava em jogo o papel do MPLA na independência de Angola, que, então, se aproximava.

Outro constrangimento de difícil superação para o MPLA derivou da Guerra Fria em meados dos anos 60, em razão do conflito com os atores externos EUA e URSS, isso se evidenciou nos pós independência do Congo /Zaire, a construção do muro de Berlim e a crise dos mísseis em Cuba, foi nesse contexto que os Estados Unidos resolveram apoiar a FNLA, de HOLDEN Roberto.<sup>138</sup> Esse apoio resultou em barreiras e impasses para o MPLA, como, por exemplo, a fronteira do Congo e Zaire, onde o grupo opositor obteve o domínio com a ajuda dos EUA. Essa ação provocou um forte impacto nas estratégias do MPLA. Além disso, o movimento, sofreu com desvantagem por não contar com a ajuda da organização e de outras nações. Nesse conflito em meio a Guerra Fria, o MPLA, obteve o apoio dos países socialistas

---

<sup>135</sup> PEREIRA, Nunes. p. 180.

<sup>136</sup> A organização da Unidade Africana fundada em 1963 na Etiópia, tinha como intuito fazer frente a repressão do colonialismo e o neocolonialismo na África. Fundamentava no desenvolvimento de uma entidade que apoiasse os Estados africanos.

<sup>137</sup> PEREIRA, Nunes, p.181.

<sup>138</sup> Ibidem, p.189.

e revolucionário, entre os países podemos citar a Cuba, a URSS e outros países do Leste Europeu, como também a Líbia e Argélia.

Já nos anos de 1970, com as revoluções de outros territórios dominados pelo jugo colonial português, como por exemplo, o PAIGC<sup>139</sup>, que proclamou a independência de Guiné-Bissau em 1974, posteriormente em 1975, o movimento foi responsável pela libertação de São Tomé e Príncipe e Cabo Verde. No entanto, em Angola e Moçambique foi diferente, o contexto era mais intrincado, enquanto em Moçambique perpassava por um período conturbado em 1975, Angola passava por um conflito entre os três movimentos independentistas (MPLA, UNITA e FNLA), com o apoio do cenário internacional, cada um deles como já supracitado. Em junho do mesmo ano, Moçambique conseguiu sua independência se consolidando como República.

Ao mesmo instante, os movimentos queriam o reconhecimento de forma instantânea da soberania de Angola e colocaram como requisito para acordarem o cessar-fogo. Enquanto isso, em Portugal, decorriam diversos protestos pró independência iminente das colônias e a rejeição do envio dos soldados para o país angolano. Sob pressão, pelos grupos independentistas, pelo cenário internacional e pela opinião pública do país, Portugal reconhecia, através da Lei n.º 7/74, publicada em 27 de julho de 1974<sup>140</sup>, o direito das colônias à independência. Iniciava-se, então, o período de negociações com os movimentos de libertação dos termos para a transferência do poder.

No que se refere a Angola, um dos princípios da Revolução dos Cravos, era a formação de um governo de transição para independência no país, com os três principais movimentos de libertação angolana que iriam em conjunto com as autoridades portuguesas, assinar o acordo de Alvor<sup>141</sup>, que tinha como uma de suas diretrizes a divisão do antigo poder colonial de Portugal nas terras angolanas. Esse governo provisório de coligação, deveria conservar-se até a data da independência, em 11 de novembro de 1975. Ansiava-se que o cenário para as negociações fosse tranquilizador, mas na verdade muitas das fricções recorrentes entre os movimentos romperam-se em confrontos concretos nas regiões e entre diferentes grupos políticos e populações.

Nesse mesmo período, acontecia a ocupação por parte dos soldados zairenses em sustentação ao movimento FNLA que acabou sendo vencida por Cuba e o MPLA, que ao

---

<sup>139</sup> A sigla PAIGC é referente ao Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, foi um grupo nacionalista que tomou frente da luta pela independência da Guiné Portuguesa (Guiné-Bissau) e de Cabo Verde, que eram do jugo colonial português.

<sup>140</sup> Ler mais em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/7-1974-279272>

<sup>141</sup> O acordo de Alvor foi assinado em janeiro de 1975 entre Portugal e os principais movimentos independentistas da época.

mesmo tempo, proclamava a República Popular de Angola, em Luanda. Enquanto isso, a UNITA com o amparo dos sul-africanos, declarava a República Democrática de Angola em Huambo. Mas invasão sul africana e o avanço da UNITA foram também derrotados por forças cubanas e do e do MPLA no Sul, mas seguiram-se quase quinze anos de guerra entre eles, devastando o país, em 1989 os cubanos retiraram-se de Angola, mas a guerra civil só foi encerrada em 2002.<sup>142</sup>

### 2.3 A Guerra Civil, os acordos de Paz e a consolidação do MPLA no poder de Angola

As gêneses do conflito armado angolano não estiveram exclusivamente relacionadas aos recursos naturais. As suas principais causas foram: a natureza do colonialismo português, por não ter preparado uma passagem estável para a independência, e o desenvolvimento de movimentos nacionalistas rivais com origens etnorregionais diferentes.<sup>143</sup> Entre meados de 1975, após independência a 1989, a nação angolana foi palco de inúmeros conflitos e chacinas, consequentemente se tornando também um campo de conflagrações da Guerra Fria. Em detalhes, a bipolaridade entre o bloco oriental e ocidental, utilizou a África como um dos terrenos propensos para se implementar esse confronto, movendo os grupos nacionalistas que surgiram no continente africano a optarem entre um dos dois blocos mundiais.

Diante disso, muitos foram as tentativas realizadas com o intuito de apaziguar o confronto armado em Angola. Entre as investidas, em 1989, próximo do fim da “era soviética” e da queda do muro de Berlim, se configurou uma alteração no andamento da guerra civil angolana, com essas mudanças, foram concretizados os acordos de Nova York, entre Cuba, África do Sul e Angola, a partir do monitoramento dos EUA.<sup>144</sup> E em paralelo, os americanos também acompanharam a remoção das tropas estrangeiras da região angolana.<sup>145</sup>

Posterior aos acordos, aconteceu a Conferência de Gbadolite, em junho de 1989, no Zaire, atualmente chamada de República Democrática do Congo, com o comparecimento de inúmeros líderes africanos, com o objetivo de manter a Paz em Angola e cessar-fogo, tendo

<sup>142</sup>VISENTINI, Fagundes. p.42.

<sup>143</sup> HODGES, Tony. Angola: Do Afro-Estalinismo ao Capitalismo Selvagem. 1ª Edição. Caiscais: Editora principia, 2002, p. 24-25 *apud* SEBASTIÃO, André Kizua Monteiro. **O PROCESSO DE PAZ EM ANGOLA: A Dimensão Internacional do Conflito Armado de Gbadolite à Luena.** Dissertação em Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus. Évora, 2015. p.78.

<sup>144</sup> O Acordo de Gbadolite. Secretariado Nacional para a Comunicação e Marketing UNITA. Disponível em: <https://unitaoficial.org/gbadolite/>. Acesso em: 20 de jan. 2024.

<sup>145</sup> Foram retiradas as tropas cubanas de Angola que estavam apoiando o MPLA e o movimento também continuou a liberar ainda mais a entrada de jornalistas ocidentais no país e a preterir as suas políticas econômicas com viés marxista.

como presença ilustre Jonas Savimbi, líder da UNITA. Já o governo de Angola esteve representado pelo então Presidente José Eduardo dos Santos, entre os chefes de Estado africanos, podemos destacar alguns: Mousa Traoré, do Mali; Kenneth Kaunda, da Zâmbia; Paul Bibe, dos Camarões; Rei Hassan II, do Marrocos; Ibraim Babangida, da Nigéria; Manuel Pinto da Costa, de S. Tomé e Príncipe; Omara Bongo, do Gabão; Joaquim Chissano, de Moçambique.<sup>146</sup>

O único resultado positivo de Gbadolite, foi o primeiro encontro entre o presidente do MPLA e do Governo da República Popular de Angola (GRPA) com o líder da UNITA, após a ruptura deste último com o presidente Agostinho Neto, encetando novas negociações entre o GRPA e a UNITA.<sup>147</sup> Resultando também em uma nova impressão do Presidente José Eduardo dos Santos no cenário internacional, principalmente como Estados Unidos, em nações europeias e dentro da própria África, ele começou a ser visto como uma figura conciliadora e Fomentadora do entendimento nacional. Criando uma boa imagem também ao líder Savimbi, transmitindo a ideia de que o problema de Angola passa por um diálogo direto entre duas partes.<sup>148</sup> Abaixo segue uma tabela com as propostas de cada um dos movimentos:

Tabela 3 - A proposta de paz dos movimentos partidários MPLA E UNITA

Proposta de paz da UNITA	A proposta de paz do Governo do MPLA
Revisão da Constituição	Respeito pela Constituição e pelas principais leis da República de Angola
Realização de eleições gerais em Angola	Cessação de todas as interferências externas nos assuntos internos de Angola
Garantia de não exílio de Jonas Savimbi e negociações diretas entre o MPLA e a UNITA	Integração das Forças da UNITA nas instituições da República de Angola

<sup>146</sup> O Acordo de Gbadolite. Secretariado Nacional para a Comunicação e Marketing UNITA. Disponível em: <https://unitaoficial.org/gbadolite/> Acesso em: 20 de jan. 2024.

<sup>147</sup> SEBASTIÃO, André Kizua Monteiro. **O PROCESSO DE PAZ EM ANGOLA: A Dimensão Internacional do Conflito Armado de Gbadolite à Luena.** Dissertação em Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus. Évora, 2015. p. 82.

<sup>148</sup> Ibidem.

Formação de um governo de unidade e Reconciliação Nacional	Aceitação do afastamento voluntário e temporário de Jonas Savimbi da política angolana.
--	---

Fonte: Secretariado Nacional para a Comunicação e Marketing UNITA.

A conferência tinha como objetivo visar um futuro positivo para o país africano, refletindo a vontade de todos os angolanos de pôr um fim aos conflitos e proclamar perante o mundo, a harmonia nacional. No entanto, ao analisar as propostas e os pensamentos de cada movimento, percebe-se divergências nas intenções políticas entre os movimentos partidários, dificultando o alcance de um consenso ou uma “Cimeira de Paz”, como ficaram conhecido os acordos de Gbadolite. Apesar de inicialmente ter começado uma boa interação entre os líderes de cada movimento. Tanto o MPLA e a UNITA, viviam um clima de “desconfiança mútua”, não conheciam as verdadeiras intenções de cada um e duvidavam dos respectivos planos de paz.<sup>149</sup> Além disso

Depois de várias reuniões intermináveis e (quase) inconclusivas, marcadas por uma mediação que procura relançamento político na arena internacional e, que se granjeava por ter sido o primeiro a reunir à mesma mesa José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi, a conferência emitiu o seguinte comunicado com três pontos: 1- A vontade de todos angolanos de porem fim à guerra, 2- A cessação de todas hostilidades no território, a entrada em vigor do cessar-fogo às 00h00 do dia 24 de Junho de 1989. 3- E, a formação de uma comissão para continuar o processo, sob mediação de Mobutu. Apesar do fracassado, Gbadolite é considerado por especialistas, de constituir início do “trilho do caminho da paz”. A partir deste ouvia-se falar mais em “negociação”, “processo de paz” e “reconciliação”.<sup>150</sup>

Outros fatores que colaboraram para incertezas de ambas as partes avançarem com os acordos de Gbadolite, foi a ausência de uma documentação assinada pelos líderes africanos e a divulgação de informações ambíguas à imprensa internacional, como por exemplo, a de que o Líder Savimbi teria aceitado se exilado. Com isso, os integrantes da UNITA, foram em oposição aos tratos de Gbadolite. Face as constantes dificuldades para cessar-fogo e as grandes proporções que o conflito foi tomando, o governo americano decidiu envolver-se diretamente para encontrar uma nova forma para as negociações de paz e em novembro de 1989 chega à Luanda, o subsecretário Adjunto americano para os Assuntos Africanos, Warren Clark.<sup>151</sup>

<sup>149</sup> Embaixada da República de Angola em Portugal. Angola e os caminhos para a paz efectiva. Disponível em: <https://www.embaixadadeangola.pt/angola-e-os-caminhos-para-paz-efectiva>

<sup>150</sup> O Acordo de Gbadolite. Secretariado Nacional para a Comunicação e Marketing UNITA. Disponível em: <https://unitaoficial.org/gbadolite/>

<sup>151</sup> SEBASTIÃO, André Kizua Monteiro. p.83.

Com todos esses acontecimentos mencionados acerca das incessantes tentativas para instaurar a paz em Angola e um extenso período de guerra civil entre os angolanos com interferências estrangeiras, o então Presidente da República Popular de Angola, José Eduardo dos Santos e o líder da UNITA, Dr. Jonas Savimbi decidem em Portugal no Palácio da Necessidade, assinar os acordos de Bicesse<sup>152</sup>, em maio de 1991. Um ano antes, Savimbi, tinha viajado até Portugal, onde visava antever as possíveis circunstâncias de negociações de paz para Angola e José Eduardo dos Santos, Presidente da República de Angola, deixara claro na sua mensagem de final de ano, uma abertura ao diálogo e a realização de eleições em Angola.<sup>153</sup>

Face o recente Acordo de Bicesse, um importante passo foi dado com o estabelecimento de uma linha telefónica interrupta entre o Presidente José Eduardo dos Santos e o presidente da UNITA, Savimbi, que veio facilitar a comunicação entre as duas partes para evitar qualquer conflito.<sup>154</sup>

Em sua composição, os acordos de Bicesse tiveram como objetivo apaziguar os confrontos armados do MPLA, que tinha o controle do governo de Angola e as investidas por parte do movimento UNITA. Consequentemente o aquartelamento das tropas da UNITA, a formação de uma nova Forças Armadas, a desmobilização da tropa não requerida, a restauração da administração do Estado em áreas controladas pela UNITA e as eleições multipartidárias e presidenciais.<sup>155</sup> Além disso, o acordo em questão possibilitou certas amplitudes na conjuntura política angolana, implantando o sistema pluripartidário no país. O governo de José Eduardo também alterou o modo econômico de Angola, aderiu uma economia de mercado, passando a permitir a presença da iniciativa privada, e o abandono do marxismo-leninismo como a doutrina do Estado, o qual passou a ser reconhecido como “República de Angola”. De acordo com Vidal os anos 90

(...) trouxe uma vaga de liberalização a África, a partir de programas de reajustamento estrutural, que, no entanto,, não obteve muitos resultados em Angola, como na redução do setor público na qual ignoraram a reestruturação da administração do Estado e a redução do número de funcionários de um mega aparelho ineficiente que servia essencialmente como distribuidor de rendas/salários, centrando-se essencialmente na concessão (suposta privatização) de infraestruturas comerciais, industriais e agrícolas aos

<sup>152</sup> Acordos de Bicesse, chamado também de acordos do Estoril, foi um tratado assinado entre o presidente de Angola, Jose Eduardo dos Santos e o líder do outro partido Jonas Savimbi. O acordo mútuo tinha como intuito uma pausa no conflito e uma pacificação entre os partidos de Angola (UNITA, FNLA e MPLA), e um processo de implementação de uma democracia para o país.

<sup>153</sup> CARVALHO, Tiago Emanuel da Cunha. **O Conflito entre MPLA e UNITA/FNLA como Materialização do Confronto URSS/EUA: no contexto da Guerra Fria.** Relações Internacionais - 2º Ciclo de Estudos. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre. Universidade da Beira Interior. 2015. p.58.

<sup>154</sup> SEBASTIÃO, André Kizua Monteiro. p.85.

<sup>155</sup> Ibidem.

membros escolhidos da elite governativa a preços simbólicos. No fim, a privatização mais não representou que o reforço da apropriação privada de bens públicos – predação –, agora num contexto que oficialmente privilegiava a propriedade privada.<sup>156</sup>

Posto isso, no que tange à realização das eleições multipartidária na região, a mesma obteve o apoio das Nações Unidas no período eleitoral e fiscalização da UNAVEM II (United Nations Angola Verification Mission II) que foi constituída a partir da Resolução 696.<sup>157</sup> A missão tinha como objetivo primordial de seu mandato a supervisão e a implementação dos Acordos de Bicesse, incluindo supervisão das eleições para o executivo e o legislativo do país, que ocorreriam nos dias 29 e 30 de setembro de 1992.<sup>158</sup> Salienta-se que, desta missão, foram destacados cerca de 350 observadores militares não armados, 120 observadores policiais não armados e 100 observadores eleitorais, que mais tarde passaram para 400, além disso a ONU permaneceu à margem das negociações e do processo estabelecido no acordo de paz.<sup>159</sup> Na visão de Nunes Pereira, dois objetivos básicos não foram cumpridos ao longo dos acordos: a retomada pela administração de territórios ocupados pela UNITA e a formação real e não simbólica do exército único pelo FLAPA, do MPLA e das FALA, o exército da UNITA.<sup>160</sup>

Em 1992, foi o ano do grande estopim para retomada dos confrontos em Angola. O MPLA, mesmo sem ter alcançado 50% dos votos na apuração final, elegeu 129 Deputados e o seu candidato, José Eduardo, obteve 49,57% da votação para presidente.<sup>161</sup> Nesse caso, deveriam ocorrer novas eleições presidenciais, ou seja, um segundo turno, conjuntura que não veio a ocorrer em virtude do retorno do confronto armado. Não foi surpresa que os resultados favorecessem, de forma vantajosa, o MPLA, pois, além das diversas possíveis manobras, eles foram apurados em suas zonas de maiores influências.<sup>162</sup>

O grupo UNITA desconheceu esse fator, e, desde logo, fez pronunciamentos de fraude generalizada misturados com ameaças de revanche militar, a UNAVEM, procedeu as investigações com participação dos partidos que concluíram pela inexistência de fraude generalizada.<sup>163</sup> No geral, a UNAVEM, não obteve o êxito esperado, nem o governo de José Eduardo e nem o movimento UNITA liderado por Savimbi estavam totalmente envolvidos em alcançar a paz e que ambos estavam preparados para recomeçar o confronto, caso o resultado

<sup>156</sup> VIDAL, Nuno de Fragoso. O MPLA e a governação: entre internacionalismo progressista marxista e pragmatismo liberal-nacionalista. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 42, n. 3, 24, nov. 2016. p. 841.

<sup>157</sup> Ver mais em: <http://unscr.com/en/resolutions/doc/696>

<sup>158</sup> RIZZI, Kamilla Raquel. p. 60.

<sup>159</sup> SEBASTIÃO, André. p.91.

<sup>160</sup> PEREIRA, José Maria Nunes. op. cit. p. 311.

<sup>161</sup> RIZZI, Kamilla Raquel. op. cit. p. 61.

<sup>162</sup> PEREIRA, José Maria Nunes. op. cit. p. 316.

<sup>163</sup> Idem.

eleitoral não servisse-os seus anseios. Abaixo segue as falhas do Acordo de Bicesse

1º a falta de uma voz da ONU nos Acordos, que mais tarde foram convidados para implementar; 2º O papel dado à ONU pelos que assinaram os Acordos de Bicesse era unicamente um papel de “verificador”, impondo assim limitações significativas e impediu a sua capacidade em responder quando a situação mudou tão drasticamente nos fins de 1992; 3º A falta de generosidade financeira para ajudar a assegurar a paz, isto é, a Missão da ONU foi executada com muito poucos recursos; 4º A gestão da transição para a democracia foi problemática em vários sentidos, sobretudo o conceito de que quem vencer fica com tudo, também não ajudou na consolidação de uma transição suave para um governo democrática. <sup>164</sup>

Subsequentemente, após o fracasso dos acordos de Bicesse, se fazia necessário achar uma saída que guiasse ao reencontro dos angolanos para viverem em harmonia, cooperação e buscando o bem-comum. Sendo assim, foram ocorrendo novas discussões, para a criação de um novo acordo, mas dessa vez em uma outra conjuntura, em que Portugal, não mais intermediaria todo o processo. Mas sim, a ONU que passaria ter uma função mais influente. Assim, em 1994, surgiu o acordo de Paz de Lusaka, que tinha como intuito aquietar o conflito e o objetivo de entrar, de forma diplomática, em um acordo com o movimento UNITA. Além de resguardar os princípios dos acordos do Alvor e Bicesse, o intuito do novo acordo era o cessar fogo e efetivamente a reconciliação nacional de Angola. Ao mesmo tempo, buscava-se findar o processo eleitoral que tinha sido suspenso devido ao resultado.

Inspirado dos Acordos de Bicesse, foram introduzidas algumas inovações importantes, incluindo a partilha de poder, a não realização de eleições antes de concluir com questões militares, a implementação do processo de paz e o despacho de uma força de capacetes azuis da ONU, onde agora UNAVEM III, chegou a dispor de 7.000 homens.<sup>165</sup> Em resumo, o Protocolo de Lusaka almejava o término das hostilidades entre o Governo da República de Angola e a UNITA, com o intuito de alcançar a harmonia no território nacional e a livre circulação de pessoas e bens; tudo a partir do monitorização das Nações Unidas.

O protocolo perdurou em torno de quatro anos, ocorreram inúmeras violações dos direitos humanos entre os signatários do acordo. Foram um dos fatores principais do esgotamento dos acordos de Lusaka., se estivessem supervisionou de forma considerável e exteriorizado acerca dos direitos humanos e suas violações, seria mais moroso que os dois movimentos partidários subestimassem os direitos dos angolanos. Ainda que tivesse dado

<sup>164</sup> SEBASTIÃO, André.p.86 *Apud* ANSTEE, Margareth Joan - **Órfão da Guerra Fria** : Radiografia do Colapso do Processo de Paz Angolano 1992-1993. 1ª Edição. Porto: Editora Campo das letras, 1997, p. 40-41.

<sup>165</sup> SEBASTIÃO, André Kizua Monteiro. p.87. *apud* COMERFORD, Michael G – **O Rosto Pacífico de Angola**: Biografia de Um Processo de Paz (1991-2002). p. 16 -17.

funções significativas à ONU, as desavenças se mantiveram, ou seja, é perceptível que o acordo foi assinado em uma situação de total desconfiança entre o MPLA e a UNITA. E é somente em 2002, com a morte de Jonas Savimbi, em campo de guerra na província de Moxico, que a paz finalmente chegou a Angola, mediante a assinatura do cessar-fogo entre representantes da UNITA e do MPLA.<sup>166</sup>

No mesmo ano foi assinado o Memorando de Entendimento do Luena, um tratado de paz entre o MPLA e a UNITA, com uma posição política e ao mesmo tempo jurídica, onde foram estipulados requisitos para a regularização das questões políticas nacionais com eleições pacíficas. Por fim, após os confrontos armados em Angola, a consolidação da Paz Angola, impediu futuros conflitos em Angola e intensificou a recém conquistada harmonia nacional. Em 2008, foram feitas novas eleições nacionais, em um ambiente ameno e com paz social. Os resultados das eleições consolidaram o MPLA, que ganhou por maioria absoluta. Convém resgatar que, desde as eleições de 2002

[...] o MPLA tem assumido o controle de todo o processo, o que visou, no essencial, maximizar a vitória militar e transportá-la para a arena eleitoral. Tal facto gerou um efeito de *path dependence*, pelo facto de o resultado da guerra civil angolana ter passado a condicionar fortemente as eleições angolanas. Este facto retira capacidade política e eleitoral aos partidos da oposição que, ao contrário do MPLA que venceu a guerra, não dispõem das mesmas condições político-institucionais para controlar o processo eleitoral. Concluimos, portanto, que as eleições em contexto de pós-guerra, desde 2008, dificilmente contribuem, de forma significativa, para o processo de desenvolvimento de uma democracia ou para a democratização de Angola.<sup>167</sup>

Pode-se dizer que o sistema político angolano se consolidou a partir da preservação do domínio político do MPLA e no que se refere as eleições se instaurou uma disputa partidária entre o MPLA e a UNITA, suprimindo a participações de outros grupos partidários. Isso ocorreu devido ao impacto do conflito armado, que impossibilitou o desenvolvimento dos partidos políticos angolanos.

Exposto todos esses elementos, o capítulo traz consigo uma breve apresentação sobre MPLA. Ao mesmo tempo, é elencado o processo histórico da independência de Angola. É nesse contexto que nasce a luta pela libertação nacional em Angola e a criação de inúmeros grupos entre eles o MPLA, que, atrelado a inúmeros intelectuais obtiveram uma forte influência dentro de Angola. O MPLA galgou o poder político, sendo o primeiro partido a governar o país após a independência e durante as eleições, sempre conquistou a cadeira da presidência e a maioria

---

<sup>166</sup> Ibid., p. 68.

<sup>167</sup> DUNDÃO, Sérgio. **As Eleições Angolanas: O impacto da guerra e do sistema eleitoral.** Centro de Estudos e Investigação Científica Universidade Católica de Angola. Cadernos de Estudos Africanos. 2023 • 45, 135-167. p.162.

no congresso angolano. Nós confrontos armados sempre conseguiram ser resistente e assim que Angola conseguiu a Paz, o partido conseguiu se consolidar no poder.

### **3 O REAVIVAMENTO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA ÁFRICA E O ADVENTO DA ODEBRECHT EM ANGOLA**

O início da atuação da Odebrecht em Angola está atrelado às ações da política externa brasileira face aos países africanos. Recordar-se que o Brasil, antes da ditadura civil-militar brasileira, os governos de Jânio Quadros e João Goulart, posicionava-se a favor da autodeterminação dos povos nas conferências internacionais e em seus discursos públicos, com o intuito de uma aproximação com os países que lutavam pela libertação nacional. Ao longo dos governos ditatoriais brasileiro, com o viés ideológico e o alinhamento político aos Estados Unidos, configurou-se uma política externa brasileira, com um olhar não tão expressivo para as nações africanas e um pensamento díspar ao processo anticolonial na África.

As relações do Brasil para a região africana começam a ser vista com outros olhos, no governo do general Ernesto Geisel, impulsionado pela perspectiva que o continente viabilizava para a exportação do modelo de desenvolvimento. A África seria a saída para o governo brasileiro face à crise do petróleo em 1973, que desestabilizou os preços do recurso energético fóssil e a disponibilidade de matérias-primas, bem como os fluxos financeiros e investimentos internacionais, a inserção de capitais estrangeiros foi interrompida, colocando em dúvida o núcleo do financiamento do crescimento econômico brasileiro.

Convém mencionar que o governo de Geisel se viu com economia sufocada, dentre os diversos problemas econômicos deixadas pelo Milagre Econômico de Médici, logo após a guerra do Yom Kippur<sup>168</sup>, teve o aumento do preço do petróleo importado, o Brasil dependia

---

<sup>168</sup> Foi um conflito em 1973 envolvendo Israel e Egito, nas proximidades do canal de Suez. O motivo da guerra foi em razão dos israelenses terem construído várias fortificações na fronteira com o Egito, e isso provocou uma

de uma grande porcentagem de petróleo advindo de fora do país. Como válvula de escape, a busca por relações multilaterais com países africanos e árabes com abundância em petróleo e negociações mais rentável foi a solução. Em 1984, o petróleo bruto constituía 94,02% das importações brasileiras provenientes da África.<sup>169</sup>

Ao mesmo tempo, os efeitos da crise do petróleo na economia brasileira também foram os grandes responsáveis pela adoção de uma nova postura sobre a libertação dos países africanos.<sup>170</sup> Enquanto buscava sua independência, Angola, um país rico em recursos petrolíferos, emergiu como uma escolha para o governo militar de Geisel estabelecer relações comerciais e negociar a exportação de petróleo na região. Nesse processo, se abre um caminho para as empresas brasileiras, a companhia brasileira Odebrecht, enxergou uma oportunidade de expandir o seu negócio em solo angolano, se tornando uma das primeiras empresas brasileiras a aterrissar na África, a partir da confiabilidade e privilégios do governo vigente militar brasileiro.

Os novos investimentos brasileiros para Angola resultaram em um aumento nas exportações do Brasil para região africana. Em 1976, as exportações totalizaram aproximadamente US\$ 6 milhões, saltando para US\$ 22 milhões em 1977 e alcançando um valor perto de US\$ 99 milhões em 1979. Abaixo, pode-se visualizar o gráfico que ilustra o progresso do comércio do Brasil para Angola.

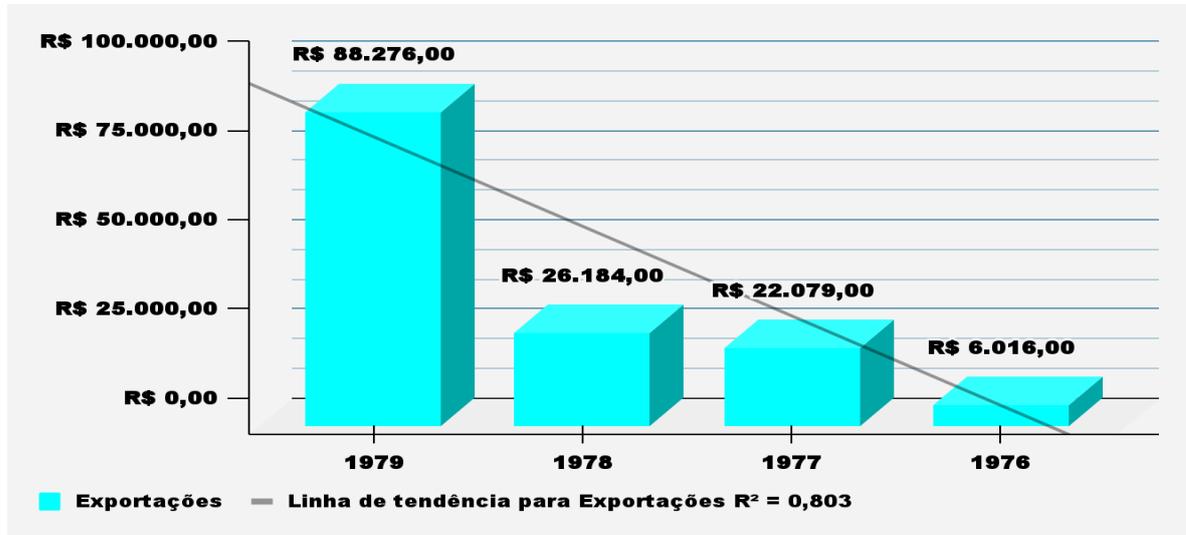
---

reação militar por parte dos árabes. Entre as consequências da Guerra pode se citar o aumento do preço do barril de petróleo, o que motivou crises econômicas em vários países ocidentais, como o Brasil.

<sup>169</sup> PEREIRA, J. M. N. (1982), "Relações Brasil-África: Problemas e Perspectivas". **Estudos Afro-Asiáticos**, nº 6-7. p. 217.

<sup>170</sup> [...] *the effects of the oil crisis on the Brazilian economy were very much responsible for the adoption of a new stance on African decolonization.* Pinheiro, Leticia. *Foreign policy decision-making under the Geisel Government: the president, the military and the foreign ministry.* Brasília: FUNAG, 2013. p. 247.

Figura 2 - Exportações do Brasil para Angola entre 1976–1979.



Fonte: Elaboração própria — Cacex (Carteira do Comércio Exterior)

Uma consideração significativa a expor é que nesse período, o aumento nas exportações brasileiras para Angola, em relação ao volume das importações angolanas para o Brasil, era destoante, pois o país angolano perpassava por desafios inerentes à nova fase política independentista e ao agravamento da crise econômica deixada pelo jugo Colonial Português. Sendo assim, a política comercial nesse período se caracterizou como unilateral por parte do governo brasileiro em impulsionar o intercâmbio com o país, e nesse fluxo de relacionamento comercial acontece o advento da companhia Odebrecht.

Com a introdução desses elementos expostos, o propósito desse capítulo é oferecer uma perspectiva diferente da presença da Odebrecht no país africano, especialmente no âmbito acadêmico. Para isso, baseamo-nos em uma variedade de fontes, incluindo documentos primários, publicações institucionais e materiais jornalísticos que retratam a trajetória para a realização do contrato da hidrelétrica de Capanda, a dinâmica das relações com o governo local e os relatos dos primeiros funcionários da empresa atuando em solo africano. Além disso, é apresentado certos órgãos do Estado que estiveram ativos e desempenharam um papel fundamental no apoio à internacionalização e estruturação da Odebrecht em Angola. Isso inclui a atuação conjunta do Ministério das Relações Internacionais em colaboração com o governo ditatorial, o Banco do Brasil e suas agências, como a CACEX, que forneciam financiamento para os contratos. Também é relevante mencionar as operações técnicas, como aquelas realizadas pela estatal Furnas.

### 3.1 Breves considerações sobre as relações Brasil — Angola

Acerca da política externa entre os dois países, tendo ciência da vasta literatura da temática, partindo de autores brasileiros como: Leticia Pinheiro, Vizentini, Joveta José, Jose Flavio Sombra Saraiva entre outros.<sup>171</sup> O nosso intuito no presente subcapítulo é apresentar certos pontos cruciais para que poderemos contextualizar a trajetória que viabilizou a empresa brasileira aterrissar em Angola. De início podemos mencionar que é complexo a rede das relações políticas, econômicas, comerciais, sociais e culturais que une o Brasil aos países africanos.<sup>172</sup> No que tange à relação com o país angolano, as duas nações possuem laços estreitos desde o jugo colonial português no século XVI, arraigados há anos pelo tráfico de escravos e perpetuação de ciclo explorativo da escravização, algo que vem ocorrer também em toda África.

Nos dizeres de Vizentini, com a independência brasileira em 1822 e a manutenção de Angola como colônia portuguesa (por pressão britânica), reduziram-se as conexões oficiais do Brasil com o território angolano, que passavam por Lisboa, após o fim do tráfico de escravos.<sup>173</sup> Conforme José Maria Nunes, desde o fim do tráfico de escravos até a década de 1920 Angola passou por uma fase de transição do colonialismo mercantilista para o que podemos chamar de novo colonialismo, fruto da revolução industrial, que retardou com o império português.<sup>174</sup> Após o colonialismo, cabe recordar que o reavivamento da relação entre as duas nações ocorreu somente no século XX, com o Brasil sendo a primeira nação a reconhecer de maneira diplomática, apesar das questões ideológicas e num desfecho ímpar, a soberania angolana em 1975. Porém, compreende-se que foi um século com decisões ambíguas face à diplomacia com o continente africano e ciclo de relações com Angola.

No governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), por exemplo, o Brasil assistiu ao processo de independência de diversos territórios de países africanos e outros continentes, como

---

<sup>171</sup> Ver mais em: SARAIVA, José Flávio S. e PANTOJA, Selma. (org). Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul. Rio de Janeiro, 1999. PINHEIRO, Letícia de Abreu. Foreign policy decision-making under the Geisel Government: the President, the military and the Foreign Ministry. 1994 (Tese de doutoramento) – Department of International Relations, London School of Economics and Political Science, 1994. VIZENTINI, Paulo Fagundes. As relações Brasil-Angola: pivô da diplomacia africana. In: 5º Encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), PUC-Minas, Belo Horizonte. 2015.

<sup>172</sup> LIMA, Sérgio Eduardo Moreira; SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. (orgs.). Quarenta Anos das Relações Brasil-Angola. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão (Funag), 2015. p. 10.

<sup>173</sup> VIZENTINI, Paulo Fagundes. **As relações Brasil-Angola: pivô da diplomacia africana.** In: 5º Encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), Belo Horizonte: PUC-Minas, 2015, p. 3.

<sup>174</sup> Jose Maria Nunes

um espectador passivo, continuando sua política de distanciamento e depois discretamente às potências coloniais.<sup>175</sup> E até mesmo décadas antecedentes, nos governos de Eurico Dutra (1946-1951) e de Getúlio Vargas (1951-1954), por múltiplos momentos o Brasil apoiou ativamente as potências coloniais ao votar e se abster de resoluções da ONU, em 1953 foi concretizado o Tratado de Amizade e Consulta com Portugal, em pleno mandatório do sistema governamental e colonialismo Salazarista.<sup>176</sup>

Com isso, desenvolveu uma postura hesitante da política diplomática brasileira sob a autodeterminação das colônias portuguesas na África (Guiné-Bissau, Angola, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Moçambique). Na linha anticolonialista do Brasil houve pequenos desvios de atitude apenas pelo desejo de dar a nações tradicionalmente amigas do nosso país, oportunidades para definirem, por movimento próprio, uma posição evolutiva em relação a territórios não autônomos confinados à sua administração.<sup>177</sup>

Com a mudança de governo e um novo posicionamento diplomático no início do decênio de 1960, com a chamada Política Externa Independente (PEI), direcionada pelos diplomatas Afonso Arinos e por San Tiago Dantas, nos governos de Jânio Quadros e João Goulart. Assumiram uma postura mais autônoma no trato das questões políticas (libertação nacional dos povos, Cuba) e econômicas (reivindicação de uma ordem econômica internacional menos desfavorável aos países em desenvolvimento).<sup>178</sup> Para Saraiva e Gala, o governo de Jânio Quadro e, posteriormente, no de João Goulart entre 1961 até 1964, foi a chave para o reencontro do Brasil com a África.<sup>179</sup> Pode-se ver nitidamente essa alteração no rumo da elaboração da política externa para África, a partir da Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional, nos dizeres do presidente Jânio Quadros e do Chanceler Afonso Arinos

O nosso esforço em África, por mais intenso que seja, não poderá senão constituir uma modesta retribuição, um pequeno pagamento da imensa dívida que o Brasil tem para com o povo africano. Essa razão, de ordem moral,

---

<sup>175</sup> FILHO, Pio Penna. LESSA, Antônio Carlos Moraes. **O Itamaraty e a África**: as origens da política africana do Brasil. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 1, n. 39, p. 57-81, mar. 2007. ISSN 2178-1494. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2561> Acesso em: 20 out. 2020.

<sup>176</sup> PINHEIRO, Leticia op. cit. p. 86. O salazarismo, ao longo dos seus 48 anos, passou de uma ditadura conservadora, nos seus primeiros anos, para a formação de um “Estado Novo” de caráter fascista, autodenominação estabelecida a partir de 1933. (MANSUR, 2006, p. 39 – 40. Apud TEODOLINO, 2010, p.26).

<sup>177</sup> DANTAS, San Tiago. Política Externa Independente. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. Edição atualizada. p. 16.

<sup>178</sup> LAFER, Celso. **Relações internacionais, política externa e diplomacia brasileira**. Volume I. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG), 2018, p. 136.

<sup>179</sup> SARAIVA, José Flávio Sombra; GALA, Irene Vida. **O Brasil e a África no Atlântico Sul**: uma visão de paz e cooperação na história da construção da cooperação africano-brasileira no Atlântico Sul. Brasília, 2012, p. 5.

justificaria por si só a importância que este governo empresta à sua política de aproximação com a África.<sup>180</sup>

No mesmo viés, em sua entrevista em 1961, em continuidade a mesma política externa, o ministro San Tiago Dantas, expressa acerca da colonização de Portugal em Angola

[...]o Brasil tem todo o empenho em adotar uma atitude que não represente um antagonismo profundo em relação a Portugal e que não choque a opinião pública portuguesa. Mas não poderemos nos afastar da linha de coerência que assumimos no tocante às questões coloniais e, nesse sentido, o Brasil apoiará, sob todos os seus aspectos, as teses favoráveis à preparação dos povos que vivam em territórios não autônomos para sua emancipação política e para poderem exercer, no momento próprio, o direito de autodeterminação.<sup>181</sup>

As orientações da Política Externa Independente coincidiam com as teses do Movimento dos Países Não Alinhados, como o repúdio ao colonialismo, neocolonialismo e racismo, o apoio aos povos da Ásia e África nas lutas de libertação e a recusa do sistema de blocos e da participação nos conflitos provocados por essa política.<sup>182</sup> Antecedente a libertação nacional de Angola e demais países africanos na década de 1970. Em 1968, acontece a criação da Câmara de Comércio Afro-Brasileira<sup>183</sup>, a África ressurgia no contexto do governo militar como uma opção que atendia a amplos interesses do Brasil, o país buscava reduzir a sua dependência histórica em relação aos Estados Unidos e aumentar o seu poder de barganha internacional.<sup>184</sup>

Com esse propósito, o país encetou relações diplomáticas com países subdesenvolvidos, em especial africano. Essa postura que vinha acontecendo foi de grande importância para haver a consolidação de um relacionamento econômico com Angola, desta vez com os dois países independentes. Na concepção do pesquisador Saraiva, Angola ocupa um papel central na reafirmação da dimensão atlântica da política exterior do Brasil, iniciado pelo esforço

<sup>180</sup> FRANCO, Álvaro da Costa (org.). **Documentos da política externa independente**. Volume 1. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. 2007, p. 55. Foram instaladas as primeiras embaixadas brasileiras em Gana, Nairóbi, Senegal e Nigéria. (RIZZI, 2005, p. 31).

<sup>181</sup> Álvaro da Costa Franco (Org.). **Documentos da política externa independente**. Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. p. 184.

<sup>182</sup> ÁLVARES, Cíntia Vera. Reflexões sobre o surgimento da Política Externa Independente na gestão de Jânio Quadros In: DANESE, Sérgio França. **Ensaio de História Diplomática do Brasil (1930-1986)** Cadernos do IPRI nº2. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG), 1989. p. 61 - 62.

<sup>183</sup> O surgimento de uma entidade com o perfil da Câmara de Comércio Afro-Brasileira, nessa conjuntura, revestiu-se de singular relevância. Fazendo eco às propostas do governo de ampliar as relações com o Continente africano, a nova entidade ganhava as atenções e o importante apoio governamental em muitas das iniciativas por ela protagonizadas.

<sup>184</sup> Santana, Ivo de. Relações econômicas Brasil-África: a Câmara de Comércio Afro-Brasileira e a intermediação de negócios no mercado africano. Estudos Afro-Asiáticos [online]. 2003, v. 25, n.3, pp. 517-555. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-546X2003000300006>

diplomacia, o novo relacionamento com Angola foi consubstanciado nos intercâmbios comerciais.<sup>185</sup>

As novas buscas diplomáticas formalizarão novos negócios e atuação de empresas brasileiras no país. Convém resgatar que antes, muitas empresas brasileiras, não tinha tanto o desejo de atuar na África e nem o estímulo por parte governamental, conforme cita Santana a fala do ex-deputado federal negro Adalberto Camargo<sup>186</sup>: “para muita gente, na África só tinha Tarzan e Chita.”<sup>187</sup> Ao compasso que foram promovidas mudanças na relação com o continente africano, foi aberto um caminho para a entrada da Odebrecht no decênio seguinte em Angola, com a força motriz econômica e o suporte político do governo brasileiro militar, a companhia conquistou o contrato da Hidrelétrica de Capanda. Seria uma nova experiência, em um país ainda em conflito, uma ex-colônia, sem infraestrutura básica e totalmente colapsado. Diante disso, o processo contratual se deu com o intuito de gerar mais energia ao país, trazer esperança na reconstrução de Angola e nos laços entre o Brasil e os países africanos, no entanto, ocorreram diversos reverses.

### **3.2 Processo contratual de Capanda: o apoio do Itamaraty, agências estatais e do governo ditatorial militar brasileiro**

O processo de instalação da Odebrecht em terras angolanas, ocorreu com o suporte das agências estatais brasileiras. O entrelaçamento com o governo ditatorial foi crucial para estabelecer as bases e negociações com o governo angolano e financiamento da obra. A instituição Itamaraty foi um dos canais de apoio e estratégico e geopolítico mais expressivo para aterrissagem da companhia no país africano. Nas falas do diretor da Odebrecht em Angola Luciano do Rego Filho, transcrita pela pesquisadora Rizzi

[...] o Itamaraty nos estimulou [a construtora Norberto Odebrecht S.A] sem rodeios, porque via ali um reforço aos países da linha de frente da África Austral, em sua luta contra o regime do Apartheid. [...] Valorizamos o fato de que o nosso parceiro soviético era um aliado militar de Angola. Por um outro lado, a construção de uma obra do porte de Capanda era uma demonstração ao mundo de que o país não era refém da guerra,

---

<sup>185</sup>SARAIVA, José Flávio S. e PANTOJA, Selma. (org). **Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul**. Rio de Janeiro, 1999. p. 225.

<sup>186</sup> Filiado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao regime militar instaurado no país em abril de 1964, foi o primeiro negro a se eleger deputado federal por São Paulo. Em 1968 fundou sendo eleito presidente da Câmara de Comércio Afro-Brasileira. No ano seguinte, tornou-se diretor da empresa Afro-América Importação e Exportação Ltda. Ver mais em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/camargo-adalberto>

<sup>187</sup> Santana, Ivo de... op. cit. p. 525.

podendo realizar, juntamente com o esforço bélico, infraestruturas básicas para o desenvolvimento.<sup>188</sup>

O papel do Itamaraty como um sustentáculo para geração do contrato obteve suas complexidades nas negociações, pois envolviam três países diferentes: Brasil, Angola e a Rússia. Isso demandou um esforço político e diplomático meticuloso, visando conciliar os interesses de cada governo. O Itamaraty ao longo da ditadura civil-militar foi reorganizado para, dentre outras coisas, impulsionar empresas exportadoras e firmas que atuavam no exterior no sentido de viabilizar suas vendas e processos de internacionalização, proporcionando negócios aos grupos privados mais competitivo mundo afora.<sup>189</sup>

Isso ficou nítido em julho de 1981, quando Roberto Dias, diretor de relações institucionais da Odebrecht, se preparava para as férias em Moscou, quando recebeu um aviso importante de que a Odebrecht integraria o grupo de empresários que acompanharia o ministro Delfim Neto e a programação estava uma reunião.<sup>190</sup> A viagem liderada por Delfim almejava reparar por parte do Brasil as exportações procedentes da Antiga União Soviética. O governo soviético desejava que o governo brasileiro elevasse as importações russas ao mesmo quantitativo que eles tinham com as brasileiras. Já o encontro da Odebrecht seria com a então estatal soviética Technopromexport, uma empresa de engenharia russa experiente em projetos de energia estrangeira, como linhas de transmissão e subestações, hidrelétricas, usinas termelétricas e geotérmicas, entre outros empreendimentos.

A Companhia já era conhecida da empresa brasileira desde os fins dos anos setenta. As duas empresas haviam trabalhado em conjunto no projeto Olmos no Peru, ligado à irrigação, a partir de túneis para levar água sob as montanhas em uma das regiões mais instáveis do país, porém a ideia somente saiu do papel em 2003.<sup>191</sup> O empreendimento não avançou naquela época, em razão da mudança do governo militar de Francisco Morales Bermúdez para o regime militar do general Fernando Belaúnde, amparada e alinhada aos americanos, que embargou a proposta.

---

<sup>188</sup> RIZZI, Kamila Raquel. **Relações Brasil – Angola no pós-guerra fria: os condicionamentos internos e a via multilateral.** Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), UFRGS. 2005. p. 43 *apud* Rego, Filho, 1993, p. 19 -20).

<sup>189</sup> Campos, Pedro. *op. cit.* p. 126-134.

<sup>190</sup> GASPAR, Malu. **A organização: a Odebrecht e o esquema de corrupção que chocou o mundo / Malu Gaspar.** — 1ª ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2020. p. 66.

<sup>191</sup> O Projeto Olmos, no Peru. Um dos maiores desafios da engenharia. Disponível em: <https://www.oec-eng.com/mundooc/pt-br/obras-e-projetos/projeto-olmos-no-peru-um-dos-maiores-desafios-da-engenharia>. Visto em: 06 de out. 2022.

Convém resgatar que a internacionalização da empresa baiana teve como prospecção inicial o continente africano (Gabão) e países árabes (Arábia Saudita e Iraque), em razão das dificuldades encontradas e à experiência até então adquirida, a América Latina foi definida como área prioritária de atuação.<sup>192</sup> Os dois primeiros projetos conquistados foram realizados em 1979 no próprio Peru: a construção da Hidrelétrica de Charcani V e, no Chile, e o desvio do Rio Maule para a Hidrelétrica Colbún Machicura.<sup>193</sup>

Cabe contextualizar que, no decênio de 1980, se instaurou uma crise no setor da construção pesada no Brasil. Tratava-se de um momento de decisões importantes, onde o grande ciclo expansionista do governo militar dava sinais de esgotamento.<sup>194</sup> Ao mesmo tempo, o período foi marcado pela permanência de muitas companhias em desenvolvimento no setor. Eram necessários novos desafios: a retração econômica doméstica marcou a baixa quantidade de contratos assinados pelas construtoras brasileiras em outros países e, mesmo assim, essas empresas permaneceram altamente capitalizadas e apoiadas pelo aparelho de Estado.<sup>195</sup>

Um efeito dessa dinâmica, por parte das grandes empresas de engenharia civil, foi a procura de novos mercados, visando se manterem estáveis em meio ao contexto econômico. Amparada pelo suporte do governo, atrelado ao financiamento da carteira de comércio exterior do Banco do Brasil (Cacex)<sup>196</sup>, as companhias operaram inicialmente em países periféricos da América do Sul, África e Oriente Médio. Eram regiões em que não se tinha uma competitividade de mercado e concorrência expressiva para concessões de contratos. A grande maioria das companhias brasileiras da época que se internacionalizaram detinham um *know how* aceitável para atender às necessidades das nações em que se instalaram.

Diante disso e retomando a questão da reunião, os soviéticos propuseram um novo projeto do outro lado do Atlântico: a construção de uma hidrelétrica em Angola, conhecida como Capanda. Era uma obra de tamanha engenhosidade que a incumbência ficou nas mãos da companhia russa, que na época era carente de uma companhia para exportação de bens de serviços, ou seja, uma mão de obra no setor de engenharia civil de grande porte.

---

<sup>192</sup> FERRAZ FILHO, Galeno Tinoco. **A Transnacionalização da Grande Engenharia Brasileira**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Filosofia e Ciências Humanas, Campinas. 1981. p. 296.

<sup>193</sup> A hidrelétrica Charcani V, tem por cenário, de saída, três dos mais altos vulcões peruanos, o Pichu - Pichu, de 5.500m; Chachani, com 6.200m e o Misti, com 5.800. O mesmo ocorre no projeto Colbun Machicura, para execução do complexo hidrelétrico, de acordo com a empreiteira as rochas na área do projeto fazem parte de uma sequência vulcânica sedimentar de ampla distribuição na região. (Revista o empreiteiro, dezembro de 1982).

<sup>194</sup> SANTANA, Ivo... op. cit. p. 111.

<sup>195</sup> CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. O processo de transnacionalização... op. cit. p. 16.

<sup>196</sup> A agência estatal foi desenvolvida em 1953, e operava na carteira de exportação e importação do Banco do Brasil.

Nesse mesmo período, durante o festival de cinema em Moscou em que Dias esteve presente, ele conversou com alguns angolanos e um deles era Artur Carlos Maurício, o Pepetela<sup>197</sup>, que via a obra como um sonho e, com ela, o governo de José Eduardo dos Santos pretendia iluminar toda a capital de Luanda.<sup>198</sup> Em tese, o projeto seria favorável para a Odebrecht, era uma região abundante em diamantes, petróleo, minérios e uma extensa costa litoral, ou seja, possuía expressiva capacidade hídrica e também agrária. A Odebrecht tinha em mãos um território com grande potencial para exploração, além do Brasil e Angola falarem a mesma língua.

Dias, ao chegar ao Brasil, estava convicto de que o desenvolvimento do empreendimento no país africano seria fundamental para a Odebrecht, embora existissem certas barreiras políticas. Conforme tece o próprio “(...) tínhamos de compatibilizar, num verdadeiro trabalho político e diplomático, os interesses do sócio e do governo soviético e o do país cliente (Angola)”.<sup>199</sup> Seria uma tarefa complexa, primeiro pelo fato do Brasil, em determinada época, vivenciar uma ditadura militar alinhada aos princípios dos Estados Unidos e antagônico ao bloco socialista, em plena Guerra Fria.

Historicamente, Angola, desde o processo de sua libertação nacional, era politicamente regida pelos ideais marxista-leninistas do grupo independentista MPLA.

Mesmo possuindo lados opostos ideologicamente, a nação africana era uma importante região para a política externa de Geisel (1974-1979), cuja característica específica era o processo desenvolvimentista para o país, imbuído em novas relações diplomáticas e oportunidades no cenário internacional, o que consolidou uma ruptura com as políticas dos governos militares antecessores.

O governo militar de Geisel, estritamente, buscava uma ordem econômico-comercial e Angola, detentora de uma excessiva riqueza em petróleo, fazia parte desse eixo econômico-comercial em sua política. Também vale mencionar que agora as incumbências concernentes ao cenário internacional em razão do choque do petróleo eram tão significativas como as questões político-ideológicas.

Em 1974, ao tomar posse como presidente do Brasil, o general Ernesto Geisel, na sua primeira reunião ministerial, fez o uso do termo “pragmatismo responsável” para justificar

---

<sup>197</sup> Artur Carlos Pestana dos Santos, um importante literário, com vários romances, durante a independência angolana, apoiou o MPLA. Foi ganhador do prêmio Camões, que prestigia grandes nomes da língua portuguesa.

<sup>198</sup> GASPARELLO, Malu: A organização... op. cit. p. 67.

<sup>199</sup> A ORGANIZAÇÃO, global. Odebrecht informa, Rio de Janeiro, n.61, Jan – fev 1994, p. 23-30 Apud SANTANA, Ivo. A experiência empresarial brasileira (1970-1990). Salvador: Ponto e vírgula publicações, 2004. p. 114.

acerca da sua política externa, implantada juntamente com seu chanceler Antônio Azeredo da Silveira. Geisel possuía como ênfase a busca pelo desenvolvimento econômico e industrial do país, almejando dessa maneira novas relações e oportunidades na conjuntura global, como, por exemplo, com relação a países da América do Sul, estabelecimento de relações diplomáticas com a China, com países árabes e da África.

Advoga Ventapane que surgiu a necessidade de buscar novos parceiros que viabilizassem o desenvolvimento do país, mesmo diante da crise, que aumentou enormemente a dívida externa brasileira.<sup>200</sup> Desse modo, uma das saídas foi construir vínculos com os membros dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e com os territórios africanos, em especial a África Negra e Oriente Médio, considerados grandes fornecedores de petróleo. A partir da sua política externa, almejava ampliar seus laços com países periféricos, de modo a contornar o mercado do petróleo desenvolvido, no qual o país era altamente dependente da importação do recurso.<sup>201</sup>

Em entrevista ao Centro de Pesquisa Documentação de História (CPDOC), a Geisel foi questionada sobre seus interesses na região africana e o alinhamento com Estados Unidos e alegou “(...) o importante é que em Angola há petróleo! Presentemente estamos explorando no mar, em Angola, por intermédio da Braspetro, associada a Petrobras e o Brasil concordava em não permitir a expansão do comunismo dentro da América Latina, e nessa ação sempre foi coerente<sup>202</sup>.”

É importante ressaltar que os Estados Unidos atuavam em Angola no ramo petrolífero e outros países centrais, mesmo sem estar alinhado ideologicamente com a região africana. A exemplo de empresas como a *Cabinda Gulf Oil Company*, subsidiária da petrolífera americana *Gulf Oil Corporation*, começou a operar em Angola, a partir das concessões concedidas por Portugal, nos anos 50.<sup>203</sup> Na década de 1970, várias foram as empresas que, interessadas nas

---

<sup>200</sup> FREITAS, Jacqueline Ventapane. A imprensa e o reconhecimento da independência Angola. Uma interferência tardia da sociedade no processo decisório da política externa brasileira. In: Simpósio Nacional de História, 26, 2011, São Paulo. Anais... São Paulo: ANPUH, 2011. p. 2.

<sup>201</sup> COUTINHO, Isadora. Após quatro décadas, Petrobras encerra atividades no continente africano. Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, 2020. Disponível > <https://ineep.org.br/apos-quatro-decadas-petrobras-encerra-atividades-no-continente-africano/>. Acesso: 30 de set. 2022.

<sup>202</sup> D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (org). **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1 de jan. 1997. p. 345.

<sup>203</sup> No original: Cabinda Gulf Oil Company Limited (CABGOC) ranks among Angola's top petroleum producers (...) history in Angola dates back to the 1950s when, after receiving the first offshore oil concession, Gulf Oil Company drilled its first well and began exploration HUMAN, Energy CHEVRON. Cabinda Gulf Oil Company Limited 2008 Corporate Responsibility Report. Disponível em: <https://angola.chevron.com/-/media/angola/publications/documents/2008-CABGOC-corporate-responsibility-report-english.PDF>. Acesso em: 14 de dezembro 2022.

riquezas naturais de Angola, solicitaram a Portugal permissão nesta província, mas o maior investidor singular nesse país continuava sendo a americana *Gulf Oil Corporation*, com 75% do interesse americano em Angola.<sup>204</sup>

Outras importantes companhias petrolíferas estabelecidas em Angola, foram a francesa Elf Aquitaine, a partir de 1980, a Texaco, norte-americana, desde 1969, a Total, francesa e a Braspetro, subsidiária brasileira da Petrobras.<sup>205</sup> A petrolífera brasileira será exposta mais abaixo e foi de suma importância para inserção da Odebrecht em Angola.

Subsequentemente, já no governo de João Batista Figueiredo (1979-1985), caracterizado por uma política diplomática similar em certos aspectos ao regime antecessor, sobretudo em um cenário interno e internacional imerso em adversidades políticas e econômicas. O chanceler do governo, o Ramiro Saraiva Guerreiro, designou a diplomacia a partir de um universalismo, aprofundado e presente em todas as áreas do planeta, e enfrentando diversas dificuldades em relação à cooperação com países desenvolvidos, mas intensificando suas relações com a América Latina.<sup>206</sup> Em suma, o universalismo, entendia-se a adaptação da política externa brasileira à irrefreável tendência à mundialização do sistema internacional, sem a exclusão do terceiro mundo na qual o Brasil integrava e o Ocidente desenvolvido.<sup>207</sup>

Orientado por Guerreiro, Figueiredo se tornou o primeiro presidente brasileiro a visitar a África.<sup>208</sup> A política externa para África, foi marcada pela ampliação, a partir de contatos e viagens diplomáticas pelo continente, fundamentada pelo anseio econômico. O presidente visitou a Nigéria, Senegal, Guiné-Bissau, Cabo-Verde e Argélia, complementando as visitas realizadas pelo chanceler Saraiva Guerreiro em 1980, quando este esteve em Moçambique, Angola, Tanzânia e Zimbábue, tendo como efeito político o estreitamento nas relações diplomáticas com a África.<sup>209</sup>

Em 1979, durante o seu governo, o Brasil recebeu a visita oficial do ministro do comércio exterior de Angola, para estabelecer relações privilegiadas, e também do ministro do

---

<sup>204</sup> PINTO, António Jorge Santos. **A Gulf Oil Corporation na guerra colonial: estratégia para a permanência em Angola.** Dissertação de Mestrado em História Contemporânea. Universidade de Coimbra. 2014. p. 51.

<sup>205</sup> José Maria Nunes, pg 131.

<sup>206</sup> VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A Política Externa do Regime Militar Brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985).** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998. p. 271.

<sup>207</sup> GONÇALVES, Williams da Silva; MIYAMOTO, Shiguenoli. Os militares na política externa brasileira. In: Estudos Históricos. Vol. 6, no 12. Rio de Janeiro: FGV, 1993. p.237.

<sup>208</sup> DUCHIADE, André. Documentos do chanceler de Figueiredo mostram independência frente aos EUA em meio a crises. **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 de jul. 2019. Mundo. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/mundo/documentos-do-chanceler-de-figueiredo-mostram-independencia-frente-aos-eua-em-meio-a-crizes-23788466> Acesso em 20 de out. 2020.

<sup>209</sup> GONÇALVES; MIYAMOTO...op. cit. p.241.

Petróleo de Angola, que veio ao país firmando acordos entre a petrolífera angolana Sonangol e a Petrobras.<sup>210</sup> Sobre as duas empresas, a Sonangol, é uma estatal angolana, intitulada como uma sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, criada na década de 50. A companhia controla e possui a gestão da exploração do petróleo e gás natural em Angola e a Petrobras, criada no período Vargas, atualmente é uma petrolífera de capital aberto, onde o acionista majoritário é o Brasil, operando em áreas diversificadas além do petróleo.

O acordo entre elas oficializou a exportação angolana de petróleo ao Brasil, e a prospecção de jazidas angolanas, pela subsidiária brasileira Braspetro, em consórcio também com a Chevron -Texaco e a TotalFinalElf, a companhia brasileira detinha 17,5% de participação inicial.<sup>211</sup> Esse processo de negociação encetou e estreitou os laços comerciais entre Brasil e Angola, porém essa relação não tem somente a lógica de estimular uma cooperação econômica, argumenta Cunha que, além disso

Ela pode engendrar uma forma metamorfoseada de dominação, principalmente, quando envolve países em desenvolvimento (PED) economicamente mais fortes, que utilizam a cooperação como uma forma de estabelecer zonas de influência nos países economicamente mais fracos. No caso específico, não se pode esquecer que o que poderia aparentar cooperação para Angola, para o Brasil era mais um espaço para reprodução da sua acumulação de capital.<sup>212</sup>

Em geral, entre o governo Geisel e de Figueiredo se fomentou a concretização de um novo ciclo no intercâmbio entre os dois países, o que findou a entrada de Angola no eixo capitalista do Brasil. Um dado nítido é que em 1975 – 1988 Angola desfrutou de uma cooperação privilegiada com o Brasil, sendo que, ao final desse período, já se constituía como o segundo maior parceiro comercial brasileiro na África, atrás apenas do Egito.<sup>213</sup> Além dos acordos que estavam surgindo, as exportações aumentaram, foi um novo contexto para internacionalização de empresas prestadoras de serviços, e nesse caminho se tornou a porta de entrada para a inserção da Odebrecht em Angola. A presença da empresa foi impactante nas exportações, logo nos seus primeiros anos. Antes de 1984 registraram aproximadamente 46.558

---

<sup>210</sup> VIZENTINI, Paulo G. F. **A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e a construção de uma potência média (1964/1985)**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998. p. 330.

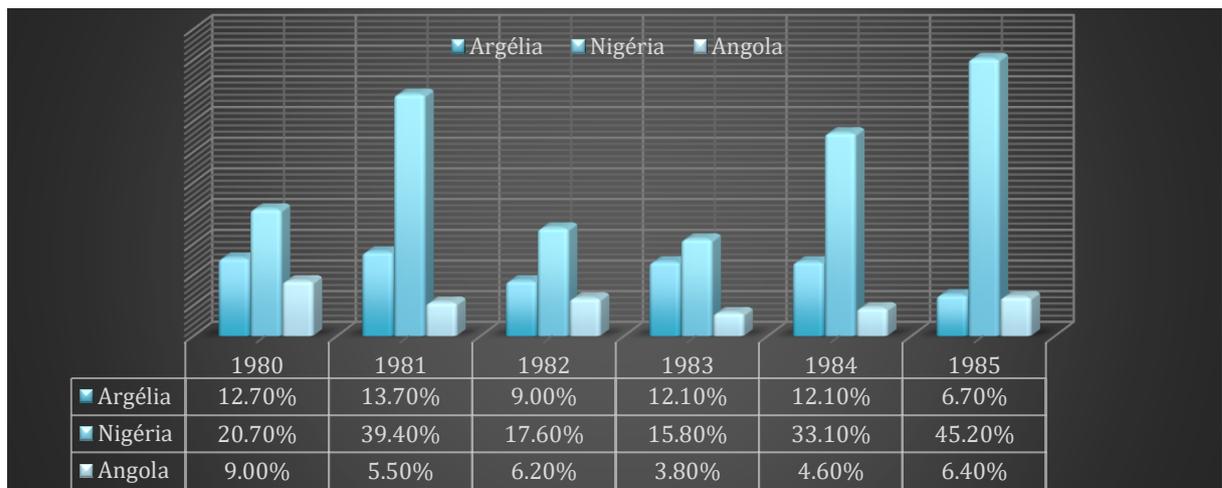
<sup>211</sup> RIZZI, Kamilla Raquel. **Relações Brasil - Angola no Pós-guerra Fria: os condicionantes internos e a via multilateral**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005. p. 42.

<sup>212</sup> CUNHA, Sílvio Humberto dos Passos. **AS RELAÇÕES ECONÔMICAS BRASIL – ANGOLA (1975-1988)**. **Caderno CRH**, Salvador, n. 36, p. 137-164, jan./jun. 2002. p. 153.

<sup>213</sup> CUNHA, Sílvio... op. cit. p. 152.

milhões de dólares, subiu, em dois anos de empresa, para 206.204 milhões de dólares.<sup>214</sup> Segue abaixo uma tabela acerca das exportações do Brasil para África no início dos anos 80, em que Angola estava entre os maiores países no ciclo comercial do Brasil. Esse comércio concentrou-se em poucos países africanos, como exemplo, os anos de 1984 e 1985, tem-se que somente três países (Nigéria, Angola e Argélia) foram responsáveis por 49,8%, em 1984, e 58,1%, em 1985, das exportações totais para a África.<sup>215</sup>

Figura 3 - Exportações brasileira para Argélia, Nigéria e Angola nos anos 80 (em%)



Fonte: Banco do Brasil/Ivo Santana.

Todos os processos políticos e diplomáticos supracitados foram cruciais para inserção da companhia em Angola e para consolidar o contrato da hidrelétrica. Acerca do financiamento, a parte substancial para gerir o projeto, teve seu revés. No acordo com os angolanos, os russos não se dispunham a bancar as obras, que consumiram metade do orçamento.<sup>216</sup> Ou seja, a responsabilidade de construir e subsidiar a obra ficaria para a Odebrecht. A partir do suporte do governo militar, uma das estratégias idealizadas pela Odebrecht veio de Marc Altit<sup>217</sup>, que era diretor de desenvolvimento de negócios na área internacional da Odebrecht na época, em conjunto com outros membros da organização, operacionalizou o contrato a partir do método *countertrade*.

<sup>214</sup> SANTANA, Ivo. **A experiência empresarial brasileira (1970-1990)**. Salvador: Ponto e vírgula publicações, 2004. p. 123.

<sup>215</sup> IVO, Santana. **O despertar empresarial brasileiro para o mercado africano nas décadas de 1970 a 1990**. p. 165.

<sup>216</sup> Gaspar, Malu: A organização... op. cit. p. 67.

<sup>217</sup> Foi liderança na negociação para a assinatura do contrato no Peru e chegou a ser responsável pelo Desenvolvimento de Negócios Internacionais na Companhia Brasileira de Projetos e Obras, a (CBPO).

O instrumento tinha como objetivo a garantia de que o serviço prestado seria compensado por meio da transferência do petróleo angolano para a petrolífera brasileira Petrobras, isto é, um dos recursos econômicos mais importantes de Angola seria concedido ao Brasil. Luís Almeida, vice-presidente da *holding* em 1980, elucida: “(...) a ideia foi apresentada ao governo brasileiro, que embora resistisse à novidade, via com bons olhos a perspectiva de contar com uma fonte fiável de petróleo numa fase em que os preços internacionais estavam elevados”.<sup>218</sup>

O Brasil acabou dando relevância ao *countertrader* e em decorrência disso desenvolveu uma repartição vinculada à carteira de comércio exterior do Banco do Brasil (CACEX) para o processar o mecanismo. Essa central de coordenação se chamaria Departamento de Estudos do Mercado (DEPEM) e executaria as transações e identificaria novos parceiros potenciais para operações.<sup>219</sup> O *countertrader* funcionou como um importante serviço para favorecer transações comerciais por meio de transferências entre o Brasil e outros países periféricos, inclusive na região africana. A ideia era escapar das medidas protecionistas econômicas dos países centrais como, por exemplo, as quotas de importação e embaraços alfandegários, tendo como finalidade amenizar a dívida internacional e os elevados preços. Em linhas gerais

(...) a grande motivação político-econômica para a realização de *countertrade* é exatamente a capacidade ociosa que existe no país em desenvolvimento. E duas causalidades básicas justificam a operação 1) para o *countertrade* se justificar é necessário que existam dois parceiros com escassez de divisas para pagar em moeda não forte. 2) Existir bens e serviços excedentes e encontrar demanda potencial no outro(...)<sup>220</sup>

A citação acima exposta mostra como o mecanismo de trocas era um processo viável para países em desenvolvimento como, por exemplo, o Brasil. Além de ser rentável para a Odebrecht alcançar a realização do seu projeto e o financiamento com o suporte do governo militar vigente de Figueiredo durante o início dos anos oitenta. De acordo com Santana, o sistema foi o principal responsável pelo deslocamento das compras brasileiras em outros

---

<sup>218</sup> VIANA, N.; CAPAI, E. Em Angola, a Odebrecht no espelho: Como a empreiteira brasileira tornou-se sustentáculo do regime autoritário de José Eduardo dos Santos. Web Jornal Agência Pública, 2016. Disponível > <https://apublica.org/2016/02/em-angola-a-odebrecht-no-espelho/>>. Acesso em: 16 de jul. 2018. O relato do executivo foi reproduzido pelo periódico publicado em 2009 pela Construtora Odebrecht em razão da comemoração dos 25 anos da obra de Capanda, no documento chamado “O Futuro em Construção”.

<sup>219</sup> SANTANA, Ivo. A experiência... op. cit. 73.

<sup>220</sup> FONSECA, Roberto Giannetti *Apud* SANTANA, Ivo. op. cit. p. 71.

continentes e, especialmente, em África, que se tornou o maior parceiro comercial, resultando na Câmara de Comércio Brasil-Nigéria, em 1983.<sup>221</sup>

“Em 1982, um ano depois da visita de Delfim a Moscou, uma comissão de representantes do governo angolano veio ao Brasil para assinar o acordo que permitiu a construção de Capanda.<sup>222</sup> Em 1983, ocorreu a ida de Luiz Almeida ao México, e em encontro com o então ministro Delfim Neto, que estava no país em viagem oficial, foi decidido que em sua volta ao país o ministro iria liberar o financiamento. O negócio foi formalmente concluído em novembro de 1984 entre o governo Angola e o consórcio formado pela Odebrecht e Technopromexport para a construção de Capanda na província de Malange.<sup>223</sup> Arelado ao acordo, estaria a região de Cabinda, que seria licenciada para exploração petrolífera por intermédio da Petrobras.

Em geral, o processo evolutivo para operação do projeto se demonstrou longo, tendo ocorrido em um prazo em que se houve um trabalho diplomático e político entre diferentes governos. Dias elucida que “(...)foram aproximadamente quatro anos de negociações entre o governo brasileiro, angolano e soviético, o ano era 1984 e o projeto era fundamental para a recuperação da economia daquele país.”<sup>224</sup> A Odebrecht atuou significativamente em alcançar o projeto é um fato importante a ser exposto é que Angola sugeriu ao governo que, em vez de expandir a hidrelétrica de Cambambe, já em atividade no país, era melhor fazer uma nova e com uma capacidade energética maior.

As companhias estrangeiras que operam em Angola não estavam focadas em atuar em um novo empreendimento, mas sim no avanço de Cambambe. A Odebrecht tinha experiência em barragens de hidrelétricas, diferenciando-se de outras empresas. A empresa baiana em sua *expertise* fez com que governo angolano mudasse seu pensamento, indicando que seria mais frutífero ao país uma nova e maior hidrelétrica. Conforme cita a Agência Pública, o relato de Luís Almeida “Trabalhamos para mostrar ao governo angolano que o investimento prioritário deveria ser em Capanda (...) fui convidado ao gabinete do ministro do Plano, Lopo do

---

<sup>221</sup> SANTANA, Ivo de. O despertar empresarial brasileiro para o mercado africano nas décadas de 70 a 90. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, vol. 25, nº 1, p. 139-195, 2003. p.169.

<sup>222</sup> Gaspar, Malu: A organização... op. cit. p. 68.

<sup>223</sup> CORRÊA, André Rodrigues; CASTRO, Douglas. Transnacionalismo e Paradiplomacia nas relações econômicas Brasil Angola: o caso da construção de Capanda pela Construtora Odebrecht. In: AUSTRAL: **Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**. Rio Grande do Sul, v.5, n.9, jan./jun. 2016. p.281. Em anexo segue a foto do comunicado da companhia na revista O EMPRETEIRO.

<sup>224</sup> GARRIDO, Juan. Revista Engenharia Brasil: Especial Engenharia no exterior. 2007, p. 76. Disponível em: [http://geocompany.com.br/public/img/materias/14\\_-\\_materiaacapa.pdf](http://geocompany.com.br/public/img/materias/14_-_materiaacapa.pdf). Visto em: 06 de Jul. 2022.

Nascimento<sup>225</sup>, que me deu pessoalmente a notícia de que Capanda foi colocada como prioridade.”<sup>226</sup>

Em detalhes: o acordo presumia, por parte do Brasil, um subsídio inicial de 400 milhões de dólares em troca de petróleo e o governo daria à Odebrecht um primeiro empréstimo, de 60 milhões de dólares, para a empresa se instalar em Angola - cada fase da obra concluída representaria a exportação do petróleo para o Brasil.<sup>227</sup> Seria inicialmente repassado ao país aproximadamente 10 mil barris por dia.

Com o recurso em solo brasileiro, o Banco do Brasil receberia da petrolífera brasileira uma quantia que seria transferida para a empresa baiana. Conforme menciona a pesquisadora Kamila Rizzi, merece destaque, também, a própria instalação de um voô quinzenal da empresa brasileira VARIG, entre Rio de Janeiro – Luanda, o qual foi um marco na aproximação entre os dois países.<sup>228</sup>

Na transação dos 400 milhões de dólares ao longo da construção, o governo angolano repassaria um valor em torno de 617 milhões de dólares em petróleo em valores da época, ao longo de cinco anos acrescentado de juros da operação.<sup>229</sup> Em sua pesquisa de doutorado, Joveta José expõe que a linha de crédito brasileira para a construção de Capanda obteve recursos superiores a US\$ 1,5 bilhão.<sup>230</sup> O valor inicial projetado para o empreendimento foi em torno de 600 milhões de dólares, que configurava tamanha obra e seu financiamento como um dos maiores contratos internacionais realizados à época pelo Brasil. Segundo o economista Ernani Teixeira Torres Filho

Os executivos da Odebrecht “fizeram uma estratégia de internacionalização baseada no financiamento e baseada na garantia do CCR”. O CCR, Convênio de Crédito Recíproco, permitia que os bancos centrais da América Latina garantissem as exportações de empresas nacionais para o continente. O Banco do Brasil aceitava essa garantia e dava o empréstimo. “Isso junta com uma estratégia de governo.”<sup>231</sup>

<sup>225</sup> Membro do MPLA e ex-político de Angola. Foi primeiro primeiro-ministro do país entre 1975 – 1978, atuou como ministro em outras pastas do governo até os anos 90.

<sup>226</sup> VIANA, Natalia, CAPAI, Eliza. op. cit. online.

<sup>227</sup> Gaspar, Malu: A organização... op. cit. p. 68.

<sup>228</sup> Kamila Rizzi, p. 43.

<sup>229</sup> Gaspar, Malu: A organização... op. cit. p. 68.

<sup>230</sup> JOSE, Joveta. **A Política Externa de Angola: novos regionalismos e Relações bilaterais com o Brasil**. Tese (Dourado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011. p. 270.

<sup>231</sup> VIANA, N. A equação brasileira A Odebrecht só virou a queridinha do presidente angolano com a ajuda do Estado brasileiro. Web Jornal Agência Pública, 2016. Disponível > <https://apublica.org/2016/02/a-equacao-brasileira/> Acesso em: 11/08/2019.

Em 1988, o Banco do Brasil mantinha três linhas de crédito com Angola: uma de curto prazo, até 180 dias, para financiamento de bens de consumo, que variava de US\$ 50 milhões a US\$ 90 milhões; a de médio prazo, até cinco anos, servia a bens de capital como equipamentos e máquinas e variava de US\$ 60 milhões a US\$ 120 milhões.<sup>232</sup> Entre elas, o investimento da hidrelétrica Capanda. Abaixo segue um gráfico dos investimentos do banco do Brasil em Angola. Há uma escassez sobre a utilização dessas linhas, prazos e pagamentos. Diversos dados jamais foram divulgados pelo Banco do Brasil.

A partir da solicitação para obtenção sobre os valores por parte do jornal A Publica, a instituição argumentou que certos financiamentos devem se manter em sigilos bancários, o banco se limita a publicar uma tabela em que constam apenas os países que receberam financiamentos a partir de 1997 através do Proex – Programa de Financiamento às Exportações.<sup>233</sup>

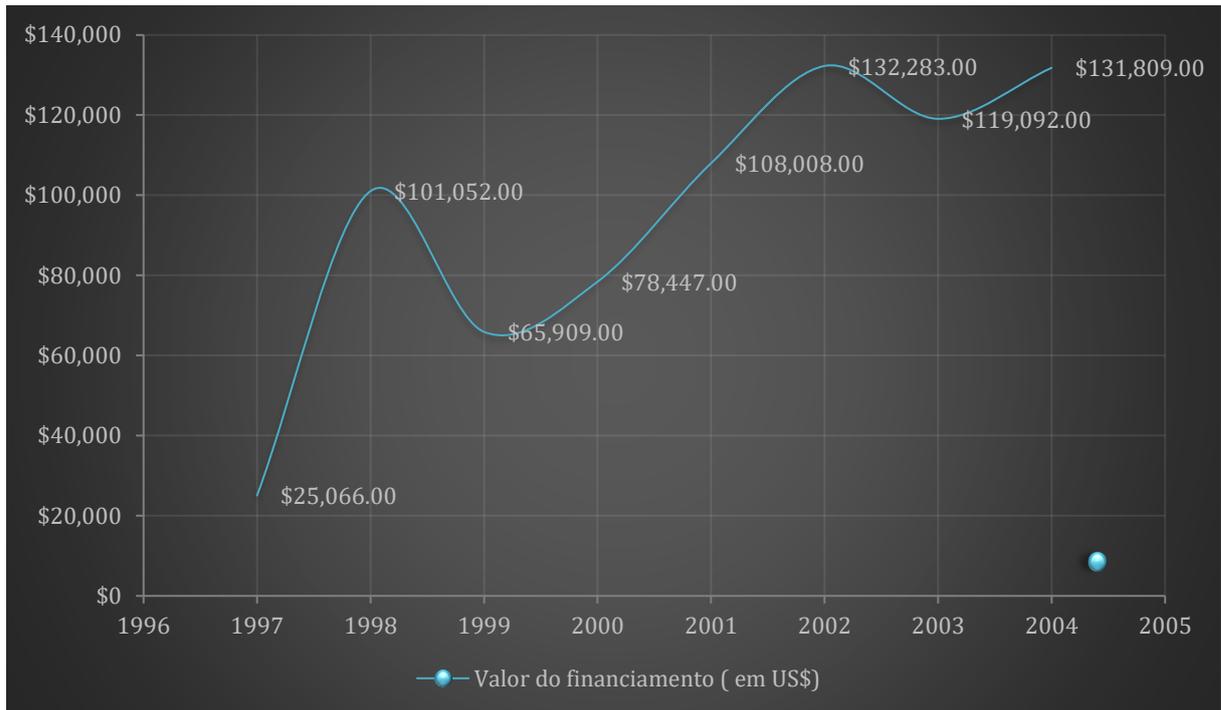
Exposto isso, ao observar o gráfico, é perceptível analisar o aumento dos financiamentos em menos de 10 anos. Entre 1997 e 2004 foram mais de 100 mil dólares repassados por meio do banco brasileiro para a região africana. Com a transição da ditadura civil-militar para um governo democrático, já no governo Sarney, no fim dos anos de 1980 para 1990, é promovido um esforço em assegurar a presença do Brasil no continente africano, garantindo intercâmbio comercial e o desenvolvimento entre Brasil- África, a partir do projeto de cooperação e diplomático ZOPACAS.

---

<sup>232</sup> RIBEIRO, Cláudio Oliveira. Crise e castigo: as relações Brasil-África no governo Sarney. *Rev. Bras. Polít. Int.* 51 (2): 39-59 2008. p. 42.

<sup>233</sup> VIANA, N. A equação brasileira A Odebrecht só virou a queridinha do presidente angolano com a ajuda do Estado brasileiro. *Web Jornal Agência Pública*, 2016. Disponível > <https://apublica.org/2016/02/a-equacao-brasileira/>> Acesso em: 11/08/2019.

Figura 4- Financiamentos do Proex Banco do Brasil para Angola (1997 - 2004)



Fonte: Elaboração própria/ jornal A Publica.

No que tange à hidrelétrica, ela foi idealizada para ser uma das maiores geradoras de energia da África. Produzindo cerca de 520 MW de potência (4 x 130 MW), a barragem contém 110 m de altura e 1.470 m de comprimento, formando um lago de 170 km<sup>2</sup> e uma estrada de 60 km de extensão.<sup>234</sup> Foi construída praticamente uma cidade operacional ao redor de Capanda, uma área para pouso de helicóptero, habitações, linha de transmissão e diversas outras infraestruturas que foram a base para o desenvolvimento do complexo hidrelétrico. Para além do financiamento, a empresa russa Technopromexport ficaria com o comprometimento das instalações de certos equipamentos como sistemas e dispositivos de eletrotécnica e mecânica.

A Odebrecht seria responsável pelo gerenciamento da engenharia civil, seja de construções básicos como adicionais em Capanda. Já o contrato foi firmado no dia 21 de novembro 1984, sendo realizada uma cerimônia no salão nobre do Banco Nacional de Angola, em Angola.<sup>235</sup> Abaixo seguem imagens dos representantes de cada país, entre eles: o Ministro de Energia e Petróleo de Angola Pedro de Castro Van Du-nen (Loy), o seu Vice-Ministro da Energia, Carlos dos Santos, o Ministro brasileiro da Indústria e do Comércio, Murilo Badaró.

<sup>234</sup> OEC. Engenharia & Construção(online). Disponível em: <https://www.oec-eng.com/api/pt-br/node/157>. Acesso em: 14 de out. 2022.

<sup>235</sup> ODEBRECHT, Informa, Ano X, Nº 35 - Janeiro 1985. p.4.

A empresa para conseguir o contrato obteve o apoio do governo Figueiredo e, ao mesmo tempo, as ações dos Ministros Saraiva Guerreiro, César Cais, Delfim Neto e Ernane Galvêas. Além do Departamento de Relações Comerciais do Ministério das Relações Exteriores, a Petrobrás, a Cacex - Carteira de Comércio Exterior, o Banco do Brasil, a Embaixada do Brasil e outros agentes e instituições públicas essenciais para a que Capanda fosse viabilizada.

Figura 5 — Assinatura do contrato da Hidrelétrica de Capanda.



Fonte: Revista Odebrecht informe - 1985.

No mês subsequente à concretização do contrato ocorreram mudanças no acordo entre elas na parte de assistência técnica e consultoria. Foi acrescentada uma nova empresa prestadora de serviços tendo vínculo com uma companhia brasileira. A Odebrecht necessitava de uma companhia para realizar contratações e operações auxiliares como articulação e desenvolvimento do projeto, análises acerca do rio Kwanza, pesquisa do andamento da construção, direcionamento das atividades em andamento em Capanda e Cambambe, entre outras competências. Crê-se que havia uma escassez de empresas com esse porte em Angola, obviamente em razão do país ter acabado de virar independente e não existiam instituições tão estruturadas atuando no novo governo. Em entrevista ao economista Ivo de Santana, Luís Almeida menciona

(...) nós nos aproximamos do governo angolano e dissemos o seguinte: - olha, nós precisávamos ver como a gente pode ajudar vocês a criar a base institucional do lado

angolano, para vocês terem um contratante. No ministério tem que haver um órgão apto a exercer o papel de contratante (...) viemos ao Brasil, procuramos o ministro das Minas e Energia, que era Cezar Cals na época, explicamos a situação e pedimos a designação de alguém da Eletrobrás para negociar com os angolanos um contrato de prestação de serviços.<sup>236</sup>

Com isso, o ex-vice-presidente da Odebrecht na época negociou com o ministro a criação de uma autarquia estatal para ser responsável pela hidrelétrica.<sup>237</sup> Ele foi até Angola e consolidou um acordo no qual a companhia do Brasil, Furnas – Centrais Elétricas, iria fornecer seus serviços e contratações de funcionários. Também iria auxiliar tecnicamente na implementação da nova entidade, o GAMEK – Gabinete de Aproveitamento do Médio Kwanza.<sup>238</sup>

No Acordo, firmaram que o consórcio desenvolveria para a proprietária, a empresa prestadora de serviços e fundada em 1982, um arranjo de medidas e imposições sobre, ao mesmo tempo, em que a empresa brasileira e a estatal russa impuseram suas exigências. Deste modo, foram assinados, em 1984, dois contratos entre FURNAS e o GAMEK, o Contrato de Consultoria e Assessoria Técnica e Contrato de Cedência de Pessoal.<sup>239</sup> O segundo engloba as operações de gerenciamento do empreendimento e responsabilidade do GAMEK, a serem executadas por pessoal de FURNAS.<sup>240</sup>

### 3.3 As primeiras ações em solo angolano

Após consolidação contratual, o processo seria integralmente focado na operação do empreendimento e no seguimento dos compromissos projetados pelo consórcio entre a empresa russa e a brasileira. A Odebrecht iniciou o planejamento para a obra definitivamente em 1985. Existiam certas inevitabilidades que deveriam ser resolvidas como prioridades. As principais preocupações seriam a segurança e a acessibilidade até o território angolano em que seria realizada a construção, sobre especificamente o rio Kwanza, interligado às regiões de Kwanza do Sul e Malange.

Ao mesmo tempo, existiam complicações em relação à acomodação e instalação do quantitativo de brasileiros que chegavam em Angola das mais diversas profissões. Tudo isso,

<sup>236</sup> SANTANA, Ivo. A experiência... op. cit. 73.

<sup>237</sup> VIANA, Natalia, CAPAI, Eliza. op. cit. online.

<sup>238</sup> VIANA, Natalia, CAPAI, Eliza. op. cit. online.

<sup>239</sup> FURNAS, Revista Linha Direta. Começa o enchimento, enchimento do reservatório de Capanda. Disponível em: [https://www.furnas.com.br/arqtrab/ddppg/revistaonline/linhadireta/ld291\\_capand.pdf](https://www.furnas.com.br/arqtrab/ddppg/revistaonline/linhadireta/ld291_capand.pdf) Visto em: 10 de nov. 2022. p.14.

<sup>240</sup> FURNAS, Revista... op. cit. p.14.

devido à ausência de infraestrutura local para hospedagem e outros serviços para atender às necessidades do grupo. Além da mudança e do impacto social e econômico de um país para o outro. Compreende-se que a construção de Capanda, é resultado da superação de desafios enfrentados pelas equipes da Odebrecht desde a chegada dos pioneiros, em dezembro de 1984.<sup>241</sup>

Em 1985 ocorreu o desembarque dos primeiros integrantes da equipe de trabalho em Luanda no único voo semanal (via Lisboa) que ligava o Brasil à Angola. Contudo, anos depois, seriam criados dois voos semanais diretos do Brasil.<sup>242</sup> A Odebrecht chegou em Angola firmando acordos com o governo angolano acerca da proteção dos expatriados, das instalações e até mesmo dos equipamentos, em razão dos confrontos entre os grupos MPLA e da UNITA, que eram constantes após a libertação nacional. Sobre esse aspecto, a empresa vinha se preparando estrategicamente em relação à região e à guerra.

Dias profere “Nós já sabíamos dos riscos inerentes ao projeto, mas tínhamos consciência também que esse risco se reduzia bastante porque a região das obras ficava próxima à capital Luanda, a uns 300 quilômetros no rumo noroeste. O risco era muito maior no interior de Angola(...)”<sup>243</sup> Caso acontecesse algum incidente, os custos seriam muito altos e inibiriam a expatriação dos trabalhadores brasileiros e, para isso, foi programada a construção de uma base entre Luanda e Capanda para eventual invasão do local da obra.<sup>244</sup> Os primeiros integrantes se estabeleceram em Malange, capital da província do mesmo nome, a 120 km da futura hidrelétrica.<sup>245</sup> Era um território de difícil acesso e para chegar até lá, inicialmente, somente era possível de forma aérea. Abaixo é imagem do território antes da construção de Capanda e a maquete realizada pela Odebrecht.

---

<sup>241</sup> ODEBRECHT informa, ano XXX, Nº106 - outubro/novembro/dezembro de 2002. Disponível em: file:///C:/Users/mjona/Downloads/106%20(1).pdf. Acesso em: 14 de out 2022. p. 46.

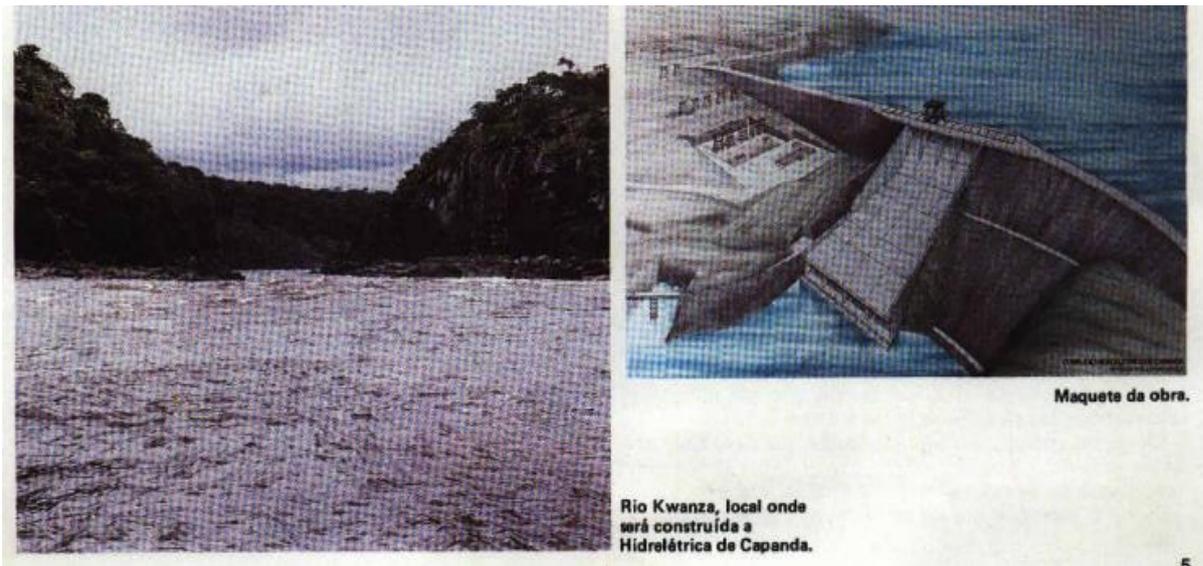
<sup>242</sup> SANTANA, Ivo. A experiência... op. cit. 119.

<sup>243</sup> BRASIL, engenharia: Engenharia brasileira fica sua bandeira no exterior, 2007. p.76. Disponível em: [http://geocompany.com.br/public/img/materias/14\\_-\\_materiacapa.pdf](http://geocompany.com.br/public/img/materias/14_-_materiacapa.pdf). Acessado em: 19/10/2022.

<sup>244</sup> FRANCISCO, João Manuel Saveia. Gestão e Cultura: Encontros e desencontros em negócios internacionais. Dissertação de mestrado. UFMG, Belo Horizonte, 2002. p. 95.

<sup>245</sup> ODEBRECHT informa, Ano XXX...op. cit. p. 47.

Figura 6 - Imagens do local da construção de Capanda.



Fonte: Revista Odebrecht Informa -1984.

Em abril de 1985 foram realizadas as primeiras obras no local em que foram construídos almoxarifados, escritórios e oficinas de manutenção, os quais funcionaram em caráter definitivo, como área operacional de Luanda.<sup>246</sup> A empresa reformou inicialmente o Hotel Safari, que fica localizado em Luanda e tinha como objetivo atender os executivos, já os trabalhadores ficariam em alojamentos na mesma região. A companhia planejava construir serviços básicos para suprir as necessidades dos integrantes e seus familiares que vinham para integrar a equipe e para sustentar o começo do empreendimento. O projeto fomentou uma área habitacional, supermercados, posto de saúde, escolas etc., além de uma base funcional para atividades da Odebrecht e da repartição do GAMEK.

Os equipamentos, os materiais e a maioria dos bens de consumo são importados do Brasil, em Angola, por sua vez eram adquiridos alguns bens de consumos e, principalmente, combustível e cimento.<sup>247</sup> O transporte dos materiais e equipamentos que seriam utilizados na construção ficou nas mãos da Multitrade, *trading company*, encarregada também dos aspectos legais e incentivos fiscais que envolviam a exportação de bens de serviços.<sup>248</sup> Além das empresas Odebrecht Serviços no Exterior Ltda. E a Odebrecht Overseas Ltda, operaram um volume substancial de transações financeiras, correspondente à magnitude do contrato.<sup>249</sup>

<sup>246</sup> ODEBRECHT, Informa, Ano XI, Nº 36, julho de 1985. p. 26.

<sup>247</sup> FRANCISCO, João...op. cit. p.100.

<sup>248</sup> SANTANA, Ivo. A experiência... op. cit. 119.

<sup>249</sup> ODEBRECHT, Informa, Ano XII, Nº 39, 1987. p. 17.

No que tange aos suprimentos e logística de um país para outro, há inúmeros procedimentos a serem realizados, várias tomadas de decisões, complexas transferências de produtos, diversas operações, prazos etc. Para isso, a companhia desenvolveu uma estrutura para prestar os serviços de apoio à obra de Capanda e suas primeiras operações, situada no Rio de Janeiro perto do aeroporto Galeão, chamada Base Brasil.

Ela se localizava adjacente ao terminal do porto, um local estratégico para suas atividades de exportações, equipamentos, operações de compra, mobilização de equipamentos e materiais, recrutamento de profissionais etc.<sup>250</sup> A instalação de apoio também criou um sistema de informatização próprio, indicado para controlar a execução das operações do Projeto de Capanda, intitulada como *Materials Management System (MMS)*, fundamental para o suporte administrativo e de comunicação entre os países.<sup>251</sup>

A base promovia uma praticidade no contato entre os dois países, principalmente envolvendo operações em outro continente, em que haveria múltiplas adversidades. No fim de 1986, a logística operacional da Odebrecht para Angola conseguiu estruturar um sistema que atendia às demandas de um país para o outro. Conforme os números, foram comprados 30.000 itens comprados de 1800 fornecedores (Brasil e exterior), representando 201 embarques (152 aéreos e 49 marítimos), totalizando US\$ 40 milhões em exportações.<sup>252</sup> Para todo o processo ocorrer, a empresa interligou a construção da hidrelétrica em Angola aos portos de São Paulo e Rio de Janeiro e os seus respectivos escritórios. Criou-se uma ampla estratégia e administração para sustentar todo o processo operacional em Angola.

A empresa precisava além de equipamentos, havendo necessidade até de suprimentos e alimentos. Salienta Roberto Dias “por ocasião da construção da Hidrelétrica de Capanda, em Angola, no continente africano, seguiam do Brasil praticamente 22 000 itens de supermercado, de alimentos e artigos de higiene a palito de dentes e papel higiênico”<sup>253</sup>. Todos esses produtos seriam exclusivamente integrantes da Odebrecht, com o propósito de não sofrerem com insuficiência de certas mercadorias em Angola e não causar problemas inflacionários no país.

Nos primeiros anos em solo africano, executaram certas instalações, pois havia necessidade de sistemas de transmissão de telecomunicação, esgoto, água e de energia elétrica. Ao mesmo tempo, era indispensável o desenvolvimento de estradas para a fluidez da locomoção

---

<sup>250</sup> ODEBRECHT, Informa, Ano XII... op. cit. p.17.

<sup>251</sup> Ibidem.

<sup>252</sup> Ibidem.

<sup>253</sup> BRASIL, engenharia... op. cit. p.68.

tanto de materiais, logística, suprimentos como também o fluxo dos integrantes da obra. Ante o exposto, profere Luís Almeida em entrevista ao economista Ivo de Santana

O sistema de telefonia era precário, e para conseguir vaga nos hotéis você tinha que se inscrever com um período enorme de antecipação (...) em Luanda não tinha táxi(...) para sair, eu combinava com um rapaz de uma construtora portuguesa(...) na medida da disponibilidade dele, me deixava no ministério e eu ficava lá quatro horas dentro do ministério. Uma hora para falar com o Ministro e mais três horas esperando o motorista voltar(...) <sup>254</sup>

É considerável mencionar que, ao longo das obras iniciais da hidrelétrica, houve diversos problemas, tendo sido necessário fazer instalações de acomodações ao redor da obra, em virtude dos limites de vagas nos hotéis para os operários. Também não se tinha sistema de telefonia e havia problemas em relação à locomoção, devido à ausência de transporte, entre outros. A construção da hidrelétrica de Capanda revisitou em pleno território imerso num conflito civil que só teve paz em 2002. A Odebrecht em Angola vivenciou grandes desafios. Percebeu a carência do mercado de construção angolano, viu que o país passava por um período de reconstrução e enxergou nisso uma oportunidade, percebendo que poderia se expandir naquele país. <sup>255</sup>

A sua ampliação no país não se daria somente pelo fato de a cultura entre os dois se assemelhar e nem pela *know kow* da Odebrecht em Angola, mas principalmente pela relação que se consolidou em tão pouco tempo, especificamente com o governo angolano. Para Manuel Saveia, esse relacionamento não parece explícito no discurso dos dirigentes da companhia, mas sim, nas ações tanto em Angola como no Brasil, considerando os favores prestados pela organização aos membros do MPLA. <sup>256</sup>

### **3.4 As fases da construção de Capanda**

Para o pensador angolano Manuel Saveia, para compreendermos as fases da construção de Capanda, em suma, existem três períodos. Entre elas, a primeira fase de fevereiro de 1987 a novembro de 1992, a segunda a partir de maio de 1997 a janeiro de 1999 e a terceira de janeiro de 2000 até o enchimento da primeira barragem. <sup>257</sup> No começo das construções em Capanda, foram feitas pesquisas em torno do território, como topografia e estudos sobre o solo e as rochas.

<sup>254</sup> SANTANA, Ivo. A experiência... op. cit. 119.

<sup>255</sup> FRANCISCO, João Manuel Saveia...op. cit. p. 91.

<sup>256</sup> Ibidem, p. 92.

<sup>257</sup> Ibidem, p. 95.

Além disso, para melhorar o fluxo até a região onde seria construído Capanda, a Odebrecht encetou a construção de uma estrada, que perdurou durante um ano e meio, que tornou viável o começo da construção da obra da hidrelétrica de Capanda.

Ainda no final dos anos de 1980, começaram as construções das barragens. A construção se deu em um ritmo acelerado, já estando avançado quando, em finais de 1992, foram interrompidas e o canteiro de obra evacuado em função dos ataques da UNITA, devido à rejeição às eleições e retomando, assim, a guerra no país.<sup>258</sup> As operações foram realizadas em Luanda, em razão das do confronto armado entre os grupos independentista MPLA e UNITA.

Recorda-se que a construção da hidrelétrica teria uma duração inicial de cinco anos, no entanto, foi afetada pelo conflito armado que assolava o país, resultando em grande período de paralisação.<sup>259</sup> Nos anos de 1992 a 1994, o movimento partidário UNITA, quando estava no controle de Capanda, impossibilitaram as operações da Odebrecht que se resumia apenas na manutenção de equipamentos levados para Luanda, conservação da vila, residência e a substituição de documentos perdidos.<sup>260</sup>

O grupo comandado pelo Savimbi, UNITA, que estava em posse do canteiro de obras, entre 1994 até 1997, já não estava mais presente no local. Os militares do MPLA, estavam presentes no canteiro de obra, fazendo a segurança que ainda não estava totalmente concretizada. Nessa época, a Odebrecht realizou visitas na obra para analisar o estado da obra e da infraestrutura de apoio, constatado a destruição de todo empreendimento, isto é, alojamentos, escritórios, clínicas médicas, além de oficinas, máquinas, equipamentos e partes da barragem, praticamente todo o investimento inicial.<sup>261</sup>

Como um dos dirigentes da Odebrecht da época expôs, “estava tudo destruído... não havia água, energia, esgoto...tivemos que recomeçar do zero... os cuidados com a segurança foram redobrados com redução dos deslocamentos de comboios entre Luanda e Capanda, onde mora a maioria dos trabalhadores.”<sup>262</sup> Com a volta das operações em 1997, foram realizadas certas atividades como verificações e análises técnicas, com o intuito de desenvolver a reconstrução de Capanda. Sendo realizado o retorno da mão de obra semelhantemente como ocorreu no início das obras.

---

<sup>258</sup> FRANCISCO, João Manuel Saveia...op. cit. p. 96.

<sup>259</sup> Ibidem, p. 95.

<sup>260</sup> Ibidem, p.97.

<sup>261</sup> Ibidem.

<sup>262</sup> ODEBRECHT informa, Ano XXX...op. cit. p. 47.

Nessa segunda fase, no fim dos anos 90, nas circunstâncias foram realizadas demandas de equipamentos e materiais para o canteiro de obra visando o término da construção. Ao mesmo tempo, foram feitas sondagens para remoção de minas terrestres. Em 1999, quando as obras já estavam em um estado avançado, começaram a ser sentidas, ao redor de Capanda, alterações na situação militar, que resultaram em ataques ao local das obras, sendo necessário evacuar e paralisar a obra.<sup>263</sup> E, com isso, os militares ficaram no controle da região onde se localiza a hidrelétrica, além de operários voluntários do GAMEK e da empresa brasileira. Nesse período a obra ficou preservada, sem qualquer deterioração da construção.

Acerca da terceira fase, em meados de 1999, acontece a volta do remanejamento do empreendimento. Os técnicos das empresas envolvidas com o projeto reiniciaram os deslocamentos para a hidrelétrica e, em janeiro de 2000, as obras tiveram seu recomeço.<sup>264</sup>

Assim, de 2000 até 2002 foram feitas restaurações e melhorias nos equipamentos, recomeçando o enchimento do reservatório na celebração dos 25 anos no país, em 2002. Nesse momento aconteceu o enchimento do primeiro reservatório da hidrelétrica. A perspectiva da companhia era a de que, em 2002, tivessem início às atividades da primeira unidade geradora de energia. O custo total de US \$ 4 bilhões, dos quais US \$ 400 milhões foram somente os danos causados pela guerra civil.<sup>265</sup> Em 2003, especularam o início da geração de energia das suas primeiras quatro turbinas acionadas.<sup>266</sup> Numa primeira fase entrarão em funcionamento duas unidades, as outras duas entrarão em funcionamento à medida que a demanda de energia do país exigir, ou até que seja possível interligar o sistema de distribuição de energia Norte e o sistema de distribuição do centro de Angola.<sup>267</sup>

Em 2004, as duas primeiras turbinas foram colocadas em operação gerando energia. No ano de 2005, foi destinado um financiamento para a aquisição de equipamentos e a conclusão de uma das etapas do projeto, assegurado em 11,3 mil milhões de kwanzas, disponibilizados pelo Banco Unificado da Rússia, e outros 13 mil milhões de kwanzas concedidas pelo Brasil.<sup>268</sup> No mesmo ano, nos eventos de celebração de 30 anos desde a independência, foi inaugurada a

---

<sup>263</sup> FRANCISCO, João Manuel Saveia...op. cit. p. 98.

<sup>264</sup> Ibidem.

<sup>265</sup> CORRÊA, André Rodrigues; CASTRO, Douglas... op. cit. p. 285.

<sup>266</sup> ODEBRECHT informa, Ano XXX...op. cit. p. 47.

<sup>267</sup> FRANCISCO, João Manuel Saveia...op. cit. p. 99.

<sup>268</sup> JORNAL ANGOLA, Capanda aposta nos jovens para levar luz às populações. Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/detalhes.php?id=253059>. Visto em: 15 de nov, 2022.

primeira fase da barragem da hidrelétrica.<sup>269</sup> Já em 2010, houve a presença do mandatário angolano para o início do funcionamento da geração de energia da barragem.

Em resumo, ao longo dos anos, a obra obteve diversas problemáticas em sua infraestrutura como, por exemplo, o aumento, inúmeras vezes, dos prazos e orçamentos. Até hoje a construção sofre de insuperáveis problemas de manutenção.<sup>270</sup> A província de Luanda e as cidades de Ndalatando, Lucala, Uíge, Cacusó e Malanje beneficiam-se da energia gerada diariamente pela barragem hidroelétrica de Capanda, com uma média sessenta e cinco por cento interligada ao sistema regional.<sup>271</sup> A geração de energia elétrica na cidade de Malange continua a ser deficitária, tendo em vista que diariamente se registraram restrições na maioria dos bairros periféricos, provocando a deterioração de enormes quantidades de produtos perecíveis e a destruição de vários eletrodomésticos.<sup>272</sup>

### **3.5 Os trabalhadores brasileiros e angolanos na construção**

Além da ausência de infraestrutura, havia a necessidade de mão de obra qualificada por parte da Angola. Era do interesse do governo angolano a geração de emprego para a população e seria econômico para a empresa brasileira utilizar trabalhadores angolanos. Pode-se dizer que diminuiriam os custos com transportes aéreos de brasileiros para Angola e adicionais nos salários pagos, devido ao conflito armado. No começo do empreendimento, apenas 20% dos recursos humanos eram angolanos e a maioria proveniente da lavoura ou dos campos de guerra, mas esse percentual veio aumentando ao longo dos anos.<sup>273</sup>

A empresa não focou somente nas instalações, impulsionou e estabeleceu um projeto com diversos treinamentos, gerando, assim, trabalhadores e obtendo uma certa competência profissional, como técnicos, mecânicos e operadores, entre outras profissões. Carlos Huspsel, o gerente do contrato, profere ao periódico informativo da companhia: “Dentro da filosofia básica de treinamento em serviço, concentramos a atenção na formação e no aperfeiçoamento do pessoal local (...) todo o contingente de funcionários angolanos passa pelo processo de treinamento em serviço, tendo no seu trabalho diário o acompanhamento de equipes de profissionais qualificados.”<sup>274</sup>

---

<sup>269</sup> VIANA, Natalia, CAPAI, Eliza. op. cit. online.

<sup>270</sup> ALENCASTRO, Mathias...op cit. p. 132.

<sup>271</sup> VOA PORTUGUÊS, Angola: Barragem de Capanda já funciona a 100%. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/angola-malange-electric/1617159.html>. Visto em: 12 de nov. 2022.

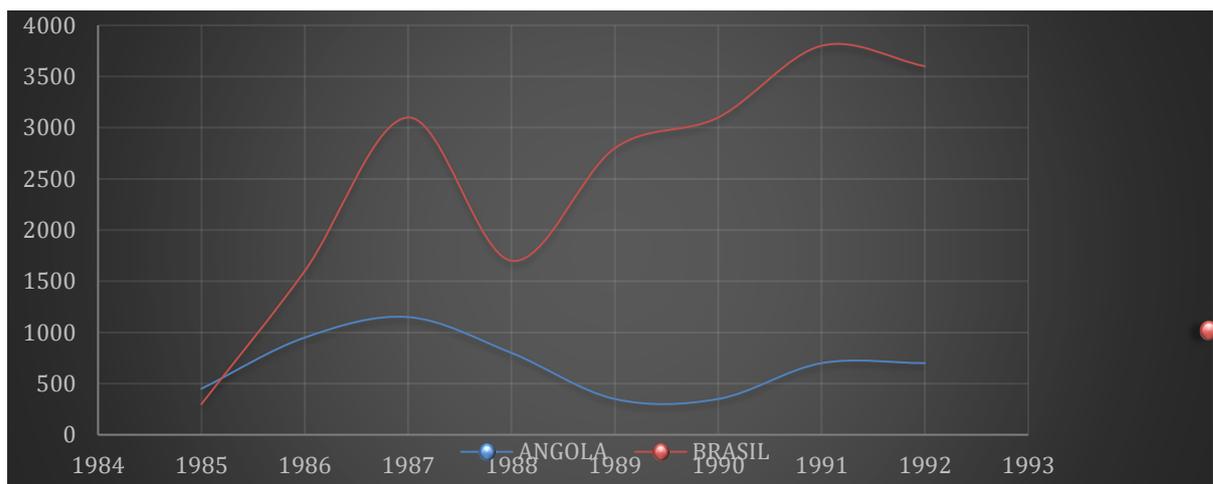
<sup>272</sup> VOA PORTUGUÊS, Angola...op. cit. [online]

<sup>273</sup> SANTANA, Ivo. A experiência... op. cit. 121.

<sup>274</sup> ODEBRECHT, Informa, Ano XI – nº 38 – junho de 1986. p. 9.

Entre os anos de 1988 e 1992, a empresa profissionalizou mais de 3.000 angolanos. Uma das estratégias direcionadas pela companhia foi realizar um processo de alteração dos trabalhadores brasileiros pela mão de obra angolana, que estavam se qualificando durante as etapas da obra. Entre 1985 e 1987, como podemos observar na (figura 1), período da chegada dos integrantes brasileiros para obra de Capanda e o início da construção, havia aproximadamente mais de 1.000 angolanos e em torno de mais de 3.000 brasileiros. Em 1992, no auge da obra, foram cerca de 4.200 trabalhadores, sendo que 530 deles eram brasileiros.<sup>275</sup> Em 2001, um ano antes enchimento do reservatório da barragem, eram 1.571 angolanos e 202 brasileiros.<sup>276</sup> Em 2002, houve uma grande redução de funcionário, tendo cerca de 2.799 integrantes ativos, em razão da obra estar em seu processo de finalização. Abaixo segue um gráfico ilustrando o número de integrantes entre 1985-1992.

Figura 7 - Trabalhadores brasileiros e angolanos no Projeto CAPANDA (1985-1992)



Fonte: ODEBRECHT informa- Mar/abr. 1995 – Elaboração própria.

Convém citar que a postura ao longo dos anos da Odebrecht em contratar trabalhadores locais e capacitá-los fez com que a empresa se tornasse uma das maiores empregadoras privadas do país. Anteriormente às investigações da Lava Jato, tinham cerca de 20 mil funcionários.<sup>102</sup> Não obstante, ocorreu uma redução no número de empregados, em meados de 2017, eram 2.100 integrantes, sendo 1.940 angolanos.<sup>277</sup>

<sup>275</sup> CORRÊA; CASTRO... op. cit. p. 285.

<sup>276</sup> LIGAÇÃO, 2001, p. 9 *apud* SANTANA, Ivo. A experiência... op. cit. 121.

<sup>277</sup> SOUTO, Luiza; CARVALHO, Cleide. Odebrecht fecha acordo de 30 milhões por trabalho escravo em Angola. O Globo. Rio de Janeiro, 17 mar. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/odebrecht-fecha-acordo-de-30-milhoes-por-trabalho-escravo-em-angola-21077821>. Acesso em: 4 nov. 2020.

Diante disso, sendo uma das maiores empregadoras do país, fica notório que a Odebrecht veio durante décadas operando em inúmeros empreendimentos, como está sendo exposto no decorrer do trabalho. Além de capacitar a mão de obra angolana, a construtora viabilizou para as próprias lideranças brasileiras envolvidas no projeto, um programa de treinamento que incluía cursos sobre a realidade africana e dos seus princípios como, por exemplo, a Tecnologia Empresarial Odebrecht que rege os valores da companhia.<sup>278</sup>

Conforme menciona Campos, era comum as empresas brasileiras levassem funcionários para atuarem fora, porém, muitas vezes, os contratos exigiam uma cota de trabalhadores nacionais ou impunham regras trabalhistas que restringiam o emprego de trabalhadores.<sup>279</sup>

A partir dos elementos expostos, sob o olhar de muitos trabalhadores brasileiros e angolanos, o treinamento desenvolvido pela Odebrecht obteve certas falhas em sua composição, mesmo a profissionalização feita de forma rápida e sem muitas minúcias, os trabalhadores aprendiam na prática. De acordo com um técnico brasileiro entrevistado pelo pesquisador João Manuel Saveia: “o aprendizado dá-se na prática. Não dá tempo de fazer que nem faz o SENAI, mostrar, tudo com detalhe”.<sup>280</sup> Além de terem rotinas extensas, muitas vezes era complicado se concentrar nos ensinamentos ofertados. A questão salarial era um fator que desenvolveu um certo arrefecimento nos integrantes angolanos e brasileiros, resultando na desistência de muitos trabalhadores.

Ademais, o salário não era a única razão, a promoção dos nacionais apenas até o nível de supervisor constitui também causa de prostração, principalmente pelo fato de existirem brasileiros sem formação superior em cargos mais altos na escala hierárquica.<sup>281</sup> Pode-se dizer que havia uma diferença entre os operários nativos e os expatriados brasileiros, que eram mais valorizados e obtinham cargo de confiança por parte da Odebrecht. De certa maneira, existiam outras complexidades no que se refere à alimentação entre duas culturas, condições de trabalhos e o tempo extensivo de confinamento em Capanda, entre outras circunstâncias. Em certos relatos de alguns trabalhadores angolanos que estavam na construção expõem suas angústias

“Nós estamos aqui quase condenados. Isso já não é uma empresa, estamos condenados. Certos colegas ficam frustrados, já não conseguem trabalhar pensando na família. Faz um pedido e não é atendido, e ele mais tarde fica com a cabeça doída” (trabalhador de base).

“[...] já, já aconteceram certas pessoas indo pro hospital por “pancadas”; é devido ao tempo. Porque a pessoa ficando os três meses aqui sem ver a família

<sup>278</sup> SANTANA, Ivo. A experiência... op. cit. 121.

<sup>279</sup> Campos, Pedro...op. cit. 73.

<sup>280</sup> FRANCISCO, João...op. cit. 102.

<sup>281</sup> Ibidem, p.104.

fica frustrada. Do alojamento, serviço; do alojamento, serviço, do alojamento, serviço; fica frustrado. Pelo menos a empresa deveria dar um fim de semana” (trabalhador de base).

“Aqui é exército mesmo; estamos aqui para combater. Faço três meses e não posso ver a família! É exército mesmo” (trabalhador de base).<sup>282</sup>

É notório que o confinamento é adotado como uma necessidade para o controle e a redução de custos para companhia brasileira, entrando em contradição com os valores da cultura da sociedade angolana. Analisa-se que a condição de trabalho passou a ter um impacto negativo na vida pessoal dos trabalhadores, resultando, inclusive, em sofrimento mental. De modo geral, o confinamento estabeleceu uma situação de interrupção e antagonismo entre o trabalho e a vida pessoal.

Ressalta-se que não é a pretensão do tópico expor um panorama aprofundado sobre essas adversidades internas entre a empresa brasileira e os operários. A ideia do capítulo, na totalidade, é traçar o histórico de como se fomentou o contrato e suas particulares, por meio de relatos dos executivos e o contato da Odebrecht com o governo militar brasileiro e Angola. E as complexidades vivenciadas nos primeiros anos em solo angolano.

O ponto central do capítulo é termos a consciência que a reconstituição da relação Brasil e Angola, com o reconhecimento da independência angolana, mas tendo como intuito maior a negociação do petróleo angolano, se concretizou como um alicerce para a inserção da Odebrecht no país africano. A atuação do aparelho estatal brasileiro militar e o seu forte entrelaçamento com a companhia baiana, fez com que agências estatais dessem apoio ao projeto de Capanda, a partir do órgão oficial Itamaraty, o financiamento subsidiado pelo CACEX, atrelado ao Banco do Brasil, o suporte técnico da agência estatal Furnas dentre outras companhias.

Ao longo do que foi dissertado nos primeiros capítulos, ficam nítidas a *expertise* e as estratégias da Odebrecht em se estruturar em outro país, e após libertação nacional angolana, um país sem estrutura econômica e ausência em infraestrutura, a empresa brasileira conseguiu se organizar e se promover em associação com um novo governo. Aportado isso, será elencado no próximo capítulo, a inserção da companhia no ramo de exploração diamantífero, além da engenharia e construção.

---

<sup>282</sup> FRANCISCO, João...op. cit. 109.

#### 4 A INSERÇÃO DA ODEBRECHT NO RAMO DIAMANTÍFERO ANGOLANO

Na obra do jornalista angolano Rafael Marques “*Diamantes de sangue: Corrupção e Tortura em Angola*”, o autor classifica o processo histórico da exploração de diamantes a partir de diversas complexidades sociais, políticas e econômicas. Entre elas, cita as estratégias entre entidades oficiais do governo angolano e interesses comerciais privados estrangeiros em maximizar a produção e os lucros.<sup>283</sup> Em uma evolução histórica em que diversas companhias internacionais atuaram veemente em Angola na extração da matéria-prima. Como a empresa brasileira Odebrecht, que, após a independência de Angola, inicialmente se destacou na realização de projetos de infraestrutura. E a partir da sua experiência e facilidade em negociações com o governo de Angola se insere em novos setores, como operações e consórcios no ramo diamantífero.

Entrementes, a postura da companhia brasileira cristalizou-se como *sui generis*. Foi a primeira vez que a companhia atuou na produção e no mercado diamantífero. Em segundo lugar, foi um contexto estratégico por parte da companhia em explorar um setor totalmente produtivo, fortuito economicamente, em uma área altamente rentável e em grande abundância em Angola. Pode se dizer que a empresa brasileira viu com bons olhos a ideia de atuar em um novo projeto, Carlos Augusto Bucalon<sup>284</sup>, um dos primeiros integrantes da companhia em Angola, em suas palavras teceu: “Começamos a nos interessar em 1990, quando havia claros indícios de que os diamantes e o petróleo eram negócios bastante promissores para a empresa em Angola”<sup>285</sup>

Angola é considerada a quarta maior produtora de diamantes por valor da África, embora fontes do mercado acreditem que, com a produção contrabandeada, na verdade, detém a terceira maior produção.<sup>286</sup> Mesmo o petróleo sendo um dos recursos mais explorados e o produto mais exportado da região, ressalta-se que o diamante não fica atrás, ocupando o segundo lugar da matéria-prima mais exportado do país. De modo geral, o continente africano, em sua extensão, tem as maiores minas de diamantes do mundo e reservas, tendo uma importância expressiva no setor internacional, como mostra o mapa abaixo. Atualmente, cerca

<sup>283</sup> MARQUES, Rafael. *Diamantes de Sangue. Corrupção e Tortura em Angola*. Lisboa: Tinta-da-Chi-na, 2011. p. 25.

<sup>284</sup> Chegou a ser vice-presidente da Odebrecht em Angola entre 1985-2004. Sua atuação nos primeiros anos no país foi de suma importância para intensificações dos laços com o país africano.

<sup>285</sup> ODEBRECHT. *Informa*, Nº 106, ano XXX, outubro/novembro/dezembro de 2002.

<sup>286</sup> No original: *It is the world's fourth largest producer of diamonds by value, although market sources believe that with smuggled production, Angola is actually the third largest producer.*

de metade da produção global de diamantes vem de África, sendo que o maior consumidor é os Estados Unidos da América, que absorve 48% da produção deste precioso minério.<sup>287</sup>

Figura 8 - Mapeamento das maiores minas de diamantes do mundo



Fonte: geobancodedados, (<https://geobancodedados.wordpress.com/category/economia/mineracao/> 2014).

No que se refere à Angola, é um país com um grande potencial diamantífero distribuído ao longo de todo o território, as principais reservas ficam localizadas no Nordeste nas Províncias da Lunda Norte e Sul.<sup>288</sup> Considerando a expressividade e a constância da produção de diamantes em Angola, a tabela exposta abaixo, mostra dados dos relatórios anuais do valor da produção diamantífera pela instituição multilateral chamado Kimberley Process<sup>289</sup>, entre 2006 – 2020, a receita de vendas gerou um retorno em média acima um bilhão de dólares. Em 2019, por exemplo, alcançou um dos maiores valores, atingindo a marca de quase um bilhão e

<sup>287</sup> NASCIMENTO. Marcela Gaspar Mendes da Costa. Potencialidades da Formação Calonda no Nordeste de Angola. Mestrado em Economia e Gestão Aplicadas. Universidade de Évora, escola de ciências sociais. 2013. p.10.

<sup>288</sup> Ibidem, p.10.

<sup>289</sup> O Processo de Kimberley, é uma cooperação comercial multilateral iniciado no ano de 2003, a mesma tem como intuito inibir o fluxo de diamantes de conflito. A essência desse grupo com diversos países parte de sistematização de Certificação do Processo de Kimberley, o qual os países membros impõem regras em conjuntos sobre embarques de diamantes brutos e os validam como “livres de conflitos”.

trezentos dólares.<sup>290</sup> Acerca da produção em quilates presente na tabela nota-se que o volume da produção de diamantes durante os anos, foi superior a sete milhões, isso demonstra a força as reservas das minas em Angola.

No entanto, a postura desenvolvida pelo governo angolano para seguir o regimento da instituição de Kimberley, chegaram a ser indagadas pelo jornalista Rafael Marques. Em sua crítica, cita que a falta de controle na compra e venda de pedras exploradas de forma artesanal, vendidas por preços abaixo do mercado, gera: o aumento do contrabando; o envolvimento dos fiscais do governo local no tráfico, dentre outros questionamentos.<sup>291</sup>

Diante das altas produções anuais, o país africano chegou a ser o quarto maior no que se refere à produção ao nível mundial, isso representa cerca de 5% desse mercado, ocupa atualmente a 7ª posição do Ranking, liderado pela Rússia.<sup>292</sup> O ministro da Recursos Minerais, Petróleo e Gás, H.E. Diamantino Azevedo, afirmou recentemente que o país pode se tornar o segundo maior produtor de diamantes brutos globalmente até 2030.<sup>293</sup> Conforme a reportagem do Instituto Brasileiro de Mineração em 2015, já estipulavam que Angola poderia se tornar líder mundial na exploração de diamantes nos próximos sete anos, com a descoberta recente dos kimberlitos Tchiuzo, Luele e Catoca, pela Sociedade Mineira de Catoca.<sup>294</sup> Essa corporação especializada na exploração de diamantes, na qual a Odebrecht estava envolvida, como veremos ao longo do capítulo.

---

<sup>290</sup> KIMBERLY, Process. Relatório Anual. De Angola em 2020. Disponível em: <https://www.kimberleyprocess.com/en/angola>. Visto em: 26 out de 2022.

<sup>291</sup> DIAS, Susana. Exploração de diamantes gera conflito cultural. *Cienc. Cult.* [online]. 2005, vol.57, n.3, p.16-17.

<sup>292</sup> ANGOLA, Jornal. Diamantes: A indústria continua viva. Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/diamantes-a-industria-continua-viva/>. Acesso em: 26 out. 2022.

<sup>293</sup> No original: “Angola has been the Only place the world where production has grown as a result of new discoveries of diamonds deposits. In this way, he said, the country can became, by 2030, the world second largest producer of rough daimonds. Silva, Graciosa. Diamantino de Azevedo: “Angola could become the second largest diamond producer in the world”. SILVA, Graciosa. Diamantino de Azevedo: "Angola could become the second largest diamond producer in the world". Disponível em: <https://www.verangola.net/va/en/022022/RawMaterials/29640/Diamantino-de-Azevedo-%E2%80%9CAngola-could-become-the-second-largest-diamond-producer-in-the-world%E2%80%9D.htm>. Acesso em: 12 dez. 2022.

<sup>294</sup> Instituto Brasileiro de Mineração. Angola pode assumir liderança na exploração de diamantes. Disponível em: <https://ibram.org.br/noticia/angola-pode-assumir-lideranca-na-exploracao-de-diamantes/>. Acesso em: 05 nov 2023.

Tabela 4 - Produção de diamantes em valor (US\$) e volume em quilates

<b>Ano</b>	<b>Produção em valor (US\$)</b>	<b>Volume de produção em quilates (milhões)</b>
2006	\$1,132,5	9,17
2007	\$1,271,9	9,70
2008	\$1,209,7	8,90
2009	\$804,0	9,23
2010	\$976,3	8,36
2011	\$1,162	8,36
2012	\$1,110	8,33
2013	\$1,277	9,36
2014	\$1,317	8,79
2015	\$1,182	9,02
2016	\$1,079	9,02
2017	\$1,223	8,40
2018	\$1,104	9,4
2019	\$1,266	9,12
2020	\$1,017	7,7

Fonte: Elaboração Própria/ Kimberly Process - Relatório Anual (2006-2020).

A análise acima demonstra a notável importância do mercado de diamantes em Angola e a considerável contribuição de sua produção para a economia do país. Portanto, para compreender a expressividade e a complexidade na exploração de diamantes em Angola, convém neste capítulo realizar um enquadramento histórico da exploração de diamantes em Angola, com o intuito de entendermos o processo evolutivo, implicações, adversidades e o domínio governamental sobre o setor e sua ligação com empresas estrangeiras. Nessa ocasião, é relevante saber as questões históricas que possibilitaram um país abundante em diamantes, como Angola, ainda esteja submerso em diversos entraves sociais e econômicos.

Acredita-se que, mesmo diante das alterações no sistema político e administrativo de Angola ao longo dos anos, as convicções coloniais ainda permanecem relevantes, com o partido MPLA exercendo domínio sobre o país e fortalecendo alianças com empresas estrangeiras. Isso resulta no desenvolvimento de uma dependência econômica da empresa instalada no país, uma dinâmica evidenciada no caso da Odebrecht em Angola. Dito isso, o cerne do capítulo é compreender a introdução da Odebrecht no setor diamantífero e detalhar seus projetos encetados em associação com o governo MPLA. Nesse sentido, partindo-se da premissa de que o governo angolano, enraizado na herança colonial histórica, adquiriu diversas insuficiências sociais, governamentais e econômicas, foram fundamentais para que empresas como a Odebrecht obtivessem privilégios e benefícios em consórcios nos setores como o diamantífero.

#### **4.1 Diamang: As Raízes da Exploração de Diamantes em Angola**

A exploração de diamantes, conforme atestado por documentação, os primeiros achados da matéria-prima em Angola, foram descobertos no período colonial. No ano de 1912, na região de Lunda Norte, em Mussalala no Rio Chicapa, que fica entre Angola e o Congo, foram descobertos pela companhia Forminiere, na época uma expressiva mineradora atuante na África, gerenciada pelo Congo Belga, atual República Democrática do Congo.<sup>295</sup> A empresa foi uma das mineradoras que inicialmente impulsionaram a exploração de diamantes na região angolana. Diante disso, no mesmo ano foi designada uma empresa para sondagem e prospecção, a Companhia de Pesquisa Mineira de Angola (PEMA), encarregada de detectar e investigar minérios na colônia portuguesa, Angola.<sup>296</sup>

No ano de 1917, foi implementada pela PEMA a criação da Companhia de mineração, específica de Angola, conhecida como Diamang, fomentada a partir de um processo de união entre diversas empresas (belgas, sul — africanos e anglo — americanos com o poderio de Portugal, resultou em uma *joint venture*. Após cinco anos da descoberta das gemas na capital do país, essa companhia passou a deter o direito exclusivo de exploração diamantífera em Angola, entre os anos de 1920 e 1971, tendo a autorização de Portugal para gerir, explorar e comercializar exclusivamente as Lundas.<sup>297</sup>

---

<sup>295</sup> No original: Diamonds were discovered in Angola in 1912, at Mussulala in Lunda Norte in a tributary of the Chicapa River, by the prospectors Johnston and McVey, who were tracing the source of diamonds found in the then Belgian Congo. In: Diamond Industry Annual Review.

<sup>296</sup> Ver mais em: ALENCATRO, Mathias Jourdain. Diamond Politics in the Angolan Periphery: Colonial and Postcolonial Lunda 1917–2002. Tese de doutorado. University of Oxford, 2014.

<sup>297</sup> Marques, Rafael... Op. cit. p. 26.

Inicialmente, firmou-se um acordo entre a empresa de mineração de diamantes e Portugal, no princípio foi estipulado para um período de três décadas o contrato, porém, acabou por se prolongar por mais tempo. Conforme Menezes, esta empresa, um dos maiores investidores na economia de Angola, até a metade do século, obteve o direito monopolista de extrair diamantes em uma área, onde possuía polícia própria, prisões, e todo aparato administrativo, constituindo, praticamente, um Estado no Estado.<sup>298</sup>

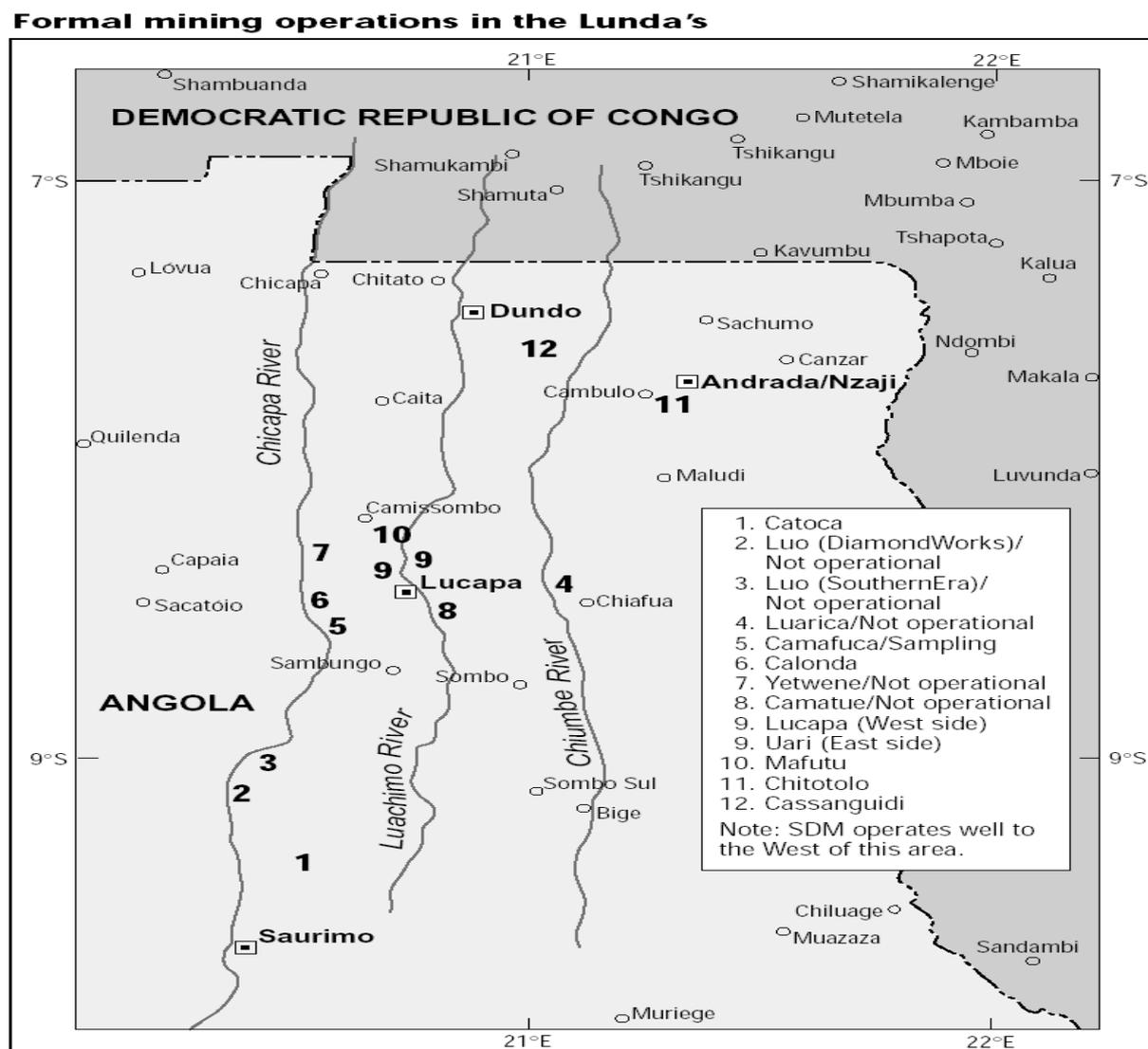
A extensão territorial da Diamang abrangia mais de 50.000 km<sup>2</sup>, estendendo-se pelas Lundas Norte e Sul, limitava-se a oeste e sul com o restante do território de Angola, a sudeste com a atual Zâmbia (anteriormente, Rodésia do Norte), e a norte e nordeste com a atual República Democrática do Congo.<sup>299</sup> A mais de 10 km ao sul da atual RDC, encontrava-se a operação administrativa da Diamang, que, ao mesmo tempo, foi estruturada para abrigar a população envolvida na exploração de diamantes, conhecida como Dundo. Abaixo, é apresentado um mapa do território onde ocorria a exploração de diamantes, segundo a legenda a numeração 12, indica onde se concentrava, sede da empresa, na margem esquerda do Rio Luachimo, a 18 quilômetros da fronteira com o então Congo Belga. Podemos ver também no mapa, onde se localiza as explorações de diamantes em Angola.

---

<sup>298</sup> MENEZES, Solival, p. 131.

<sup>299</sup> DIAMANG - COMPANHIA DE DIAMANTES DE ANGOLA. 2011. Universidade de Coimbra. Disponível em: <https://www.diamangdigital.net/index.php?module=content&id=2>. Acesso em: 15 nov. 2023.

Figura 9 - Mapa das operações de diamantes em lunda



Fonte: Diamang - <https://www.diamang.com/A-Lunda/Mapas>

Conhecido como Dundo, a vila-sede da empresa possuía uma hierarquização e uma expressiva segregação não revelada, cujas pessoas negras e brancas não se conglomerar naquele lugar e nem mutualmente. Enquanto na área urbana, os brancos tinham todos os privilégios, possuindo os cargos mais expressivos da mineradora. Já nas proximidades, na área suburbana, se acomodava os negros, sem condições dignas de habitabilidade, os indígenas.

Sem entrar em muitos detalhes, o trabalho forçado na diamantífera angolana findou no fim dos anos 60, em razão de uma companhia que era a imagem do regime político, ao ser ela própria um instrumento da sua afirmação. Além dos mineiros, de acordo com alguns, escritos, a Diamang submetia crianças e mulheres negras em atividades braçais nos acampamentos.

Em 1951, a convite do ministro ultramar Sarmiento Rodrigues<sup>300</sup> o sociólogo brasileiro Gilberto Freyre visitou Angola, mas especificamente, a Companhia dos Diamantes, a Diamang. Durante sua estadia, realiza diversas críticas e observações que foram anotadas seu diário, que posteriormente se tornou em livro, intitulado: “Aventura e Rotina”.<sup>301</sup>

Em contrapartida às interpretações e conceituação de Freyre, foi analisado que naquele território, não se tinha um convívio luso - tropical, e era perceptível a ausência de interação de uma sociedade patriarcal, como ele observava em outras sociedades no qual estudava. Freyre sustentava seus argumentos afirmando a singularidade da colonização portuguesa em comparação com as demais nações europeias, baseado na facilidade de aproximação de povos de origem tropical, detida naturalmente por lusitanos.<sup>302</sup> Porém

A Diamang era o oposto do Luso-tropicalismo; era o capitalismo em todas suas cores, inspirado no que ele achava serem os maus exemplos de belgas e ingleses, dos protestantes, e do que às vezes designa como os imperialistas albinos, as gentes do norte, enfim, os não portugueses. Exemplo de antilusitanismo era a igreja separada para brancos e pretos e outras coisas inspiradas em modelos externos.<sup>303</sup>

Com essa citação fica nítido um contexto de segregação e de considerar atos de racismo. A mão de obra, era formada por africanos, a população da lunda, onde se localizava a Diamang, era considerada escassa, o que levou à busca de trabalhadores em outras regiões de Angola. Para se ter uma dimensão, na década de 1920, a região contava com mais de 100 empregados brancos, que por sua vez tinham os cargos superiores e 6.000 funcionários africanos em posições em sua maioria inferiores. Havia uma grande preservação do trabalho forçado, a companhia se transformou na empresa com o maior número de trabalhadores em Angola, em 1937, existiam 11.272 africanos, tanto adultos como crianças.<sup>304</sup> Em resumo, era normal no território a vivência por meio da segregação racial, desde das práticas laborais às moradias,

---

<sup>300</sup> Manuel Maria Sarmiento Rodrigues, em 1918 entrou da marinha Portuguesa, na década de 194, chegou a Capitão sendo governador da Guiné e em 1950, se tornou ministro das colônias portuguesas e tendo o posto de governador de Moçambique até o início dos anos de 1960. Ver mais em: RODRIGUES, Manoel Maria Sarmiento (ou RODRIGUES, Manuel Maria Sarmiento). Arquivo Particular Almirante Manoel Maria Sarmiento Rodrigues. Disponível em: <<https://arquivohistorico.marinha.pt/details?id=10538>>. Acesso em: 10/01/2024. MARINHA | Biblioteca Central de Marinha - Arquivo Histórico.

<sup>301</sup> FREYRE, Gilberto. *Aventura e Rotina*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

<sup>302</sup> PRIETO, Gustavo. *Colonizando indígenas: A exploração do trabalho feminino no projeto colonial da Companhia de Diamantes de Angola*. 2020. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais. p. 36.

<sup>303</sup> FREYRE, Gilberto. *Novas Leituras do Outro Lado do Atlântico*. Organizado por Marcos Cardão e Cláudia Castelo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015. 216 p. (Ensaio de Cultura; 56). p. 43.

<sup>304</sup> OLIVEIRA, Maria José. *Diamang, 100 anos da maior empresa do império português: racismo, abusos e trabalhos forçados*. 2017. Ver mais em: <https://observador.pt/especiais/diamang-100-anos-da-maior-empresa-império-português-racismo-abusos-e-trabalhos-forçados/>. Visto em: 18/02/2024.

perpassando pelas questões envolvendo a saúde, entretenimento e alimentação. Literalmente, vivia-se um apartheid não revelado.

Abaixo são apresentadas quatro imagens para destacar a separação entre brancos e negros. Na primeira imagem, há diversas crianças reunidas onde participam de uma gincana exclusiva para brancos, enquanto na segunda, é retratada uma escola somente para crianças negras. Nas outras duas fotografias, é perceptível observar as diferenças nos espaços designados exclusivamente para a residência de brancos e para a moradia da maioria dos trabalhadores, que são negros.

Figura 10 - Segregação em DUNDU



Fonte: DIAMAG DIGITAL: [WWW.DIAMANGDIGITAL.NET](http://WWW.DIAMANGDIGITAL.NET)

No que tange à posição geográfica da sociedade mineira ela situava-se em Portugal e detinha filiais estratégicas em cidades de outros países, como os departamentos em Bruxelas, Londres e Nova York. Quanto ao suporte de investimento e ao desenvolvimento de uma empresa de extração de diamantes em uma região como Angola sem infraestrutura básica econômica, foi-se necessário um aporte e injeção de recurso financeiros. Portugal, além de possuir propriedade do território, também disponibilizou financiamento do Banco Nacional

Ultramarino e do Banco Burney, banco esse que pertencia a uma família de magnatas de origem belga que moravam em Lisboa.<sup>305</sup>

A esse grupo irão se juntar outros, entre eles a *Société Générale de Belgique* e da *Mutualité Coloniale*; franceses – da *Banque de l'Union Parisienne*, e dos Estados Unidos da América, o grupo *Ryan-Guggenheim*.<sup>306</sup> O conjunto entre o poderio financeiro atrelado a relação com o jugo colonial em território angolano, fez com que a companhia de extração obtivesse o monopólio para prospecção de diamantes até o período da libertação nacional, nos anos sessenta. Conforme tece Alencastro, Lisboa transformou a companhia em uma máquina financeira e política que se engajou no desenvolvimento econômico, na administração política, e na “civilização do leste da colônia, em substituição ao cada vez mais marginalizado Estado colonial.”<sup>307</sup>

Era uma das maiores geradoras de faturamento na época e possuía uma posição importante para colônia. De início, com poucos meios financeiros e técnicos para influenciar as decisões da Diamang no terreno, o Estado colonial português fortaleceu o seu controle sobre a empresa por meio de leis coloniais e ao longo dos anos 20 e 30 decretou os limites da Diamang, na Angola colonial.<sup>308</sup> Em 1921, Portugal impôs direitos e benesses à mineradora, conforme alegou o deputado Cancela de Abreu em 1955, em uma Assembleia Constituinte, a empresa converter-se-ia num “Estado no Estado”.<sup>309</sup>

O acordo estabeleceu para a mineradora nas primeiras décadas o controle de uma grande parcela das regiões que detinham atividades de exploração de diamantes. Proporcionando o direito de minerar cerca de 90% do território, bem como o seu direito exclusivo no comércio de diamantes que já tinham sido limitados no momento da sua segunda renovação em 1951.<sup>310</sup>

<sup>305</sup> PRIETO, Gustavo. Colonizando indígenas: A exploração do trabalho feminino no projeto colonial da Companhia de Diamantes de Angola. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais. 2020. p. 47.

<sup>306</sup> DIAMANG - COMPANHIA DE DIAMANTES DE ANGOLA. 2011. Universidade de Coimbra. Disponível em: <https://www.diamangdigital.net/index.php?module=content&id=2>. Acesso em: 15 nov. 2023.

<sup>307</sup> ALENCASTRO, M. Política dos diamantes em Angola durante a primeira era colonial: as relações entre o estado e a Diamang 1917-1961. Afro-Ásia, Salvador, n. 57, 2018. DOI: 10.9771/aa.v0i57.26074. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/26074>. Acesso em: 7 nov. 2023.p. 88.

<sup>308</sup> No original: With little financial and technical means to influence DIAMANG's decisions on the ground, the Portuguese colonial state tried to strengthen its control over the company via the colonial laws. Elaborated on an ad hoc basis between 1921 and 1928, and reviewed multiple times during the 1930s, a legal framework set the boundaries of DIAMANG operations in colonial Angola for the decades to come. In: ALENCASTRO, Mathias... Op. cit. p. 122.

<sup>309</sup> OLIVEIRA, Maria José. Diamang. 100 anos da maior empresa do império português: racismo, abusos e trabalhos forçados. In: Jornal Observador. Disponível em: <https://observador.pt/especiais/diamang-100-anos-da-maior-empresa-imperio-portugues-racismo-abusos-e-trabalhos-forcados/> Visto em: 29/10/2022.

<sup>310</sup> No original: The licence awarded to DIAMANG in 1921 to mine over some 90% of the territory, as well as its exclusive right to trade in diamonds, had already been limited at the time of its second renewal in 1951. In: ALENCASTRO, Mathias... op. cit. p. 169.

Durante os anos restantes do último contrato e desenvolvimento econômico expressivo, não obstante, ocorreram certos reveses nessa estrutura.

É importante ter noção da grandeza monopolista da mineradora, já que ela angariou proventos e vantagens na colônia como, por exemplo, a isenção dos pagamentos de taxas e impostos em cima das suas produções e das transações das mercadorias. Em compensação, dos proveitos oferecidos a companhia pagava uma porcentagem para colônia sobre os lucros. O monopólio na região explorada, se tinha uma extensão territorial duas vezes do tamanho de Portugal, a companhia impôs o controle até na agricultura de subsistência local e impôs restrições à circulação de pessoas e bens no local.<sup>311</sup>

Na década de 60, ano do engrandecimento da guerra pela independência em Angola, a produção da empresa em 1961 obteve um dos maiores volumes de receitas ao longo dos anos, cerca de 3 milhões de euros. A Diamang permaneceu o ator central na indústria mineira, bem como o principal fornecedor de exportações mineiras do estado colonial nesse período.<sup>312</sup> Mas ao longo dos anos posteriores, as companhias de outros países e as angolanas pressionaram a colônia acerca da estrutura de dominação da companhia Diamang, para um modelo concorrência, desestruturando a monopolização do setor.

Diante disso, a mineradora veio reduzindo suas operações na exploração de diamantes. E quando o acordo entre o Estado e a Diamang expirou em 1971, o Estado colonial pôs fim ao monopólio e diminuiu consideravelmente a área concessionária da empresa. No entanto, esse desenvolvimento influenciou as relações do Estado com a mineradora no período colonial tardio.<sup>313</sup> Com fim do monopólio, em 1971 ocorre o advento da companhia Condiama, consórcio mineiro de Diamantes entre a própria mineradora Diamang e a diamantífera sul-africana De Beers.

Em pouco tempo, se transformou em uma das maiores *joint venture* de Angola. Compreende-se que o jugo colonial deteve proveitos e mais controle com a Condiama, diferentemente da Diamang, a companhia precisava de licenças e concessões por parte da Angola colonial em suas operações. A empresa pagava ao Estado, conforme as reservas eram exploradas e eram taxados por cada nova descoberta, a colônia conseguia reivindicar de volta

---

<sup>311</sup> MARQUES, Rafael... Op. cit. p. 26.

<sup>312</sup> ALENCASTRO, Mathias. Diamantes, desenvolvimento e conflito: o papel do setor mineiro na política de estado e de guerra no Estado Colonial Tardio de Angola, 1961-1974. Revista de História, [S. l.], n. 178, p. 1-27, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/143722> . Acesso em: 30 out. 2022.

<sup>313</sup> ALENCASTRO, Mathias, p.9.

as reservas de diamantes inexplorados após um período de cinco anos, e tinha o direito de supervisionar a produção.<sup>314</sup>

No período após a libertação nacional, como efeito, o governo controlou e tomou posse das empresas e fazendas abandonadas pelos portugueses. Criou fazendas estatizadas visando produzir alimentos de subsistência. Além do domínio e nacionalização, as indústrias fabris para condicionar a produção, tendo como intuito o poder e gestão do ramo diamantífero. Com a ascensão das políticas de nacionalização, no ano de 1981, o governo criou uma empresa estatal de mineração de diamantes em parceria com a Diamang, a chamada *National Diamond Company* (Empresa Nacional de Diamantes - Endiama), que era 77% por cento controlada pelo Estado.

#### 4.1.1 A extração de diamantes após a libertação nacional de Angola

O fim da companhia Diamang chegou em 1988, sobrecarregadas de dívidas, devido à perda ao longo dos anos do monopólio. Ao mesmo tempo, no decênio de 1980, o setor privado sofre um processo de decadência e prejuízos nas regiões diamantíferas. A causalidade para essas consequências seria os confrontos armados que ainda pairava em Angola, nas regiões das Lundas (uma área de muito anseio pela Unita e MPLA), além do desgaste e deterioração das atividades que ali eram desenvolvidas.

O governo recém instaurado desenvolveu um sistema regulatório nas regiões extrativistas da matéria-prima, controlando até a agricultura local. Como efeito, atingiu a circulação da população que vivia nessas áreas e suas relações com as outras regiões do Estado. A relação dos não nativos à região passou a depender, caso por caso, de concessão emitida pelos serviços de segurança do Estado até finais da década de 1980 e em 1978, a região foi fragmentada em duas províncias, a Lunda – Sul e Lunda – Norte.<sup>315</sup>

Menezes alude que a exploração de diamantes no novo território independente, teve um inter rompimento, mas houve uma rápida recuperação na sua comercialização, apesar das ações dos contrabandistas, atingiu, oficialmente, 333 quilates em 1977 e passando a 1479 quilates em

---

<sup>314</sup> No original; *CONDIAMA paid the state according to the number of diamond reserves explored and owed a success tax for each new discovery. Finally, the colonial state could claim back the unexplored diamond reserves after a period of five years, and had the right to oversee production from the mine to the market.* ALENCASTRO, Mathias... Op. cit. p. 170.

<sup>315</sup>MARQUES, Rafael... Op. cit. p. 27.

1980.<sup>316</sup> No fim dos anos 70, o então ministro do comércio, Paulino João<sup>317</sup>, a partir de um decreto, impôs barreiras ao comércio privado na região de Lunda – Norte. A postura do Estado, configurada a partir de um poder absoluto, gerou controle das atividades produtivas em vários setores. O processo de privatização das companhias públicas nos anos 1980 e 1990 reforçou a posição do Estado como entidade regulatória central, isso porque as elites multiplicaram os pontos de controle do capital estrangeiro, ao criarem inúmeras agências regulatórias, a fim de maximizar a renda.<sup>318</sup>

O poderio estatal resultou em ações ilícitas e posturas corruptas, as limitações impostas afetaram diretamente as comunidades mais vulneráveis. Enquanto a classe que possuía o controle investia no tráfico ilegal de diamantes, amparada de benefícios e favorecimentos instituído na legislação. No entanto, em razão da guerra civil, o movimento em oposição à UNITA promovia a destruição por meio de ataques às minas, sabotagem das rotas de abastecimento a indústria e estima-se que em 1986, a venda de diamantes tenha rendido ao país apenas US\$ 15 milhões.<sup>319</sup>

No decênio de 1990, com a continuidade da guerra civil, após um intervalo da paz, em 1992 o movimento contrário ao MPLA, dominou e se apossou como o objetivo de custear o confronto da importante bacia de exploração diamantífera do Cuango. Já às províncias que detinham o MPLA como gerenciador, os generalatos e políticos do governo, destinavam os recursos financeiros das produções, em boa parte para si. A bacia, possuía a maior concentração de diamantes de Angola, a exploração comercial se iniciou nos anos 60, e ao longo dos anos que se sucederam, foi registrado o maior interesse privado da classe dirigente, garimpeiros, compradores de diamantes, de operações militares.<sup>320</sup>

Cumpra registrar que as áreas diamantíferas, sempre foram palcos de disputas entre UNITA e MPLA até a Paz de Bicesse<sup>321</sup> em 1991, após as eleições.<sup>322</sup> Nos anos 2000, na ONU, foi imposto pela organização, que seria considerado ato de confronto a exploração de diamante advindas de regiões controladas por movimento opostos. Ademais, expressiva, se tinha os graves abusos aos direitos humanos cometidos pelo governo de Angola, contra seus povos,

---

<sup>316</sup> MENEZES, Solival, p.287.

<sup>317</sup> Paulino Pinto João foi político do MPLA, após a independência, atuou no departamento de Reconstrução Nacional, no ministério do Comércio Interno (1978) e como vice-ministro do Comércio Externo (1979).

<sup>318</sup> ALENCASTRO, Mathias...Op. cit. p. 129.

<sup>319</sup> MARQUES, Rafael... Op. cit. p. 31.

<sup>320</sup> MARQUES, Rafael... Op. cit. p. 31.

<sup>321</sup> O acordo firmado tinha como objetivo maior, a realização das primeiras eleições democráticas em Angola, encarregada pela Organização das Nações Unidas.

<sup>322</sup> MENEZES, Solival... Op. cit. p. 288.

querem devido à exploração mineira que por questões políticas, iriam em contraste às decisões do Conselho de Segurança das Nações Unidas.<sup>323</sup>

Há de se afirmar que se configurou uma relação familiar do mandatário com o Estado, em particular com a sua filha mais velha, Isabel dos Santos, em diversos negócios.<sup>324</sup> A associação proliferou interesses, favorecimentos e uma organização impune na região africana. A legislação angolana instaurada acerca da produção de diamantes tinha como intuito segregar e isolar a população e abranger somente aqueles membros exclusivos do sistema político, além de nepotismo e clientelismo.

Em 1999, Dos Santos criou a *Angola Selling Corporation* (ASCORP), com licença exclusiva para comercializar diamantes angolanos, enquanto o Estado detinha uma participação maioritária, Isabel (filha) e Tatiana Kukanova (ex-esposa dos Santos e mãe de Isabel) possuía 24,5% de outra empresa, Trans Africa Investment Services.<sup>325</sup> A partir disso, o governo angolano consolidou um consórcio para vendas de diamantes com a (ASCORP): a *Trans Africa Investment Services, Group Goldberg e a Leviev Wellox*.<sup>326</sup>

As três empresas representavam, respectivamente, os interesses dos negociantes internacionais de diamantes Sylvain Goldberg e Lev Leviev, assim como os de Isabel dos Santos, filha primogênita do presidente José Eduardo dos Santos.<sup>327</sup> A instituição Ascorp, promoveu uma forma aparelhada e monopolizada face à comercialização de diamantes em Angola. A postura da subsidiária ao longo do confronto armado se pautou em determinar diligências administrativas e controle da manufatura no setor de diamantes. Além de certificar todos os diamantes angolanos utilizados pela família presidencial e seus aliados, tudo isso culminou em várias manobras e suspeitas de corrupção.<sup>328</sup>

---

<sup>323</sup> MARQUES, Rafael... Op. cit. p. 33.

<sup>324</sup> Isabel dos Santos, filha mais velha do ex presidente Dos Santos, foi uma das principais beneficiárias de diversas empresas em Angola, tendo postos chaves no governo do seu pai. Ver mais em: <https://www.icij.org/investigations/luanda-leaks/how-africas-richest-woman-exploited-family-ties-shell-companies-and-inside-deals-to-build-an-empire/>

<sup>325</sup> No original: In 1999, Dos Santos created the Angola Selling Corporation (ASCORP), with an exclusive license to sell Angolan diamonds, while the State held a majority stake, Isabel (daughter) and Tatiana Kukanova (ex-wife of dos Santos and mother of Isabel) owned 24.5% of another company, Trans Africa Investment Service. FREEDBERG, S., Alecci, S., Fitzgibbon, W., Dalby D. and Reuter, D. 2020. How Africa's richest woman exploited family ties, shell companies and inside deals to build an empire. The International Consortium of Investigative Journalists (ICIJ).

<sup>326</sup> Conselho de Ministros, 2003:1439 *apud* MARQUES, Rafael... Op. cit. p. 32.

<sup>327</sup> MARQUES, Rafael... Op. cit. p. 32.

<sup>328</sup> VERDE, Rui. Isabel dos Santos e a lavagem do dinheiro dos diamantes. Disponível em: <https://www.makaangola.org/2018/01/isabel--santos-e-a-lavagem-do-dinheiro-dos> . Visto em: 08 de novembro de 2022.

E exercendo o controle sobre *diamond mining*, Isabel e seu marido Sindika Dokolo estiveram envolvidos em outras etapas da cadeia de valor de diamantes também. Dokolo queria “criar uma empresa que controlaria a economia de Angola indústria diamantífera, da mineração ao polimento e varejo.”<sup>329</sup> Em síntese, é de se observar que a legislação angolana se fundamentava a partir de ações políticas comandadas pelo mandatário José Eduardo, sendo delimitadas em torno de um quadro desordenado permeado por adversidades, corrupções e enriquecimentos próprios. Um contexto que tinha suas raízes arraigadas na Angola da época de colônia e se proliferou após a libertação do país. De tudo

A responsabilidade do Estado nos crimes que se cometem contra as comunidades locais, da indisfarçável, incompetência institucional e da apetência pelos esquemas de saque organizados por parte de algumas figuras do poder, as ações revelam aparente esquizofrenia política. Em 1991, a Assembleia do Povo admitiu o fracasso de todas as medidas tomadas pelo governo para inibir as ilegalidades da exploração do garimpo. No mesmo ano, o governo reconheceu o direito de posse e comercialização de diamantes por parte dos sujeitos de nacionalidade angolana. Essa tomada decisão demonstra, como o país encontrava com o advento-se em um período de cessar-fogo e em preparação para as eleições de 1992.<sup>330</sup>

A postura do governo angolano, após as eleições de 1992 e em 2002, com a vitória do MPLA, consolidou ainda mais a imunidade institucional concedida ao José Eduardo, que possuía a autoridade e posse dos poderes, conduzindo uma política desmoderada. Após o protocolo de Lusaka em 1994,<sup>331</sup> o setor diamantífero envolveu, mais uma vez, a quitação de poder estatal para atores não estatais, como as empresas de diamantes, *comptoirs* e PMFs, esses três elementos formaram um aparelho privatizado que desferiu um golpe final na UNITA, e restabeleceu o governo nas Lundas.<sup>332</sup>

Nos anos 2000, a atuação dos chefes militares e as instituições do alto escalão do executivo e seus familiares no negócio dos diamantes passaram a integrar a referida norma institucional, apoiando-se em capital estrangeiro. Desde então, a violência na região tem conhecido ciclos de intensidade, verificando-se um pico elevado nos últimos dois anos. Mathias advoga que o governo angolano, ao mesmo tempo, em que almejava um projeto de reconstrução

---

<sup>329</sup> FREEDBERG, S., Alecci, S... (online)

<sup>330</sup> MARQUES, Rafael... Op. cit. p. 35.

<sup>331</sup> O acordo de Lusaka foi um tratado de paz angolano de 1994, seu objetivo foi a fragmentação das Forças Armadas de Libertação de Angola (FALA) aliada ao União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). A resolução também supriu as insuficiências Acordos de Bicesse.

<sup>332</sup> No original: *The post-Lusaka politics of the diamond sector involved, once again, the discharge of state power to non-state actors – this time not only to diamond companies, but also to comptoirs and PMFs. Together, these three elements formed a privatised diamond apparatus that dealt a final blow to UNITA, and restored the private indirect government in the Lundas.* MBEMBE, Achille... Op. cit. p. 260.

via recursos estatais em todo o país, continuou a descarregar grande parte do seu poder regulatório às empresas diamantíferas da Lunda Norte e Lunda Sul, ainda que em graus diferentes.<sup>333</sup>

Com término da guerra civil angolana, o setor se consolidou como substancial para manutenção do monopólio do governo nas regiões de exploração de diamantes e em outros ramos de interesse no seio da sociedade angolana. Para o camaronês Mbembe, a privatização da violência pública e sua implantação em prol do enriquecimento privado resultou em um desenvolvimento acelerado de uma economia paralela em que grupos e atores asseguraram o seu controle e a coerção unilateral, agindo por meios ilegais.<sup>334</sup> Um contexto que se aflorou em Angola e consequentemente avançou na deterioração nos setores e grupos sociais da sociedade angolana.

## 4.2 A Odebrecht na exploração de diamantes em Angola

A historicidade da Odebrecht na execução do seu segundo empreendimento em Angola acontece quatro anos após a hidrelétrica de Capanda, em 1991. A companhia que emerge no ramo diamantífero se amparou veemente no Estado angolano, em convergência ao contexto exposto anteriormente, seus primeiros projetos no setor foram em consórcio, com o alto escalão do governo e com os generais do país, ou seja, com o MPLA, partido determinante nas políticas e demandas a exploração de diamantes no país desde a conquista da soberania em Angola. Tudo se inicia com inserção da subsidiária da empresa, a Odebrecht Mining Services, no setor diamantífero que fica nítida a volta de investidores estrangeiros na exploração de diamantes em Angola, atrelada aos meios e processos privados do Estado.

### 4.2.1 A relação da subsidiária da Odebrecht com a companhia do Estado ENDIAMA e empresas estrangeiras

A sua relação profícua com a empresa e o Estado se evidencia, em falas como as do executivo da companhia, Otacílio Carvalho, proferindo nos anos 2002 que: “ao longo dos mais de 18 anos de presença no país, a Odebrecht se consolidou como parceira do Governo na

---

<sup>333</sup> No original: *The Angolan government, while engaging in a massive project of reconstruction via state resources across the rest of the country, continued to discharge much of its regulatory power to diamond companies in Lunda Norte and Lunda Sul, albeit to different degrees.* ALENCASTRO, Mathias...Op. cit. p.330.

<sup>334</sup> No original: *the corollary of the privatization of public violence, and of its deployment in aid of private enrichment, is the accelerated development of a parallel economy on which elements of the police, the army, the customs, and the tax services try to ensure their control(...)* MBEMBE, Achille. *On the Postcolony.* Berkeley: University of California Press, 2001.p. 85.

produção de diamantes, setor em que ingressou em 1991 e que hoje representa ativos da ordem de US\$ 110 milhões”.<sup>335</sup> Conforme o periódico empresarial da Odebrecht, a própria empresa nacional de diamantes angolana Endiama, em sua busca de parceiros e conhecendo o trabalho da Odebrecht em Capanda, convidou a empresa a participar de projetos na área diamantífera.<sup>336</sup>

A ENDIAMA E.P.<sup>337</sup>, criada em 1981, nasce a partir das frações nacionalizadas pelo Estado Angolano da companhia Diamang, ela opera em território como intermediária e concessionária única no controle dos valores do setor diamantífero em Angola. No âmbito da Lei dos Diamantes n.º16/94 detém o “direito exclusivo de prospectar, pesquisar, reconhecer, explorar, tratar e comercializar diamantes em todo o território”, sendo responsável pelo desenvolvimento de parcerias com empresas internacionais na área da prospecção de diamantes.<sup>338</sup>

No ano de 1998, a EDIAMA se expandiu, possuindo uma nova empresa com o foco em viabilizar a venda de diamantes, a Sociedade de Comercialização de Diamantes de Angola (SODIAM), responsável pelo marketing, a Endiama Prospecção e Produção S.A.R.L., responsável por todas as participações da Endiama nas áreas de exploração e prospecção; e a Enditrade, responsável por todo o transporte e logística.<sup>339</sup> Com a parceria firmada pelo decreto presidencial n.º/95 em 25 em 1995<sup>340</sup>, foram investidos incipientemente US\$ 40 milhões de dólares.

A subsidiária da Odebrecht entrou com um capital de US\$ 20 milhões e a acionista fundadora, Endiama, com o mesmo valor, um fracionamento de 50%. A SMC se desenvolveu como uma *joint-venture*, ou seja, a inserção e investimentos de diversas companhias. Para cada empresa, a cota foi fatiada entre outras companhias, a Endiama possuindo participação de 32,8%, a Alrosa, mineradora estatal da Rússia (32,8%), a Drumont, braço financeiro do Grupo Leviev, de Israel (18%) e a Odebrecht (16,4%).<sup>341</sup> Segue o gráfico abaixo de forma mais ilustrativa:

<sup>335</sup> ODEBRECHT, Informa, n.º 106 • ano XXX • outubro/novembro/dezembro de 2002. p.52.

<sup>336</sup> ODEBRECHT, Informe. Ano XXII — N.º 70 JUL/AGO 95. p.20.

<sup>337</sup> Endiama tem certos empreendimentos menores em duas áreas significantes: uma participação de 30 por cento em Alpha 5—uma empresa de segurança que vigia os perímetros da maioria das instalações de diamantes e uma participação de 49 por cento na empresa aérea SAL, juntamente com a empresa aérea angolana, TAAG, que é proprietária de 51 por cento.

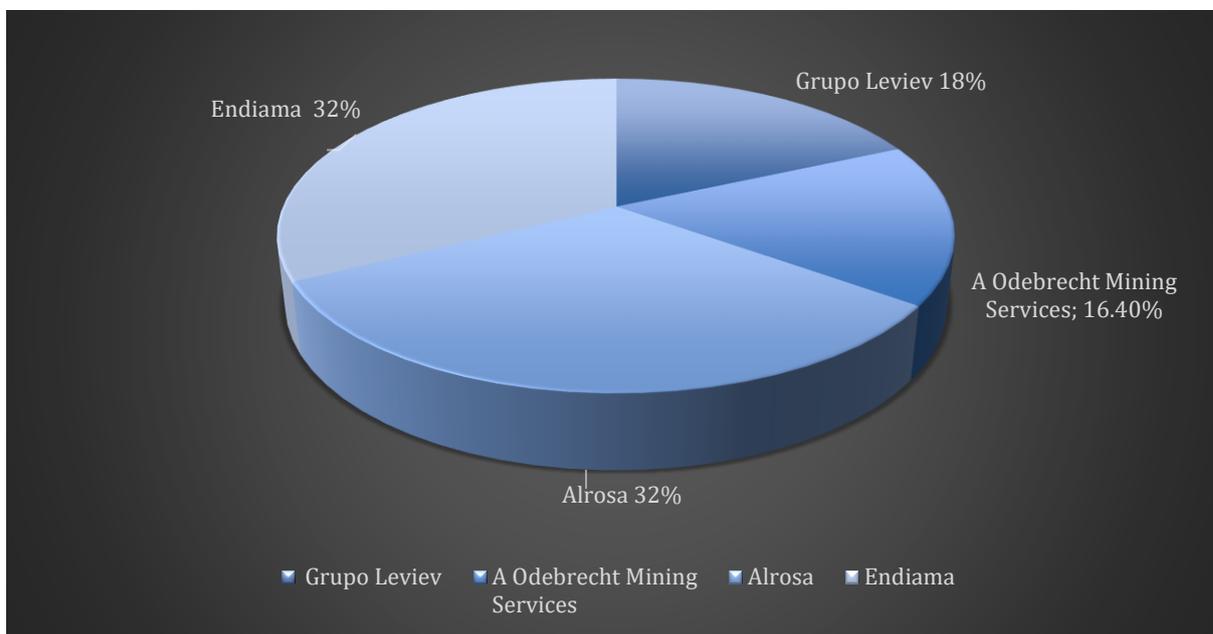
<sup>338</sup> Nascimento, Marcela Gaspar Mendes da Costa. Potencialidades da Formação Calonda no Nordeste de Angola. 2013. p.17.

<sup>339</sup> Revista anual da indústria dos diamantes. República de Angola. p.4. Disponível em: <https://impacttransform.org/wp-content/uploads/2017/09/Angola-2005-PR.pdf>. Visto em: 17/02/2023.

<sup>340</sup> Decreto: <https://apublica.org/wp-content/uploads/2016/02/scan0021.pdf> / <https://apublica.org/wp-content/uploads/2016/02/scan0022.pdf>

<sup>341</sup> ODEBRECHT, Informa, N.º 106 • ano XXX • outubro/novembro/dezembro de 2002. p.53.

Figura 11- Participação de empresas estrangeiras em parceria com a Odebrecht na mina de CATOCA



Fonte: Elaboração própria.

Essa negociação gerou o Projeto Luzamba, um contrato de prestação de serviços para prospecção e exploração de diamantes. O começo do projeto somente iria avançar se no momento tivesse uma situação apaziguada e tranquilizada para expandir as operações. A operação do Projeto Luzamba iniciou em junho de 1991 sendo interrompida pela guerra em outubro de 1992, precisando ser evacuada em razão da ocupação por forças militares da Unita.<sup>342</sup>

Em 1995, a empresa baiana, assim que firmou o contrato de Luzamba, realizou uma alteração em busca dos seus interesses na sua participação no empreendimento. A Odebrecht Mining Services Inc, companhia associada à Odebrecht, buscava estimular a Endiama, uma alteração no acordo, a ideia seria a companhia como o porte de investidora com a criação da Sociedade de Desenvolvimento Mineiro (SDM) ao invés de ser somente encarregada da construção. De forma mais detalhada, a Endiama e a Odebrecht decidiram firmar um novo acordo em que era constituída a SDM, com 50% de participação de cada empresa.<sup>343</sup> A SDM era um dos maiores projetos de mineração aluvial em Angola no início dos anos 2000.

<sup>342</sup> ODEBRECHT, Informe. Ano XXII – Nº 70JUL/AGO 95. p.20.

<sup>343</sup> ODEBRECHT, Informa, Nº 106 • ano XXX • outubro/novembro/dezembro de 2002. p.52.

Em 1998, após a região chegou a ser controlada pelo UNITA em virtude da guerra civil, o que impactou as operações da Odebrecht. No entanto, segundo o Diretor Geral da SDM na época, Eduardo de Melo Pinto “o segundo semestre de 1998 e o ano de 1999 foram períodos extremamente difíceis para as nossas operações, em função das condições de segurança. A situação só começou a melhorar a partir de 2000.<sup>344</sup> A análise que pode ser feita é que a empresa brasileira tinha uma perspectiva positiva no mercado diamantífero angolano, pois sua relação com o Estado, em especial o MPLA, foi fundamental para se introduzir no setor. A questão geradora de imbróglis e atrasos no desenvolvimento das operações tinha como palco a guerra civil entre movimentos partidários que lutavam por território e que perdurava há anos no país.

As atividades do projeto Luzamba perduraram por menos de um ano e meio, até ser alvo da Unita. Em um território com 3 quilômetros no rio Cuango, era a maior área de produção de diamantes de Angola, mostrando-se significativa fonte de divisas durante a guerra civil e consolidando a empresa brasileira não somente como aliado do governo, mas colabora na guerra. Na mesma época, relata Renato Baiardi, um membro confiança da família Odebrecht

Quando o conflito foi retomado em 1992, perguntei às autoridades locais como poderíamos apoiá-los. Eles pediram que enviássemos com urgência alimentos para a tropa e a população, especialmente de Luanda. Contratamos, então, um Boeing 747 nos Estados Unidos, que pousou em Luanda, carregado de alimentos, para atender ao pedido”, diz ele. “Esse caso é útil para demonstrar que nosso relacionamento com Angola extrapola qualquer outro, o que nos faz comprometidos e nos leva também a investir no país.<sup>345</sup>

Já nos anos 2000, a SDM atingiu o ponto de equilíbrio, o momento em que as projeções passaram a indicar resultados financeiros positivos. As perspectivas para 2002, segundo o planejamento do diretor Melo Pinto, apontavam para um ano de resultados com receitas brutas da ordem de US\$ 85 milhões.<sup>346</sup> Cabe salientar que no mesmo ano havia um acordo em vigência para decretar a paz permanente em Angola, sendo crucial para o retorno do empreendimento no Rio Cuango, no qual a empresa centralizou seus esforços nos estudos de geologia na região. O projeto naquele período era composto por aproximadamente 1.143 operários, dos quais 1.019 são angolanos, 537 da área do Cuango, os demais foram transferidos de outras províncias, além dos estrangeiros, entre eles 46 brasileiros.<sup>347</sup>

Segue abaixo um croqui da localização da exploração de diamantes da SDM, a parte mais atingida do mapa é onde se localiza a exploração da Endiama (cuango). E a parte mais

---

<sup>344</sup> ODEBRECHT, Informa, Nº 106 • ano XXX • outubro/novembro/dezembro de 2002. p. 52.

<sup>345</sup> VIANA, NATALIA; Capai, Eliza. Op. Cit. Online.

<sup>346</sup> ODEBRECHT, Informa, Nº 106 • ano XXX • outubro/novembro/dezembro de 2002. p. 52.

<sup>347</sup> Ibidem.

acima se tem a SDM, a companhia assumiu as antigas operações de Luzamba abandonadas em 1992, na região de Lunda Norte, numa área, de mais de 3 mil km<sup>2</sup>, foi durante anos o segundo maior produtor de diamantes de Angola.

Figura 12- localização da área de exploração de diamantes da SDM:



Fonte: agência pública.

Na visão unilateral da companhia, mesmo com conflitos, Luzamba teria sido assertivo. A postura positiva resultou no surgimento de um novo consórcio chamado a Sociedade Mineira de Catoca (SMC), uma cooperação entre a Odebrecht, a Endiama e outras empresas no projeto Catoca. A região conquistada depois de uma operação de guerra onde a Odebrecht se aliou a forças militares para ocupar a mina, a SMC operou durante quase uma década como uma fortaleza, em completa autonomia em relação ao resto da província.

De um modo geral, pode-se analisar que Catoca e SDM nos anos 2000 teve uma participação expressiva na exploração de diamantes, abaixo como podemos ver na tabela, em comparação com as outras minas, ficavam bem mais abaixo no que tange a produção anual, ao observar podemos ver como a mina de Chitolo e Lucapa ficavam abaixo de um milhão de quilates extraídos na mina. Tudo isso, devido a participação e investimentos de companhias estrangeiras e o sustentáculo governamental, além da tecnologia em uma região que detinha muita escassez.

Tabela 5 - Produção de diamantes por mina 2001 – 2004 (em quilates)

<b>Mina</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004 estimativas</b>
<b>Catoca</b>	2 625 264	2 890 798	3 160 409	3 200 000
<b>SDM</b>	419 045	383 756	612 691	680 000
<b>Chitolo</b>	233 930	276 781	332 134	-
<b>Lucapa</b>	69 306	76 410	69 159	-

Fonte: Elaboração própria/ Revista anual da indústria dos diamantes 2005. Endiama (2001-4); os números de 2004 são estimativas, as exportações confirmadas do mercado formal até outubro de 2004 eram 4 376 339 quilates.

Diante da parceria a Sociedade Mineira de Catoca, o presidente do Conselho de Administração da Endiama, Ganga júnior recordou que

[...] a empreiteira brasileira “surgiu na sociedade de mineração de diamantes em Angola a convite das autoridades angolanas”, e destacou que “o Brasil está muito bem implantado empresarialmente em Angola, na construção civil, nas tecnologias de informação, no comércio, enfim, contamos com o Brasil em várias atividades”.<sup>348</sup>

Ademais expõe as seguintes considerações como forma demonstrar que a companhia tinha um potencial no ramo diamantífero

“Foi uma pena, conforme disse, nós convidamos a Odebrecht para integrar o projeto [de mineração de diamantes em Angola] exatamente pelo reconhecimento de sua tecnologia empresarial [...], mas quem sabe, outras oportunidades existirão para empresas brasileiras e, aliás, estamos abertos para negócio.”<sup>349</sup>

<sup>348</sup> BRASILMING. Antiga parceira da Odebrecht, mineradora de diamantes de Angola avança nos negócios com Rússia. Disponível em: <https://brasilminingsite.com.br/antiga-parceira-da-odebrecht-mineradora-de-diamantes-de-angola-avanca-nos-negocios-com-russia/>. Acesso em: 27 dez. 2023.

<sup>349</sup> Ibidem.

Catoca é a quarta maior mina do mundo de exploração ao ar livre e a maior empresa do subsetor de diamantes em Angola, sendo responsável pela extração de mais de 75% dos diamantes angolanos.<sup>350</sup> O fito do empreendimento de Catoca localizado em Lunda Sul se concentra na prospecção do kimberlito, sendo a rocha matriz do diamante. Sua matéria-prima é transferida para um tratamento e processada, resultando na restauração dos diamantes. Seria uma nova operação em uma região com grande importância para Angola no setor diamantífero.

As operações começaram a ser realizadas em 1997, posteriormente as instalações e estruturas-base para iniciar a exploração. Conforme o periódico informativo da empresa indica, havia um Centro de Formação Profissional de Catoca e um quantitativo no empreendimento, aproximadamente 2.000 integrantes dos três países sócios. Era um projeto bem grandioso, em que se tinha uma área de 64 hectares e um diâmetro na superfície de 900m.<sup>351</sup>

No contrato, o projeto foi dividido em etapas. Na primeira, a mina teria um prazo de quase uma década de execução. Na segunda fase, seria de aproximadamente cinco décadas operando em Catoca. Uma estimativa temporal que não aconteceu, em 2017 a Sociedade Mineira de Catoca efetiva a venda da participação da Odebrecht no consórcio. A causalidade para ceder a sua quota seria em razão dos processos judiciais, no âmbito da Lava Jato.<sup>352</sup>

A venda foi aprovada pelo presidente João Lourenço e negociada com os russos por 140 milhões. A região, assim que foi analisada, indicaram que a mina teria um potencial de 185 milhões de quilates (um quilate é igual a um quinto de grama) e estariam avaliadas em aproximadamente US\$ 11 bilhões. Somente em 2001, o consórcio obteve um lucro de US\$ 38 milhões com um faturamento de quase US\$ 170 milhões.<sup>353</sup> Em 2014, a lucratividade da mineradora foi de US\$ 126 milhões.

De um modo geral, pode-se analisar que Catoca e SDM nos anos 2000 teve uma participação expressiva na exploração de diamantes, abaixo como podemos ver na tabela, em comparação com as outras minas, ficavam bem mais abaixo no que tange a produção anual, ao observar podemos ver como a mina de Chitolo e Lucapa ficavam abaixo de um milhão de quilates extraídos na mina. Tudo isso, devido a participação e investimentos de companhias estrangeiras e o sustentáculo governamental, além da tecnologia em uma região que detinha muita escassez.

---

<sup>350</sup> Ver mais em: <https://www.catoca.com/visao-global-do-kimberlito-catoca/>

<sup>351</sup> ODEBRECHT, Informa, Nº 106 • ano XXX • outubro/novembro/dezembro de 2002. p.53

<sup>352</sup> DIAMANTES: Odebrecht venderá a sua participação na Sociedade Mineira da Catoca, a 4ª maior mina do mundo. Novo Jornal. [S.L.], ago. 2017. Disponível em: <http://novojournal.co.ao/economia/interior/diamantes-odebrecht-vai-vender-a-sua-participacao-na-sociedade-mineira-da-catoca-a-4a-maior-mina-do-mundo-40905.html>. Acesso em: 4 out. 2020.

<sup>353</sup> ODEBRECHT, Informa, Nº 106 • ano XXX • outubro/novembro/dezembro de 2002. p.53.

A área diamantífera detinha uma produtividade a partir do trabalho manual e de forma rústica. Isso se sucedia, pelo fato de as rochas de diamantes estarem bem na parte superior das jazidas, facilitando sua remoção. Além disso, o próprio Ministro José Dias acrescenta que os recursos naturais de Angola estão praticamente inexplorados, as prospecções no setor mineiro são muito embrionárias e no caso específico dos diamantes, desde 1974 quase não foi realizado qualquer trabalho sistemático de geologia.<sup>354</sup>

O governo imposto, juntamente com as forças militares, necessitava de um suporte para promover a infraestrutura do país, bem como de operações e investimentos na concretização dos empreendimentos. A Endiama, totalmente controlada pelo governo, não possuía *know-how* e competência produtiva, além de não conter uma tecnologia propícia para atuação no setor de minérios. Além da carência de financiamentos e outras deficiências basilares para suas operações. Diferentemente da década de 1980, quando Angola estava imersa em uma nacionalização, revertida em recessões e dependência externa.

Na década subsequente, se emergiu uma economia de mercado florescida em um empresariado nacional privado repleto de contrariedades e sustentada pelo setor externo. Percebe-se a inserção da Odebrecht no setor diamantífero e, eventualmente, em outras atuações, pode ser compreendida como uma investida do Estado angolano para reconstituir a governança e o controle do país privadamente via empresas e capital privado estrangeiro, presa à dependência, com resquício da guerra e do jugo colonial e instabilidade econômica. Face ao exposto, semelhantemente para o pensador africano Achille Mbembe

O estado pós-colonial detém obrigações que são cada vez mais desempenhadas por empresas privadas para fins privados, os mesmos não têm capacidade econômica (...) a violência da guerra e o controle dos meios de coerção pesam decisivamente hoje na organização das sociedades pós-coloniais. Onde acontece, a guerra provoca um rearranjo dos modos como território e povo são administrados, bem como uma transformação da forma como os recursos são aproveitados e distribuídos, do quadro em que os litígios são resolvidos. Essas novas formas de controle não apenas obscurecem as supostas relações entre cidadania e democracia; eles de fato incapacitam setores inteiros da população politicamente.<sup>355</sup>

Além disso, Mbembe reflete, de uma maneira geral, que o processo pela centralização e o predomínio privado nos meios de coerção se fomentou num cenário histórico delimitado

<sup>354</sup> ODEBRECHT, Informe. Ano XXII – Nº 70JUL/AGO 95. p.20.

<sup>355</sup> No original: *The violence of war and control of the means of coercion weigh decisively today in the organization of postcolonial societies. Where it happens, war provokes a rearrangement of the ways territory and people are administered, as well as a transformation of the ways resources are tapped and distributed, of the framework in which disputes are settled. These new forms of more or less total control not only blur the supposed relationship between citizenship and democracy; they in fact incapacitate whole sections of the population politically Mbembe, Achille... Op. cit. p.88.*

tanto pelas insuficiências estruturais dos estados pós-coloniais, déficits econômicos, a partir de diversas dívidas e pela desregulamentação internacional dos mercados. A Odebrecht, com os projetos de exploração de diamantes e a construção de Capanda, veio a se tornar um sustentáculo para o governo de Angola, gerando, assim, o início de uma confiança e vantagens para o Estado. A aquisição da Odebrecht para explorar Catoca foi consideravelmente estratégica, tendo como resultado a reconstituição e produtividade após o afastamento da Unita da área que era o seu meio para financiar a guerra com a receita vinda dos contrabandos da produção de diamantes.

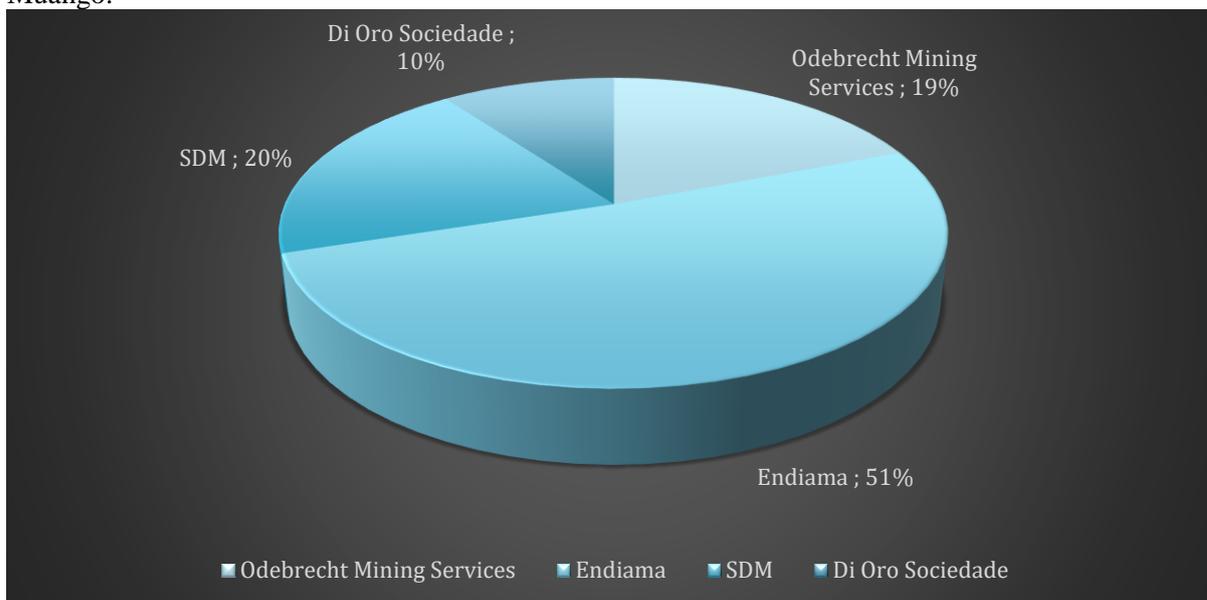
Posto isto, é cristalizado uma relação entre a família do presidente e a Sociedade Mineradora de Catota e, posteriormente, com a Odebrecht. A empresa responsável pela venda dos diamantes extraídos no mercado internacional, a Lev Leviev que era membro do consórcio da (SMC), manteve durante anos diferentes parcerias com as empresas ligadas a Isabel dos Santos, filha do mandatário de Angola. No fim dos anos 90, emerge uma subsidiária ligada à (SMC), a chamada Sociedade de Comercialização de Diamantes de Angola (SODIAM), cujo objetivo era complementar a ausência de inspeção e negociação das vendas de diamantes.

Em outro investimento, o Projeto de Muango, a subsidiária da Odebrecht estabeleceu um acordo em 2005, com membros da família do presidente. Foi desenvolvido um consórcio com a participação da empresa dos dois filhos do presidente angolano e do genro, na qual a Odebrecht Mining Services fazia parte com (19%), a estatal Endiama (51%), junto da empresa Di Oro Sociedade (10%) dos filhos e a SDM (20%).<sup>356</sup> Segue abaixo o gráfico da participação das companhias no projeto de Muango:

---

<sup>356</sup> VIANA, NATALIA; Capai, Eliza. Op. Cit. Online.

Figura 13- Participação de empresas estrangeiras em conjunto com a Odebrecht no projeto de Muango:



Fonte: Elaboração própria.

Conforme o decreto, a OMSI, estaria sujeita, a transferir para o consórcio todos os dados geológicos, prospecção e pesquisas, realizar por sua conta o risco dos investimentos para execução das operações, com um valor inicial junto com a SDM de 10 milhões de dólares.<sup>357</sup> A Odebrecht chegou a participar da associação com a Endiama, na mina de diamantes do Luaxe, no território de Lunda Sul. A Odebrecht tem 7,5% das ações. Luaxe, considerada a maior mina de kimberlito do mundo, fica a apenas 20 quilômetros de Catoca.<sup>358</sup>

A relação entre o governo e as empresas estrangeiras se intensificariam, ainda mais, devido à regulamentação do País. A partir da Lei n.º 14/15<sup>359</sup>, de 11 de agosto de 2015, conhecida como (Lei do Investimento Privado), expressa que todas as empresas estrangeiras tinham que possuir um sócio nacional, ou seja, para ter sua inserção e operação em solo angolano, havia a necessidade de haver um descendente de Angola ligado ao empreendimento. Essas chamadas parcerias obrigatórias, impondo que, pelo menos, 35% do capital social seria de sociedades majoritariamente conduzidas por cidadãos angolanos.<sup>360</sup>

Além disso, devendo atuar expressivamente na manutenção das empresas, agindo como fio condutor juntamente com as empresas estrangeiras em diversos ramos como a própria

<sup>357</sup> DIÁRIO DA REPÚBLICA: Decreto oficial da República de Angola I- Série -º 105. Disponível em: [publica.org/wp-content/uploads/2016/02/Projecto-Muanga-15853.pdf](http://publica.org/wp-content/uploads/2016/02/Projecto-Muanga-15853.pdf)

<sup>358</sup> VIANA, NATALIA; Capai, Eliza. Op. Cit. Online.

<sup>359</sup> Ver mais em: Lei n.º 14/15, de 11 de agosto de 2015, publicada no Diário da República de Angola, I Série, n.º 115.

<sup>360</sup> VALE, Sofia Vale (org). Revista de direito comercial. In: As empresas no Direito Comercial angolano: o que há de novo em 2017? Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, Luanda. 2017. p. 555.

construção civil e no ramo diamantífero. Face à exposição acerca dessa relação vultosa do governo angolano centralizador do setor privado, fica nítido como a Odebrecht é um exemplo nítido da exploração de diamantes e nas estratégias do Estado como ela é a base na captação de receitas da mineração artesanal de diamantes, e como a Odebrecht canalizou as receitas dos diamantes para o governo. Essa característica na qual as instituições públicas, enquanto sistemas estáveis, são substituídas por círculo de lealdades, o Estado se transforma em um meio informal e as redes de poder foram personalizadas.<sup>361</sup>

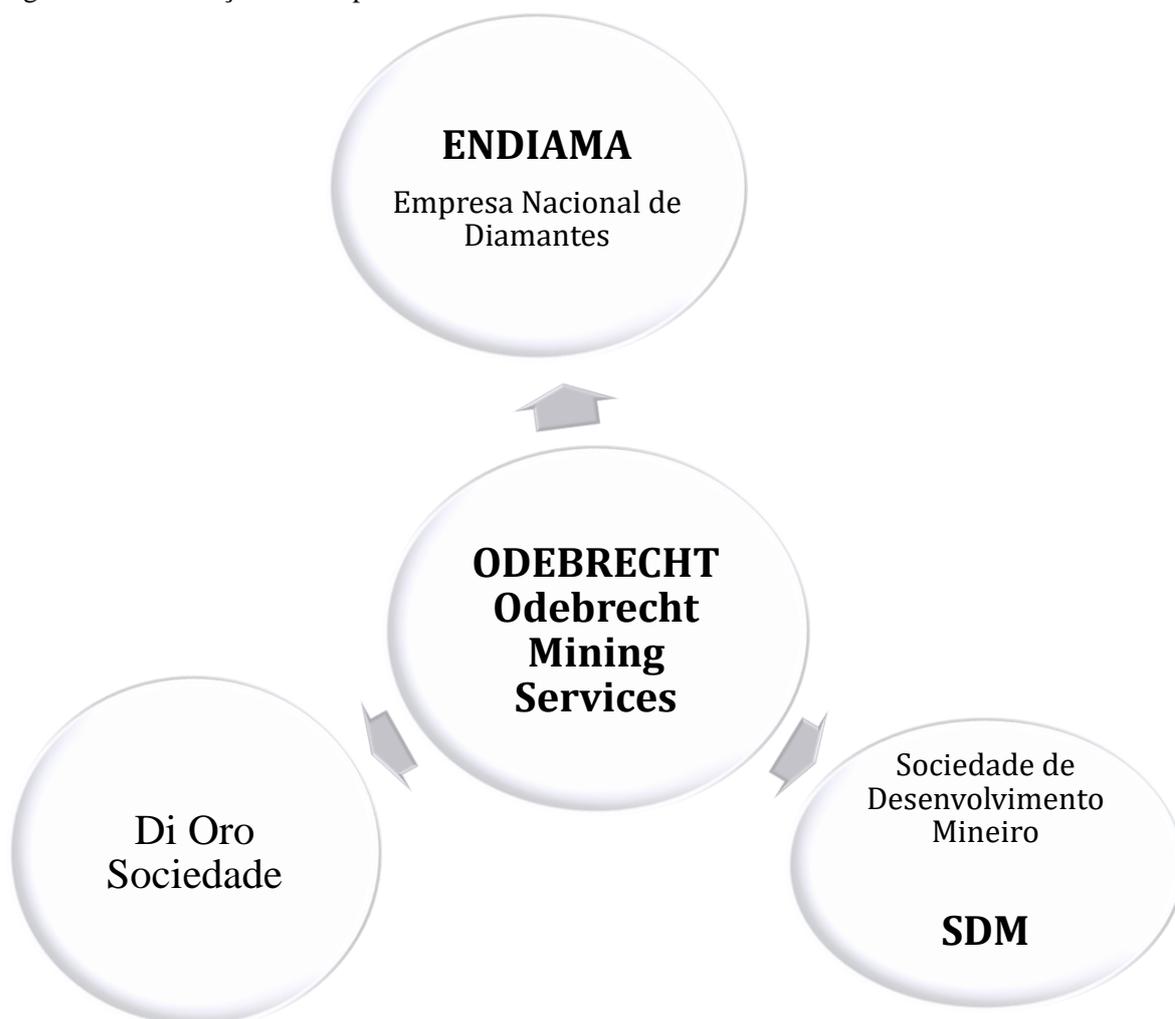
Por fim, podemos analisar, mais uma vez nessa seção, uma forte conexão mais do que somente empresarial com o país africano. Percebe-se a partir dos fatos expostos uma forte familiaridade, como a hidrelétrica com o poderio militar e, dessa vez, ligações com membros da família do presidente José Eduardo. Ademais, averígua-se que a companhia tem mais do que um vínculo empresarial, desde a primeira parte exposta, entende-se que a Odebrecht em todos os seus empreendimentos foi se tornando base de apoio do país.

Abaixo, exponho de forma sistemática as relações da empresa Odebrecht no ramo de diamantes. Como vimos ao longo do capítulo, a trajetória da companhia começa com a Ediam, cujas origens remontam à companhia Diamang, primeira companhia do país que atuou durante o período colonial, ficou conhecida por sua prática de trabalho forçado e segregação racial no que ficou conhecido como Dundu. Posteriormente, surge a Endiam, empresa estatal, que inicia as primeiras negociações com a subsidiária da Odebrecht no projeto Luzamba. E que veio em pouco espaço de tempo, estabelecer conexões com empresas associadas à família de Santos, como a Di Oro Sociedade. A participação em consórcios também é notável, como evidenciado pela presença na Sociedade de Desenvolvimento Mineiro (SDM) e na Sociedade Mineradora de Catota.

---

<sup>361</sup> FRANCISCO, João...Op. Cit. p.92.

Figura 14 - As relações da empresa Odebrecht no ramo de diamantes.



Fonte: Elaboração própria.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se, com a presente dissertação, demonstrar a forma organizativa e a estruturação do grupo empresarial Odebrecht com o governo angolano, especialmente por meio dos contratos concebidos no ramo diamantífero do país africano. Para chegar ao objetivo, elencamos ao longo do trabalho, o processo histórico da companhia, a arquitetura governamental de Angola administrada pelo MPLA, a política externa brasileira face Angola e a configuração histórica da indústria diamantífera angolana e suas adversidades.

Diante disso, o estudo enfatizou o intervalo de tempo, entre os anos 80 quando a empresa aterrissa no território angolano, a partir do contrato da hidrelétrica de Capanda aos anos 2000, período em que a empresa obteve êxitos em contratos, como por exemplo, Luzamba e participação no setor de diamantes com outras companhias estrangeiras. Contudo, também foram expostos momentos anteriores ao período selecionado como forma de dar mais lucidez, arcabouço histórico a pesquisa.

No âmbito da problematização da pesquisa, buscamos como reflexão crítica e o debate em torno da conjuntura histórica da internacionalização de uma empresa brasileira em Angola. Nesse cenário, foi averiguado um país cheio de vulnerabilidades, recém liberto do domínio colonial em 1975 e uma administração política fragilizada e em transição devido aos resquícios ainda do antigo império colonial. Além de um reavivamento da guerra civil nos 90 por diversos movimentos, destacando o MPLA, FNLA e a UNITA, para ter o controle do país. Ao mesmo tempo, procuramos respostas acerca do modelo organizacional da companhia brasileira para conquistar poder e a coerção do Estado angolano, cuja nossa hipótese é que a Odebrecht com o seu histórico empresarial no Brasil e suas relações com o Estado, com facilidade se atrelou obtendo uma expressiva fidelidade e regalias do governo vigente e de outras entidades, atuando e se associando em diversos setores determinantes de Angola entre eles: a exploração de diamantes.

No desenrolar da pesquisa é perceptível que todo esse processo se configurou como um momento *sui generis* e simultaneamente muito estratégico. Ou seja, uma empresa de engenharia brasileira, tendo ciência que o seu campo de expertise é a construção pesada, ou seja, projetos de obras de grande porte e escala como estradas, pontes e hidrelétrica, entre outras iniciativas de infraestrutura que necessitam maquinários e *Know kow* especializados para serem realizados. Ela veio fazer parte de um mercado totalmente distinto da sua área de atuação. Isso evidencia como empresas com um poderio político e econômico amparada pelo Estado consegue se alastrar em setores chaves seguidas de privilégios por parte do governo daquele país.

Considerando que a empresa baiana, detentora de um monopólio capitalista, desde a sua origem na Bahia tendo forte relações com os agentes estatais e essência um produto da ditadura civil-militar brasileira internacionaliza suas ações e *modus operandis* em Angola.

Além de estudar a Odebrecht, objetivou-se pontuar características do governo Movimento Popular de Libertação de Angola, organização cuja companhia brasileira veio a criar um vínculo. A agremiação surgida por intelectuais angolanos, teve um passado conturbado devido as inúmeras batalhas vividas para conseguir a libertação do seu povo e sendo fragilizada pela dominação de Portugal. Com a conquista da soberania e a administração pública de Angola, vivenciava naquele período diversas transformações, como a inserção do socialismo advindo de Cuba e da URSS apoiado por uma planificação centralizada, adotando o controle funções econômicas do país e a nacionalização de diversas empresas.

É interpretado por diversos autores acerca da temática que a implementação do regime obteve diversos impasses em Angola. O longo período das amarras e vestígios enraizados do jugo português, resultou em uma dependência do capital estrangeiro, uma população com diversos problemas sociais e uma gerência política do MPLA com inúmeros reveses, tendo a controle das entidades e instituições do país, que mudou para o regime de economia de mercado após o fim da Guerra fria. Uma das causas, além da crise econômica, foram as deficiências nos programas sociais, associadas à emergência de novos grupos de interesse decorrente da concentração de poder do Presidente Eduardo dos Santos. Este governo cultivou laços estreitos com a Odebrecht, o que se evidencia nas parcerias em obras, setores, até mesmo no âmbito político, como apoio durante a guerra civil nos anos 90 e no mercado diamantífero.

Exposto isso, trouxemos diversas referências demonstramos de maneira sistemática o avanço da companhia no âmbito empresarial brasileiro e os seus interesses desde o ciclo regional ao processo de diversificação, tendo como intento compreender como se deu o crescimento ao longo dos anos. Diante disso, vimos o tamanho que a Odebrecht advinda de uma “linhagem patronal”, atingiu desde a sua trajetória em seu primeiros contratos nos anos 30, perpassando pela criação da construtora Norberto Odebrecht e as relações com agentes e entidades, como por exemplo, DNOCS, a Chesf, a BNB, a Petrobras e a SUDENE, do Estado entre os anos 40 – 50, gerando assim sua acensão dentro da região do Nordeste

E posteriormente, vivenciando uma virada de chaves, se tornando um “produto da ditadura civil-militar”, em meado de 70, obtendo credibilidade e uma amplitude política e econômica de maneira relevante tendo o sustentáculo dos governos militares, se expandindo, apesar do segmento da construção civil perpassar por um momento de recessão com paralisação de obras nos anos 80, diversificou-se em outras áreas e se abrangeu em outros países a partir da

internacionalização. Em suma, nessa época a companhia angariou uma posição respeitável no setor, se consolidando como uma das maiores companhias no final do período civil-militar.

Destacamos também, o processo contratual da hidrelétrica de Capanda. Para isso, buscamos trazer à tona, como forma de contextualizar, elementos do reavivamento da política externa brasileira para África, em especial a postura do Brasil frente à luta pela libertação nacional no que tange o caso de Angola. Como já supracitado, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a nação africana em uma posição ímpar em 1975. Sendo o advento para as novas relações políticas e econômicas entre Brasil e a região angolana e o acesso para as empresas brasileiras na região, como foi o caso da companhia da Odebrecht nos anos 80, sendo uma das primeiras empresas do Brasil em Angola e ao longo dos anos, se mantendo no posto de uma das maiores companhias privadas no continente africano.

Esse processo histórico da política externa brasileira para os países africanos durante os governos militares de Geisel, a força motriz foi examinar o comportamento do Brasil ao longo desse período perante a independência de Angola. Convém resgatar que o governo Geisel adotava uma abordagem multilateral, afastando-se gradualmente das políticas anteriores e não se limitando apenas à perspectiva ideológica. Isso se manifestou na busca por novos parceiros econômicos, incluindo países que não estavam alinhados com os Estados Unidos e o eixo Norte.

Ademais, destacamos as vivências e as narrativas dos primeiros funcionários e dirigentes da empresa atuando em terra angolana, elencando especificidades da obra. Juntamente isso, foi crucial elencar as principais entidades do Estado que ampararam e desempenharam um papel para promover a internacionalização e toda tratativa da Odebrecht em Angola. Um detalhe a ser destacado é que esta foi uma das obras realizadas no exterior na época e com o maior valor de financiamento em parceria com o Estado brasileiro. Além disso, houve a participação de outras instituições, como o Ministério das Relações Exteriores em conjunto com o governo militar, o Banco do Brasil, por meio do CACEX, que operava os financiamentos para os contratos de obras fora do país e também entidades especializadas como a Furnas e a Petrobras.

Ainda dissecamos a inserção Odebrecht no setor diamantífero e detalhamos os seus projetos juntamente ao governo. Nesse sentido, a hipótese que trabalhamos foi a que o governo angolano prendido no legado histórico colonial com diversas insuficiências na exploração de diamantes e a forte relação consolidada com o MPLA, foram essenciais para que a Odebrecht alcançasse um oportunidades no ramo diamantífero de Angola. Explicamos os aspectos históricos da extração de diamantes na região que se inicia a partir do jugo colonial português em Angola, passa pelos pós libertação angolana, durante a guerra civil nos anos 90 e vai até os dias atuais com as políticas econômicas de mercado.

Nesse período, a Odebrecht inicia no projeto Luzamba seu segunda empreendimento em Angola e funda até mesmo uma subsidiária da empresa, a Odebrecht Mining Services, com ênfase no mercado diamantífero. A companhia percebe a necessidade e um futuro nesse novo negócio. A Odebrecht Mining Services Inc, estabeleceu outros contratos entre eles com a Endiama, surgindo assim a Sociedade de Desenvolvimento Mineiro (SDM). A companhia participou de mais consórcios como mencionado ao longo do último capítulo.

Em síntese, a dissertação teve como objetivo analisar um tema pouco explorado na historiografia brasileira contemporânea, desviando um pouco do comum e expondo a vivência de uma das maiores companhias do empresariado brasileiro atuando em outro país, além de analisar um ramo pouco esmiuçado e com poucas fontes para investigação. O ramo diamantífero, é somente um dos setores que a Odebrecht veio a exercer atividades em Angola. Há outros setores que demonstram a companhia como um expoente em atuação, como por exemplo, o mercado imobiliário e empreendimentos comerciais que se diferenciam do padrão de infraestrutura da companhia. Além disso, tem outros questionamentos que podem ser debatidos como os impactos ambientais e trabalhistas decorrentes dos empreendimentos da companhia em Angola, que não é tão discorrido.

## REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Mathias. Diamantes, desenvolvimento e conflito: o papel do setor mineiro na política de estado e de guerra no Estado Colonial Tardio de Angola, 1961-1974. **Revista de História**, [S. l.], n. 178, p. 1-27, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/143722> . Acesso em: 30 out. 2022.

ALENCASTRO, M. Política dos diamantes em Angola durante a primeira era colonial: as relações entre o estado e a Diamang 1917-1961. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 57, 2018. DOI: 10.9771/aa.v0i57.26074. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/26074>. Acesso em: 7 nov. 2023

ALENCATRO, Mathias Jourdain. Diamond Politics in the Angolan Periphery: Colonial and Postcolonial Lunda 1917–2002. Tese de doutorado. University of Oxford, 2014.

ÁLVARES, Cintia Vera. Reflexões sobre o surgimento da Política Externa Independente na gestão de Jânio Quadros In: DANESE, Sérgio França. Ensaio de História Diplomática do Brasil (1930-1986) **Cadernos do IPRI** n°2. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG), 1989.

ANGOLA, Jornal. **Diamantes: A indústria continua viva**. Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/diamantes-a-industria-continua-viva/>. Acesso em: 26 out. 2022.

A ORGANIZAÇÃO, global. **Odebrecht informa**, Rio de Janeiro, n.61, Jan – fev 1994, p. 23-30 Apud SANTANA, Ivo. A experiência empresarial brasileira (1970-1990). Salvador: Ponto e vírgula publicações, 2004. p. 114.

BOITO Jr, Armando. Dossiê: Neoliberalismo e lutas sociais no Brasil. In: COLETTI, Claudinei; GALVÃO, Andréia; TRÓPIA, Patrícia Vieira; ZARPELON, Sandra, Regina;(orgs.). **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas** (UNICAMP), 2002. p. 20.

BRASILMING. Antiga parceira da Odebrecht, mineradora de diamantes de Angola avança nos negócios com Rússia. Disponível em: <https://brasilminingsite.com.br/antiga-parceira-da-odebrecht-mineradora-de-diamantes-de-/angola-avanca-nos-negocios-com-russia/>. Acesso em: 27 dez. 2023.

BRASKEM. A nossa história. Disponível em: <<https://www.braskem.com.br/historia> > Acesso em: 16 de abr. de 2023.

Cabinda Gulf Oil Company Limited 2008 Corporate Responsibility Report. Disponível em: <https://angola.chevron.com/-/media/angola/publications/documents/2008-CABGOC-corporate-responsibility-report-english.PDF>. Acesso em: 14 de dezembro 2022.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **A Ditadura dos Empreiteiros**: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964 -1985. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação de História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012. p. 114.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Estranhas Catedrais...op. cit. p. 65 apud CHAVES, Marilena. A indústria da construção pesada no Brasil: Desenvolvimento, estrutura e dinâmica. Dissertação (Mestrado em Economia Industrial). Rio de Janeiro: UFRJ, 1985. p. 1 -28.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. O voo do Ícaro: a internacionalização das construtoras brasileiras durante a ditadura empresarial — militar (1968–1988). Jundiaí–SP: Paco Editorial, 2022. p. 60-61.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Os Camargo, os Andrade e os Odebrecht: as grandes famílias brasileiras da construção civil. In: Pedro Henrique Pedreira Campos; Rafael Vaz da Motta Brandão(org.). **Os Donos do Capital**: a trajetória das principais famílias empresariais do capitalismo brasileiro. Ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2017, p. 24.

CHAVES, Marilena. **A indústria da construção no Brasil**: desenvolvimento, estrutura e dinâmica. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia Industria, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 1985, p. 136.

CINTRA, Tatiana. Rumo à África. Editorial Magazine, [S.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20131203001531/http://www.revistaconstrucaoenegocios.com.br/materias.php?FhIdMateria=277>. Acesso em: 31 jan. 2024.

CORRÊA, André Rodrigues; CASTRO, Douglas. Transnacionalismo e Paradiplomacia nas relações econômicas Brasil Angola: o caso da construção de Capanda pela Construtora Odebrecht. In: **AUSTRAL: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**. Rio Grande do Sul, v.5, n.9, jan./jun. 2016. p.281.

COUTINHO, Isadora. Após quatro décadas, Petrobras encerra atividades no continente africano. Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, 2020. Disponível em: <https://ineep.org.br/apos-quatro-decadas-petrobras-encerra-atividades-no-continente-africano/>. Acesso: 30 de set. 2022.

COUTINHO, Nelson Coutinho; NOGUEIRA, Marco Aurélio e HENRIQUE, Luiz Sérgio. **Cadernos do Cárcere**: Notas sobre o Estado e a Política. Volume 3: 11ª Edição. Rio de Janeiro: Civilizaçã Brasileira, 2017.

CUNHA, Sílvio Humberto dos Passos. AS RELAÇÕES ECONÔMICAS BRASIL – ANGOLA (1975-1988). **Caderno CRH**, Salvador, n. 36, p. 137-164, jan./jun. 2002. p. 153.

DANTAS, San Tiago. **Política Externa Independente**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. Edição atualizada. p. 16.

DIAMANG - COMPANHIA DE DIAMANTES DE ANGOLA. 2011. Universidade de Coimbra. Disponível em: <https://www.diamangdigital.net/index.php?module=content&id=2>. Acesso em: 15 nov. 2023

DIÁRIO DA REPÚBLICA: Decreto oficial da República de Angola I- Série -º 105. Disponível em: [publica.org/wp-content/uploads/2016/02/Projecto-Muanga-15853.pdf](https://publica.org/wp-content/uploads/2016/02/Projecto-Muanga-15853.pdf). Acesso em: 20 de novembro de 2023.

DIAMANTES: Odebrecht venderá a sua participação na Sociedade Mineira da Catoca, a 4ª

maior mina do mundo. Novo Jornal. [S.L.], ago. 2017. Disponível em: <http://novojornal.co.ao/economia/interior/diamantes-odebrecht-vai-vender-a-sua-participacao-na-sociedade-mineira-da-catoca-a-4a-maior-mina-do-mundo-40905.html>. Acesso em: 4 out. 2020.

D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (org). **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1 de jan. 1997.

DIAS, Susana. Exploração de diamantes gera conflito cultural. **Cienc. Cult.** [online]. 2005, vol.57, n.3, p.16-17.

DUCHIADE, André. Documentos do chanceler de Figueiredo mostram independência frente aos EUA em meio a crises. **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 de jul. 2019. Mundo. Disponível em:

FERRAZ FILHO, Galeno Tinoco. **A Transnacionalização da Grande Engenharia Brasileira**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas. 1981.

FILHO, Pio Penna. LESSA, Antônio Carlos Moraes. O Itamaraty e a África: as origens da política africana do Brasil. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 39, p. 57-81, mar. 2007. ISSN 2178-1494. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2561> Acesso em: 20 out. 2020.

FRANCO, Alvaro da Costa (Org.). **Documentos da política externa independente**. Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. p. 184.

FREYRE, Gilberto. **Novas Leituras do Outro Lado do Atlântico**. Organizado por Marcos Cardão e Cláudia Castelo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015. 216 p. (Ensaio de Cultura; 56).

FREYRE, Gilberto. **Novas Leituras do Outro Lado do Atlântico**. Organizado por Marcos Cardão e Cláudia Castelo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015. 216 p. (Ensaio de Cultura; 56).

GASPAR, Malu. **A organização: a Odebrecht e o esquema de corrupção que chocou o mundo** / Malu Gaspar. — 1ª ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

GONÇALVES, Williams da Silva; MIYAMOTO, Shiguenoli. Os militares na política externa brasileira. In: Estudos Históricos. Vol. 6, no 12. Rio de Janeiro: FGV, 1993. p.237. *Jornal Observador*. Disponível em: <https://observador.pt/especiais/diamang-100-anos-da-maior-empresa-imperio-portugues-racismo-abusos-e-trabalhos-forcados/> visto em: 29/10/2022.

LAFER, Celso. **Relações internacionais, política externa e diplomacia brasileira**. Volume I. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG), 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/documentos-do-chanceler-de-figueiredo-mostram-independencia-frente-aos-eua-em-meio-criises-23788466> Acesso em 20 de out. 2020.

JORGE, Nedilson (Org.). **História da África e relações com o Brasil**. Brasília: FUNAG, 2018.

JORNAL ANGOLA, Capanda aposta nos jovens para levar luz às populações. Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/detalhes.php?id=253059>. Visto em: 15 de nov, 2022.

KIMBERLY, Process. **Relatório Anual**. De Angola em 2020. Disponível em: <https://www.kimberleyprocess.com/en/angola>. Visto em: 26 out de 2022.

LIMA, Sérgio Eduardo Moreira; SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. (orgs.). **Quarenta Anos das Relações Brasil-Angola**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão (Funag), 2015.

MARQUES, Rafael. **Diamantes de Sangue**. Corrupção e Tortura em Angola. Lisboa: Tinta-da-Chi-na, 2011.

MENEZES, Solival Silva. Dinâmica da transição de uma economia dependente para economia centralmente planejada e sua inflexão recente para economia de mercado. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo. São Paulo. 1996.

MORAIS, Rafael Marques de. Lava-Jato em Angola. [online] Maka Angola, 28 de setembro de 2019. Disponível em: <<https://www.makaangola.org/2019/09/lava-jato-em-angola/>>. Acesso em: 23 de jan de 2024.

NASCIMENTO. Marcela Gaspar Mendes da Costa. Potencialidades da Formação Calonda no Nordeste de Angola. Mestrado em Economia e Gestão Aplicadas. Universidade de Évora, escola de ciências sociais. 2013.

ODEBRECHT, Informe. Ano XXII – Nº 70JUL/AGO 95.

ODEBRECHT, Informa, Nº 106 • ano XXX • outubro/novembro/dezembro de 2002.

OLIVEIRA, Maria José. Diamang. 100 anos da maior empresa do império português: racismo, abusos e trabalhos forçados. In: Jornal Observador. Disponível em: <https://observador.pt/especiais/diamang-100-anos-da-maior-empresa-imperio-portugues-racismo-abusos-e-trabalhos-forcados/>. Visto em: 29/10/2022.

PRIETO, Gustavo. Colonizando indígenas: A exploração do trabalho feminino no projeto colonial da Companhia de Diamantes de Angola. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais. 2020.

PINTO, António Jorge Santos. A Gulf Oil Corporation na guerra colonial: estratégia para a permanência em Angola. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea. Universidade de Coimbra. 2014.

Revista O Empreiteiro, Edição de outubro de 1975, n.º 93, p.30.

RIZZI, Kamilla Raquel. Relações Brasil - Angola no Pós-guerra Fria: os condicionantes internos e a via multilateral. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005. p. 42.

Santana, Ivo de. **Relações econômicas Brasil-África**: a Câmara de Comércio Afro-Brasileira e a intermediação de negócios no mercado africano. Estudos Afro-Asiáticos [online]. 2003, v. 25, n. 3 Acessado 13 dezembro 2022.

SANTOS, Daniel dos. **Economia, Democracia e Justiça em Angola**: O efêmero e o permanente. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 23, nº 1, 2001. p. 99-133.

SARAIVA, José Flávio S. e PANTOJA, Selma. (org). **Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul**. Rio de Janeiro, 1999.

SARAIVA, José Flávio Sombra; GALA, Irene Vida. **O Brasil e a África no Atlântico Sul**: uma visão de paz e cooperação na história da construção da cooperação africano-brasileira no Atlântico Sul. Brasília, 2012.

SOUTO, Luiza; CARVALHO, Cleide. Odebrecht fecha acordo de 30 milhões por trabalho escravo em Angola. **O Globo**. Rio de Janeiro, 17 mar. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/odebrecht-fecha-acordo-de-30-milhoes-por-trabalho-escravo-em-angola-21077821>. Acesso em: 4 nov. 2020.

VALE, Sofia Vale (org). Revista de direito comercial. In: **As empresas no Direito Comercial angolano: o que há de novo em 2017?** Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, Luanda. 2017.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro**: multilateralização, desenvolvimento e a construção de uma potência média (1964/1985). Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998. p. 330.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **As relações Brasil-Angola**: pivô da diplomacia africana. In: 5º Encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), Belo Horizonte: PUC-Minas, 2015.

VERDE, Rui. Isabel dos Santos e a lavagem do dinheiro dos diamantes. Disponível em: <https://www.makaangola.org/2018/01/isabel--santos-e-a-lavagem-do-dinheiro-dos> . Visto em: 08 de novembro de 2022.

ZAPOCO, Zeferino. **O Nacionalismo e o Estado**: Um estudo sobre a História Política de Angola. Universidade Católica Portuguesa. Tese de Doutoramento, Lisboa. 2013.